BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

ANO XI - Nº 22

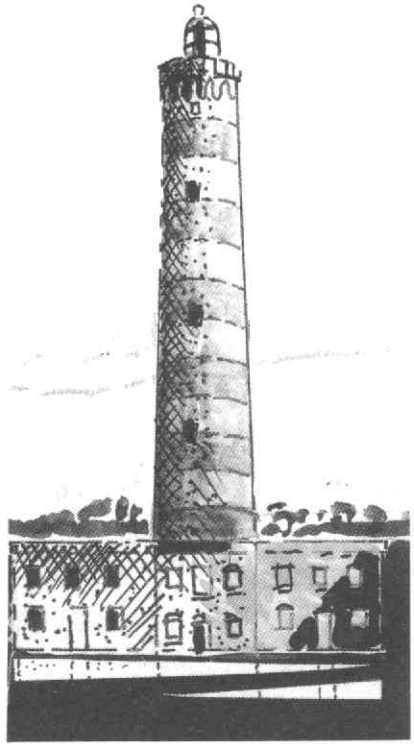
bibRIA

FL
908
141

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

bibRIA
BIBLIOTECA municipal de aveiro
PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
OFERTA
BIBLIOTECA municipal de aveiro
FUNDO LOCAL
INTERDITO AO EMPRÉSTIMO

bibRIA



FAROL DE AVEIRO

4 de Julho de 1862 – José Estêvão, na Câmara dos Deputados, solicitou ao Governo a construção de um farol na nossa costa.

15 de Setembro de 1863 – A Câmara Municipal de Aveiro apresentou a El-Rei D. Luís I uma exposição, impetrando a edificação de um farol ao sul da barra.

26 de Setembro de 1863 – Portaria governamental ordenando que se fizessem o projecto e o orçamento.

5 de Abril de 1884 – Conclusão do projecto.

Março de 1885 – Início dos trabalhos da construção do farol de Aveiro.

31 de Agosto de 1893 – Inauguração oficial.

15 de Outubro de 1893 – Aceso definitivamente o aparelho iluminante do farol.

bibRIA

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

Publicação Semestral de Índole Cultural e Informativa

Ano XI - DEZEMBRO DE 1993 - N.º 22

bibRIA

BOLETIM N.° 22

DIRECÇÃO: Presidente da Câmara Municipal de Aveiro — Vereador do Pelouro da Cultura

PROPRIEDADE: Câmara Municipal de Aveiro

REDACÇÃO: Praça da República — Aveiro — Tel. 24081 — Fax 22787

SUPERVISÃO: Assessor Cultural da C.M.A. – Mons. João G. Gaspar

CAPA: Jeremias Bandarra (Design)

TIRAGEM: 1.000 exemplares

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Tipave — Indústrias Gráficas de Aveiro, Lda.

Depósito Legal n.º 12 442/86

ISBN 972-9137-13-7

Sumário

Abertura 7

Autarquias Locais – 1993 9

Meu Aveiro
– Amadeu de Sousa 14

No Centenário do Farol de Aveiro
– Mons. João Gonçalves Gaspar
– Com. José Teixeira de Aguilar 15

O absurdo do Ateísmo
– José Estêvão 24

A Mamoa de Mamodeiro
– Fernando A. Pereira da Silva 25

José Estêvão – Na Tribuna da Vida
– Virgílio Nogueira 33

No Centenário de Almada Negreiros
– Ana Paula Cabrita 37

Escola Secundária N.° 1 de Aveiro 40

A Capela do Sr. das Barrocas – No Contexto do Barroco Português . 41

Calendário de Feiras e Exposições 54

Noticiário 55

1994 – Efemérides 73

bibRIA

bibRIA

Os textos assinados são da responsabilidade dos autores.

Os artigos publicados podem ser transcritos, total ou parcialmente, desde que se indique a origem.

Abertura

Embora com algum atraso, o presente número do *Boletim Municipal de Aveiro* tem a data de Dezembro de 1993 e, no seu noticiário, refere-se a todo o segundo semestre deste ano.

Alguns acontecimentos foram celebrados pelos aveirenses no mencionado período: – o primeiro centenário da inauguração do farol da barra de Aveiro e os cem anos de história da Escola Secundária n.º 1, sucedânea da Escola que, em 1893, iniciou uma actividade altamente formativa. A tais efemérides não poderíamos ser indiferentes, procurando recordá-las nas páginas do *Boletim*.

No dia 12 de Dezembro, realizaram-se as eleições autárquicas; no que respeita ao Concelho de Aveiro e às suas freguesias, o leitor tem à mão a acta do apuramento dos resultados e os nomes daqueles que, nos próximos quatro anos, irão servir as nossas comunidades.

Personagem sempre recordada em Aveiro é José Estêvão; mais uma vez – e ainda bem – se descreve a sua vida difícil mas extraordinariamente operosa, não apenas olhando-o como figura de nível nacional mas também, pelo que nos toca, como impulsionador do progresso da sua e nossa terra, no século XIX.

Embora de forma diferente, desenvolvem-se, outrossim, temas relacionados com o património aveirense: A mamoa pré-histórica de Mamodeiro, a capela setecentista do Senhor das Barrocas e o mestre Almada Negreiros; este, também em Aveiro, deixou vincado o seu génio de artista, tanto na tapeçaria do «Julgamento de Salomão», no Palácio da Justiça, como nos dois afrescos no Correio Central, que irremediavelmente desapareceram.

Terminando estas palavras de abertura, não podemos deixar de manifestar a nossa gratidão a todos os que, colaborando, tornaram possível a edição do *Boletim Municipal de Aveiro*.

Aveiro, 31 de Dezembro de 1994

O Vereador do Pelouro da Cultura

(Prof. Celso dos Santos)

biblRIA

bibRIA

Autarquias Locais — 1993

ACTA DE APURAMENTO GERAL

Aos dezasseis dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e três, nesta Cidade de Aveiro, Edifício dos Paços do Concelho e Sala das Reuniões da Câmara Municipal, compareceram os Senhores Juiz de Direito José Maria Calvário Antunes, designado Presidente da Assembleia de Apuramento Geral do Município de Aveiro, Doutor João Marques Vidal, Professores Alfredo Matos Ferreira e Maria de Lurdes Machado, e Severim Francisco Marques, Aníbal Francisco Correia Silva, Eugénio Marques das Neves e Doutor António Norberto da Silva Correia, membros da mesma Comissão, designados em conformidade com o Artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 701-B/76, de 29 de Setembro, perante mim Rosa Maria de Pinho Vieira Pires, Chefe de Divisão dos Serviços Administrativos da Câmara Municipal de Aveiro, servindo de Secretário, de acordo com o já citado preceito legal.

Declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente, deu-se início aos trabalhos com a definição prática pela Assembleia do critério de apreciação dos votos nulos, o qual ficou assim definido: Nulo será todo o voto que não esteja assinalado com uma e uma só cruz, ainda que imperfeitamente desenhada, cujo centro se situe dentro do centro do quadrado destinado à expressão individual e única de voto e cujos braços não ultrapassem os limites horizontais definidores do espaço de cada partido ou força política.

Para o correcto apuramento dos resultados a Assembleia socorreu-se de elementos que recolheu nos pacotes enviados para o Tribunal e para a Câmara Municipal, nos quais por lapso tinham sido enviados votos nulos e brancos, actas ou cadernos eleitorais.

Com referência à Assembleia de Voto número dois da Freguesia de Esgueira, verificou-se não estarem devidamente preenchidas e assinadas as Actas correspondentes. Convocados os respectivos elementos, pelos mesmos foi confirmado que os resultados constantes do Edital correspondiam à verdade e que só por lapso não haviam sido transcritos, o que fizeram agora.

Relativamente à Mesa da Assembleia de Voto da Freguesia de S. Jacinto, constatou-se que o número de eleitores inscritos é superior em quatro eleitores ao que consta do respectivo Caderno Eleitoral e que se encontram anexos quatro atestados da Junta de Freguesia, respectiva, referindo que existiram residentes naquela freguesia não constantes do respectivo Caderno Eleitoral e que teriam direito a votar naquela Mesa, razão pela qual o Presidente da Mesa adicionou quatro eleitores ao mesmo caderno no dia das Eleições. Esta Assembleia de Apuramento Geral decidiu registar em acta o facto, não obstante se achar que essa diferença será irrelevante na atribuição dos mandatos.

Verificando-se não ter havido no apuramento parcial quaisquer votos reclamados ou protestados, e corrigidos que foram os resultados em função dos votos nulos recuperados, chegou-se ao seguinte APURAMENTO GERAL:

biblRIA

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARADAS

Eleitores inscritos	6573
Votantes	3569
Votos brancos	84
Votos nulos	53
P.S.	602
P.S.D.	834
P.C.P. / P.E.V.	86
C.D.S.	1910

MANDATOS ATRIBUÍDOS

Manuel Simões Madaíl – C.D.S.
António Capela dos Santos Alcatrão – C.D.S.

António Capela dos Santos Rangel – P.S.D.
Elmano Ratola de Pinho – C.D.S.
Alberto de Oliveira Neto – P.S.
António Manuel Moreira da Fonseca – C.D.S.
David Paiva Martins – P.S.D.
Virgílio de Almeida Magalhães – C.D.S.
João Augusto Abreu Casal – C.D.S.
João Pires da Rosa – P.S.
Isaías dos Santos – P.S.D.
Armando Pereira Aires – C.D.S.
Alfredo Domingos da Silva – C.D.S.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CACIA

Eleitores inscritos	5205
Votantes	2858
Votos brancos	51
Votos nulos	40
P.S.	757
P.S.D.	1182
P.C.P. / P.E.V.	183
C.D.S.	645

MANDATOS ATRIBUÍDOS

José Maria Dias da Silva – P.S.D.
Rui Manuel Dias da Silva – P.S.
Fernando Augusto de Oliveira – C.D.S.
Lucas Amaro Rodrigues – P.S.D.
Casimiro Simões Calafate – P.S.D.
José Carlos Lemos de Sá – P.S.
Maria Manuela Martinho do Vale – C.D.S.
Fernando José Soares Martins – P.S.D.
José Fernando Abrantes Nunes da Maia – P.S.
Ana Filipa F. de Oliveira Sequeira – P.S.D.
Licínio Ribeiro Joanão – C.D.S.
Jorge Manuel Teixeira da Silva – P.S.D.
João Coelho Gonçalves – P.S.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE EIROL

Eleitores inscritos	554
Votantes	432
Votos brancos	12
Votos nulos	12
P.S.	77
C.D.S.	204
P.S.D.	127

MANDATOS ATRIBUÍDOS

Manuel Rodrigues Simões – C.D.S.
Dinis Marques – P.S.D.
Manuel Eirol Póvoa Morgado – C.D.S.
Manuel Vieira dos Santos – P.S.
Carlos Alberto da Silva Ferreira – C.D.S.
Manuel Lourenço Branco – P.S.D.
Joaquim Tavares Costa – C.D.S.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE EIXO

Eleitores inscritos	3311
Votantes	2086
Votos nulos	63
Projecto Azurva	362
P.S.D.	1095
P.S.	109
P.C.P. / P.E.V.	38
C.D.S.	395

MANDATOS ATRIBUÍDOS

Joaquim dos Santos Abreu – P.S.D.
Mário António Marques Rodrigues – P.S.D.
Carlos Mário de Magalhães Anileiro – C.D.S.
José da Silva Luís – P.S.D.
António Fernando R. Martins – Projecto Azurva
Mário Rui Cardoso Belo de Carvalho – P.S.D.
Melânia de Almeida N. P. Figueiredo – P.S.D.
Anastácio de Almeida Simões – C.D.S.
Maria de Fátima Rodrigues Garcia – P.S.D.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ESGUEIRA

Eleitores inscritos	7866
Votantes	4219
Votos brancos	119
Votos nulos	70
C.D.S.	971
P.S.D.	1385
U.D.P.	29
P.S.	1345
P.C.P. / P.E.V.	300

MANDATOS ATRIBUÍDOS

João Tavares Duarte – P.S.D.
Afonso Pires Tavares – P.S.
Manuel Tavares Duarte – C.D.S.
Carlos Augusto da Silva Branco – P.S.D.
Rafael de Matos Silva – P.S.
Jacinto Manuel Almeida Silva – C.D.S.
Manuel da Silva Pereira – P.S.D.
Manuel Pereira – P.S.
Manuel Moura Duarte – P.S.D.
Manuel Emídio Marques – P.S.
Fernando Santos Silva – C.D.S.

bibRIA

Manuel Silva Vieira – P.C.P. / P.E.V.
Manuel José Maria Emídio – P.S.D.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA GLÓRIA

Eleitores inscritos	8983
Votantes	5145
Votos brancos	24
Votos brancos	167
Votos nulos	62
C.D.S.	2335
P.S.D.	922
U.D.P.	39
P.S.	1305
P.C.P. / P.E.V.	215

MANDATOS ATRIBUÍDOS

Fernando Tavares Marques – C.D.S.
Maria Joana Gaspar de Campos Cruz – P.S.
António Fernando Mendes Couto – C.D.S.
Casimiro dos Santos Serradeiro – P.S.D.
Eduardo Manuel Santos Marques – C.D.S.
Aníbal Francisco Correia e Silva – P.S.
João Bastos Melo – C.D.S.
Luis Filipe Dores Salgado Henriques – C.D.S.
Afonso Tavares da Costa – P.S.D.
Gil Ferreira da Silva Júnior – P.S.
José Emanuel Madaíl Lobo – C.D.S.
António Júlio Gamelas Simões Vieira – C.D.S
José Gonçalo Borges Belo da Fonseca – P.S.

bibRIA

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE NARIZ

Eleitores inscritos	941
Votantes	695
Votos brancos	9
Votos nulos	21
P.S.	40
C.D.S.	469
P.S.D.	156

MANDATOS ATRIBUÍDOS

Manuel Arede de Jesus – C.D.S.
Cesário Lopes Vieira – C.D.S.
Mário Martins Costa – C.D.S.
Manuel Francisco Cura Fernandes – P.S.D.
Manuel Oliveira Martins – C.D.S.
Telmo Vieira Martins – C.D.S.
Manuel Barreto Ferreira – C.D.S.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Eleitores inscritos	1401
Votantes	1020
Votos brancos	5
Votos nulos	18
P.S.	46
C.D.S.	517
P.S.D.	434

MANDATOS ATRIBUÍDOS

José Ferreira de Almeida – C.D.S.
Luís Claro de Jesus – P.S.D.
António Vidal Simões Lisboa – C.D.S.
Augusto Valente da Costa – P.S.D.
Antero Marques dos Santos – C.D.S.
Fernando Vieira Ferreira – P.S.D.
Gracinda Mostardinha de Carvalho – C.D.S.
Manuel Ferreira Valente – P.S.D.
Manuel Dias Simões Vieira – C.D.S.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE OLIVEIRINHA

Eleitores inscritos	3555
Votantes	2265
Votos brancos	41
Votos nulos	53
P.S.	245
C.D.S.	533
P.S.D.	1393

MANDATOS ATRIBUÍDOS

Armando Manuel Dinis Vieira – P.S.D.
Mário Júlio da Silva Rocha – P.S.D.
Gonçalo Nuno Caetano Alves – C.D.S.
Manuel Pires Marques – P.S.D.
Fernando Manuel Fernandes Casal – P.S.D.
Maria Fernanda da Silva Oliveira – P.S.D.
Fernando Manuel Ferreira Carvalho – C.D.S.
Alexandre Manuel Martins de Oliveira – P.S.
Firmino Marques Ferreira – P.S.D.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE REQUEIXO

Eleitores inscritos	931
Votantes	601
Votos brancos	15
Votos nulos	10
P.S.	42
C.D.S.	350
P.S.D.	184

MANDATOS ATRIBUÍDOS

Manuel Branco Pontes – C.D.S.
Augusto Dias Abrantes – P.S.D.
Carlos Alberto da Silva Pires – C.D.S.
Manuel Fernandes de Campos – C.D.S.
José Alberto Simões dos Reis – P.S.D.
Júlio Fernandes Marques – C.D.S.
Manuel de Melo Pinheiro – C.D.S.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA JOANA

Eleitores inscritos	5808
Votantes	3229
Votos brancos	73
Votos nulos	67
P.S.	684
P.S.D.	1861
P.C.P. / P.E.V.	130
C.D.S.	414

MANDATOS ATRIBUÍDOS

Vitor Manuel da Silva Martins – P.S.D.
Vitor Manuel Marques de Oliveira – P.S.D.
José Júlio Martins da Conceição – P.S.
Manuel de Oliveira Santos – P.S.D.
Paulo Miguel Marques Gonçalves – P.S.D.
Francisco Pereira Simões Ratola – C.D.S.
Paulino Pereira da Rocha – P.S.D.
Anastácio Bastos de Oliveira – P.S.
António Norberto da Silva Correia – P.S.D.
António Duarte Vidal Vieira – P.S.D.
Francisco Gama Gonçalves – P.S.D.
Gil Pereira de Campos – P.S.
Alfredo Ribeirinho Pires – C.D.S.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE S. BERNARDO

Eleitores inscritos	4031
Votantes	2235
Votos brancos	50
Votos nulos	31
P.S.	394
P.S.D.	371
P.C.P. / P.E.V.	46
C.D.S.	1343

MANDATOS ATRIBUÍDOS

Élio Manuel Delgado da Maia – C.D.S.
Rui Lima Baptista – C.D.S.
Olindo Soares Henriques – C.D.S.
José Carlos Jesus Ferreira – P.S.
Paulo Jorge Barreto Marques da Maia – P.S.D.
José Manuel Mónica Maia – C.D.S.
José António Tavares Vieira – C.D.S.
Vitor Manuel Alvarnaz Ribeiro da Silva – C.D.S.
José Augusto Pereira de Carvalho – P.S.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE S. JACINTO

Eleitores inscritos	828
Votantes	599
Votos brancos	12
Votos nulos	14
P.S.	279
P.S.D.	160
P.C.P. / P.E.V.	56
C.D.S.	78

MANDATOS ATRIBUÍDOS

Libério da Silva Santos – P.S.
Daniel Alberto Mota Ferraz Carneiro – P.S.D.
António Ildebrando Nunes Costeira – P.S.
João Luís Costeira Tavares – P.S.
Adelino Alfredo Ramos Pereira – P.S.D.
Gabriel Eduardo Bastos Velhinho – C.D.S.
Manuel da Silva Salgueiro – P.S.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VERA-CRUZ

Eleitores inscritos	6807
Votantes	3989
Votos brancos	116
Votos nulos	36
C.D.S.	1067
P.S.D.	1075
U.D.P.	42
P.S.	1101
P.C.P. / P.E.V.	552

MANDATOS ATRIBUÍDOS

João Alberto Simões Barbosa – P.S.
Isménia Amora Salgado Franco – P.S.D.
José Mendes Macedo Loureiro – C.D.S.
João José Bernardo Ferreira – P.C.P. / P.E.V.
António Óscar Moreira Paulo – P.S.
José Domingos da Cruz Maia – P.S.D.
Francisco Manuel Santos Teles – C.D.S.
Ana Carla Guerra de Miranda Macedo – P.S.
José Augusto Alves Lopes – P.S.D.

biblRIA

Artur Paulo Madaíl Lobo – C.D.S.
João Laurentino Rodrigues – P.C.P. / P.E.V.
Américo de Pinho Freitas – P.S.
Manuel Maria Fernandes Thomaz – P.S.D.

Fernando António Portela de Andrade – P.S.
José Alberto Martins Carvalho – C.D.S.
Nuno Teixeira Lopes Tavares – P.S.D.
João Ferreira da Peixinha – P.S.
Gonçalo Nuno Caetano Alves – C.D.S.

BIBLIOTECA
municipal de aveiro
PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Eleitores inscritos	56804
Votantes	32938
Votos brancos	949
Votos nulos	528
C.D.S.	12119
P.S.D.	9481
U.D.P.	258
P.S.	7873
P.C.P. / P.E.V.	1730

MANDATOS ATRIBUÍDOS

Rogério da Silva Leitão – C.D.S.
Artur da Rosa Pires – P.S.D.
Joaquim António Calheiros da Silveira – P.S.
António José Rangel Leite Ferreira – C.D.S.
Vitor Manuel Cepeda Mangerão – P.S.D.
Jorge Manuel Nascimento – C.D.S.
Raul Ventura Martins – P.S.
Carlos Manuel da Silva Santos – P.S.D.
João Pedro Simões Dias – C.D.S.
Custódio das Neves Lopes Ramos – P.S.
António Sousa Dinis Correia – C.D.S.
Olinto Henrique da Cruz Ravara – P.S.D.
Ernesto Carlos Rodrigues Barros – C.D.S.
Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão – P.S.
Francisco Manuel da Costa Braga – P.S.D.
João Gabriel Ferreira Santos – C.D.S.
António Manuel Salavessa – P.C.P. / P.E.V.
Manuel Ferreira da Cruz Tavares – P.S.D.
Virgínia Celeste das Neves Veiga – P.S.
José Arménio Sequeira Pereira – C.D.S.
Manuel António Coimbra da Silva – P.S.D.
Diogo Manuel Soares Machado – C.D.S.

CÂMARA MUNICIPAL

Eleitores inscritos	56804
Votantes	32926
Votos brancos	778
Votos nulos	487
P.S.N.	358
P.S.	7108
P.C.P. / P.E.V.	1539
C.D.S.	14617
P.S.D.	7793
U.D.P.	246

MANDATOS ATRIBUÍDOS

José Girão Pereira – C.D.S.
João Ferreira dos Santos – P.S.D.
Celso Augusto Baptista dos Santos – C.D.S.
António Manuel Nogueira de Lemos – P.S.
Vitor José Pedrosa da Silva – C.D.S.
João Carlos Albuquerque Pinto – P.S.D.
Henrique Teixeira de Mendonça – C.D.S.
Carlos Manuel Branco Fragateiro – P.S.
Maria da Luz Nolasco Cardoso – C.D.S.

Estes resultados do Apuramento Geral foram proclamados pelo Presidente e vão ser publicados por Edital, o qual vai ser afixado à porta do edifício da Câmara Municipal.

De seguida, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser por todos assinada, hoje dia dezassete de Dezembro de mil novecentos e noventa e três.

(Seguem-se as assinaturas)

bibRIA

MEU AVEIRO

Que mágico Aveiro este,
que tanto me endoideceste!

Pintado por mão de mestre,
- quem te fez? - ou te fizeste?

De cúpula azul-celeste,
- meu Amor! - de onde vieste?,

Pelo belo que trouxeste
no salgado que te veste!

Com nortada, ou com nordeste,
como foi que tu nasceste?

Das marés que tu criaste,
das velas que iluminaste,

Poentes que incendiaste,
e o doce Vouga abraçaste,

Por noivo da tua Ria,
envolto na sua capa
do altar da serrania,
- Nossa Senhora da Lapa!

Aveiro que me fadaste:
- que sempre o brilho te preste,
nesta terra que inventaste,
neste Céu que tu me deste!

Amadeu de Sousa

bibRIA

No Centenário do Farol de Aveiro

O farol de Aveiro, inaugurado oficialmente em 31 de Agosto de 1893, foi aceso definitivamente em 15 de Outubro seguinte, após o «aviso às Nações». Para recordar a efeméride, a Capitania do Porto de Aveiro levou a efeito diversas acções comemorativas, nos dias 15 e 16 de Outubro de 1993: – Exposição da Direcção de Faróis, no salão cultural da Câmara Municipal de Ílhavo; visita guiada à exposição «Faina Maior» e conferência por Mons. João Gonçalves Gaspar, no Museu Marítimo de Ílhavo; conferência pelo Com. José Teixeira de Aguilar e almoço volante nas instalações do próprio farol. Publicamos as duas conferências, pelo interesse de que se revestiram.

O FAROL NA HISTÓRIA E A HISTÓRIA DO FAROL

Mons. João Gonçalves Gaspar

Como é próprio da experiência de nós todos, as recordações de criança, agradáveis ou desagradáveis, gravam-se indelevelmente na nossa memória e na nossa consciência. Lembramo-nos até do sítio onde isto ou aquilo aconteceu ou nos foi contado; jamais esquecemos as pessoas intervenientes ou aquelas que nos transmitiram factos ou episódios; sabemos, mesmo no pormenor, o modo como estávamos vestidos.

Era eu pequeno, talvez já aluno da escola primária, e... nunca mais se me varreu da memória. Minha avó paterna, Maria Engrácia de Jesus, que viria a falecer em 1954 com 93 anos de idade, contou um dia, estando eu presente, que assitira à inauguração do farol da Barra; ... que, chegando-lhe a notícia do acontecimento programado, com outras pessoas em grupo fora a pé, de Eixo até à Barra; ... que passou por Aveiro e calcorreou uns dezatesse quilómetros, por estradas de piso batido; ... que, saindo de casa ao princípio da manhã, com o seu farnel, demorara umas quatro horas; ... que chegara ao destino antes do meio-dia; ... que fora até ao mar onde molhou os pés e se refrescou; ... que tomara a frugral refeição, sentada na areia, em círculo com as outras pessoas suas companheiras; ... que assistira à festa, que se distraira e que, regressando da forma como tinha ido, chegara a casa, no Arrujo, à noitinha. O sol escaldante fizera-se sentir, como é próprio do verão. Minha avó ainda disse que era uma quinta-feira, embora não tivesse fixado a data certa; mais tarde, no meu peregrinar pela história de Aveiro, eu acabaria por saber o dia, o mês e o ano.

É evidente que, nestas palavras e nesta evocação, vou restringir o significado do termo «farol»; não é aqui nem a luz de um veículo, nem uma simples lanterna potente, nem o lampeão da proa dos navios, nem, em sentido figurado, aquilo ou aquele que nos serve de guia ou de mestre, no ponto de vista artístico, científico, moral, espiritual ou humano. Neste momento, desejo apenas falar do farol como uma torre ou qualquer construção elevada, ao pé do mar, em cuja parte mais alta está um foco luminoso ou facho para que, servindo de referência à navegação, seja visto ao longe e indique a entrada de um porto ou a presença de um rochedo, de um recife, de um escolho, de um ilhéu e de tudo o que se deve assinalar como ponto perigoso ou de passagem condicionada.

Os fogos, luzeiros ou fachos, acesos em pontos cimeiros junto às costas marítimas, durante a noite, parece terem sido adoptados logo que o homem começou a navegar, afastando-se da terra. Os navegadores da «Odisseia» orientavam-se por fogueiras nos promontórios; e Homero, o autor do poema épigo grego, viveu no século IX antes de Cristo.

Estes fogos – esclarece o Eng. Castanheira das Neves, na «Revista das Obras Públicas e Minas» – «eram produzidos pelo clarão, quase sempre arroxeado e fumoso, das labaredas de enormes fogueiras de lenha resinosa, carvão de pedra ou alcatrão inflamado em caldeirões de ferro, ou pelas chamas de grandes archotes de resina, enormes mechas ou torcidas imersas em azeite ou cebo, ardendo ao ar livre, por vezes bruxuleantes, outras quase invisíveis, extinguindo-se de todo quando fortemente açoutadas pela ventania».[1]

bibRIA

Na sucessão dos séculos, os candeeiros com chaminé de vidro, o petróleo e, depois, a electricidade foram passos largos de um progresso real na técnica da farolagem.

Um dos fogos mais antigos, cuja existência se conhece, é o da ilha de Faros, junto da cidade e do porto de Alexandria, em cima de uma torre de mármore branco, cujo foco luminoso se projectava à distância de trinta milhas, podendo o raio ser ampliado por meio de espelhos reflectores. A torre era uma construção com cerca de cento e trinta metros de altura e desenvolvia-se em três planos: o primeiro quadrangular, o segundo octogonal e o terceiro cilíndrico. Planeada por Ptolomeu I, realizada por Sostrato de Cnido e inaugurada por Ptolomeu II, esta mole, semelhante a um zigurate oriental, serviu de modelo a obras com o mesmo destino.

Se me é permitido, darei a Ptolomeu II uma palavra mais prolongada, apenas para dizer que o farol de Alexandria não foi a única obra ligada ao seu nome, dando-se a grandes edificações durante os trinta e nove anos que reinou, de 285 a 246 antes de Cristo. Ordenou o levantamento de um molhe ou dique, com o comprimento de mil e duzentos metros, para ligar a ilha e o farol de Faros à terra firme – o que também veio dividir o porto de Alexandria em duas partes. Fundou as cidades de Berenice e de Myo-Hormos, no litoral do Mar Vermelho, por onde, em barcaças, até ao Lago Mareótide, em Alexandria, eram conduzidas as mercadorias orientais que, uma vez tratadas, eram vendidas como produtos de luxo e levadas pelo Mediterrâneo por navios romanos, gregos e gauleses. O activo transporte por esta via, então denominada «Caminho da Índia», e o respectivo comércio centrado naquela importantíssima metrópole egípcia – que o historiador grego Estrabão haveria de descrever nos anos 60 antes de Cristo – iriam manter-se até ao século XVI, enriquecendo também as Repúblicas Italianas; foi a descoberta do caminho marítimo entre Lisboa e a Índia, pelo Cabo da Boa Esperança, em 1498, que mudou o pêndulo comercial para o nosso País, uma vez que os produtos orientais se tornaram mais económicos.

Sendo o soberano mais ilustre da sua dinastia e um dos mais notáveis do Egipto, Ptolomeu II, além de se distinguir em tais edificações, ainda protegeu homens de cultura e ligou a sua acção à formosíssima biblioteca de Alexandria, que ele próprio enriqueceu com milhares de volumes, incluindo a tradução grega da Bíblia judaica. O seu farol, penosamente destruído por um terramoto em 1302, tornar-se-ia tão célebre que foi considerado uma das sete maravilhas do mundo antigo, ao lado das pirâmides do Egipto, dos jardins suspensos da Babilónia, da estátua de Zeus Olímpico (de Fídias), do colosso do Deus Apolo em Rodes, do templo da deusa Artemis em Éfeso e do túmulo do rei Mausolo em Halicarnasso.

Os Romanos, por seu turno, também construiram faróis. Na Península Itálica, ergueram o de Óstia – junto à Foz do Rio Tibre e ao porto que servia a capital – o de Ravena – a cidade onde, na altura, desaguava o rio Pó e que, no Adriático, era uma base de operações e um centro marítimo de grande tráfego – e o de Putéolos – a moderna Pozzuoli, nas cercanias de Nápoles, cujo porto, segundo Plínio o Velho, era um dos mais frequentados, servindo de escala obrigatória na rota marítima de Roma, quer aos navios alexandrinos, quer aos barcos orientais e hispânicos. Na Gália, sobre o canal da Mancha, em Pas de Calais e na foz do rio Liane, o farol de Bolonha, que ainda se mantinha no século XVI, procedia outrossim da época romana, tendo a sua origem na necessidade de auxiliar a navegação entre o continente europeu e a Britânia. Na Península Hispânica, o farol da Corunha, reedificado em 1663, ainda conserva parte da torre mandada erguer durante o governo do imperador Trajano (88-117 depois de Cristo), talvez sobre restos de construção fenícia, pelo que se pode afirmar que é o mais antigo farol entre os existentes.

Nos séculos XII a XV, construiram-se na Europa alguns faróis, mas em número reduzido. Em Portugal, país lançado na epopeia dos Descobrimentos, o primeiro farol foi aceso em 1520, na torre do convento de S. Francisco, no Cabo de S. Vicente, ao norte do promontório de Sagres, para orientação dos nossos marinheiros; depois, ainda no século XVI, surgiriam os de Nossa Senhora da Guia e de Nossa Senhora da Luz – estes como aquele situados também em conventos, cujos frades, além dos seus deveres apostólicos e religiosos, fizeram como sua a missão dos faroleiros. No Oriente, apenas em 1865 apareceria o primeiro farol – o de Nossa Senhora da Guia, em Macau.

Na aurora da segunda metade do século XVIII, pensou-se definitivamente na sinalização da costa marítima do Continente Português, com edifícios próprios. Assim é que, em 1 de Fevereiro de 1758, foi publicada uma lei – um alvará pombalino – para se construirem seis faróis, cabendo a responsabilidade da sua instalação à Junta do Comércio: – «Um nas Ilhas Berlengas; outro no sítio da Nossa Senhora da Guia, ou no mesmo lugar onde antes o houve, ou em qualquer outro que mais acomodado seja; outro na fortaleza de S. Lourenço; outro na de S. Julião da Barra; outro na costa adjacente à Barra da Cidade do Porto, onde mais útil for; outro enfim na altura da Vila de Viana». [2] Dando cumprimento a esta disposição legal, o primeiro farol propriamente dito – o de Nossa Senhora da Luz – seria edificado em 1761, a norte

glória

da Barra do Douro, que já hoje não existe. Seguiram-se o de Nossa Senhora da Guia em 1761, o do Cabo da Roca em 1772, os de S. Julião da Barra, do Bugio e da Serra da Arrábida em 1775, e os do Cabo Carvoeiro e do Cabo Espichel em 1790. Outros apareceriam no século XIX: os da Berlenga e do Cabo de S. Vicente em 1846, e o do Cabo de Santa Maria em 1851.

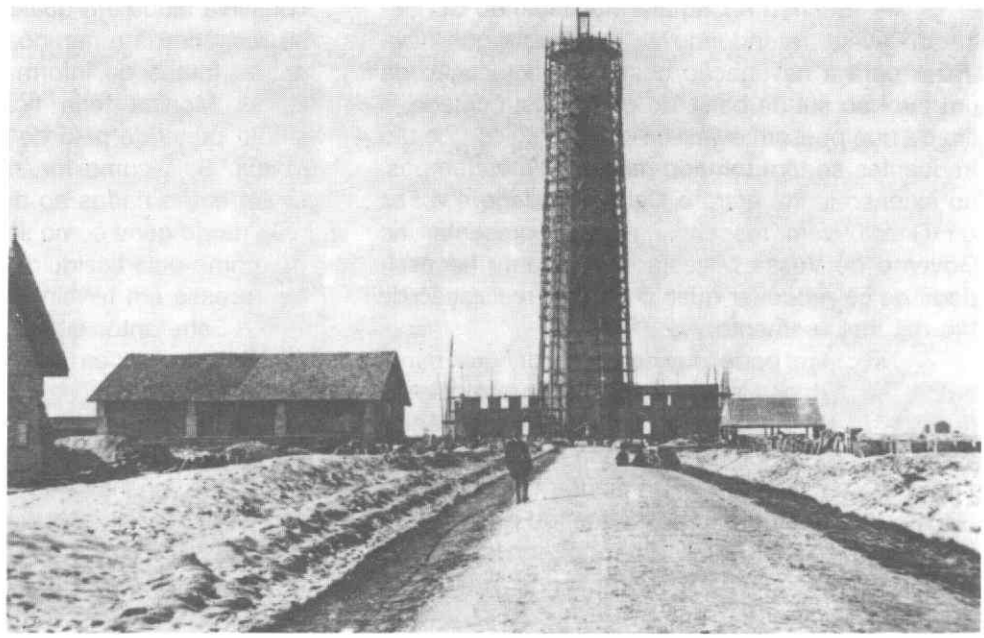
No prosseguimento da edificação de faróis, cedo se concluiu pela necessidade de construir um no Cabo Mondego, cujas obras já decorriam em 1855. Todavia, a iluminação da costa aveirense continuava a não ser contemplada, fazendo-se apenas por fachos, um dos quais numa pequena elevação da areia a sul e nas imediações de São Jacinto. A este propósito, embora dando-lhe um sentido místico, Frei Agostinho de Santa Maria, no seu livro «Santuário Mariano», escreveu em 1716: – Em São Jacinto, «a ermida da Nossa Senhora das Areias para os navegantes serve como de farol, de vigia ou de estrela fixa, a qual, nos perigos das grandes tormentas e tempestades, avisa os que naufragam, para escaparem daquela desumana onda, que subverte os navios» [3] Convenhamos, porém, que a segurança da navegação impunha a existência de um farol que, situado entre a Foz do Douro e a Serra da Boa Viagem, ficasse junto à barra de Aveiro, aberta em 3 de Abril de 1808. A primeira tentativa nesse sentido terá sido o projecto datado de 1841 e desenhado pelo Capitão-Tenente Joaquim Pedro Celestino Soares, que subiria ao posto de Almirante – o qual não teve qualquer concretização.

Nestas circunstâncias, o notável Ministro das Obras Públicas, António Maria de Fontes Pereira de Melo, publicou a seguinte portaria em 28 de Janeiro de 1856, que endereçou ao Director das Obras Públicas do Distrito de Aveiro:

— «Posto que se deva em breve estabelecer no Cabo do Mondego um farol sobre a torre que para esse fim se constroi, ficará ainda existindo entre este farol e o da Senhora da Luz, na Foz do Douro, uma distância de mais de vinte léguas na qual se não descobre um único sinal que indique aos marítimos vindos de portos distantes a sua aproximação à terra, e que sirva de guia à navegação costeira, e tornando-se este projecto digno da mais séria atenção, em vista dos prejuízos que podem resultar à humanidade e ao comércio pelo risco a que, em tais circunstâncias, se acham expostas as embarcações: Há por bem Sua Majestade El-Rei ordenar que o Director das Obras Públicas do Distrito de Aveiro, de combinação com o Capitão daquele porto, e com o Director-Maquinista dos faróis do Reino, trate de escolher o local nas proximidades da barra que for mais próprio para a construção de um farol, devendo o mesmo Director, apenas se ache determinado o dito ponto, proceder, de acordo com o referido Maquinista, à confecção do projecto e orçamento da respectiva torre com a altura conveniente para que a luz seja vista a dezoito ou vinte milhas de distância.

Sua Majestade manda, por esta ocasião, prevenir o sobredito funcionário de que se encomendará em França, para ser estabelecido no mencionado local, um farol lenticular de segunda ordem, do sistema de Mr. Fresnel, e semelhante ao que se destina para o Cabo Mondego, cujo desenho se lhe envia, com a diferença, porém, de ser girante para o distinguir dos faróis que ficam ao norte e ao sul daquele porto.

E, tornando-se indispensável, para que possa efectuar-se a dita encomenda, saber qual



O farol de Aveiro em construção (1891)

biblRIA

será a grandeza do sector alumiado, a altura da luz sobre a base da torre, e a altura desta base sobre o nível do preia-mar ordinário, cumpre que semelhantes esclarecimentos sejam prestados ao Governo com a maior brevidade possível, a fim de se expedirem as precisas ordens para a construção do aparelho e da respectiva lanterna.

Finalmente, deverá o dito Director ter em vista que, para diminuir o custo da torre, e em atenção à falta de cantaria na localidade, será esta construção feita em alvenaria de pedra ou tijolo e forrada de ladrilho branco para servir também de sinal aos marítimos durante o dia.

O que se lhe comunica para seu conhecimento e execução na parte que lhe respeita». [14]

Em consequência desta portaria, foi nomeada uma comissão com a finalidade de escolher o local para a implantação do farol; o seu parecer tem a data de 11 de Julho de 1858.

No entanto, entrou-se no marasmo, protelando-se a efectivação do respectivo projecto, enquanto os naufrágios sucediam-se entre o Cabo Mondego e a foz do Douro, por falta de sinalização luminosa. Em 14 de Fevereiro de 1860, por exemplo, naufragou, a sul da barra, a escuna sueca «Flink», que se dirigia de Estocolmo para Figueira da Foz, tendo perecido três dos seis homens da tripulação. Por isso, o ilustre parlamentar aveirense José Estêvão Coelho de Magalhães, falando na Câmara dos Deputados sobre melhoramentos públicos em 4 de Julho de 1862, solicitou ao Governo a construção de um farol na nossa costa, entre a barra e os areais de Mira. Por sua vez, a Câmara Municipal de Aveiro, da presidência de Manuel Firmino de Almeida Maia, apresentou a El-Rei D. Luís I uma exposição e petição, com data de 15 de Setembro de 1863, cujo teor era o seguinte:

— «Senhor! A Câmara Municipal do Concelho de Aveiro, atendendo às vantagens que deve trazer para a navegação costeira a colocação de um farol ao sul da barra do porto desta cidade, a fim de que possam evitar-se os naufrágios que tão frequentes se têm tornado nestes últimos tempos, no extenso litoral entre o Cabo Mondego e a Foz do Douro, vem respeitosamente representar ao Governo de Vossa Majestade a urgente necessidade de se proceder quanto antes à realização de tão útil melhoramento.

Ninguém pode duvidar, Senhor, que numa costa tão extensa como acidentada, em que as restingas ou cabedelos se formam por a violência das correntes, cuja direcção varia diariamente, um farol evita que os navios, se singram próximos da terra, se enganem no rumo, vencendo as dificuldades da navegação sem correrem o risco de naufragar nos bancos de areia, às vezes em noites bonançosas, como infelizmente tem sucedido entre nós. Assim, compenetrada esta Municipalidade das conveniências da colocação de um farol ao sul da barra desta cidade, vem impetrar de Vossa Majestade a graça de ordenar seja construído o mesmo farol no indicado ponto, como as públicas necessidades aconselham». [15]

A resposta a esta representação não se fez esperar muito. O Duque de Loulé, Presidente do Governo de Sua Majestade e Ministro do Reino, Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto, fez publicar na folha oficial a seguinte portaria, com data de 26 de Setembro de 1863 e endereçada ao Director das Obras Públicas do Distrito de Aveiro, Eng. Silvério Augusto Pereira da Silva:

— «Manda Sua Majestade El-Rei que o Director das Obras Públicas do Distrito de Aveiro trate de confeccionar e remeter quanto antes a este Ministério o projecto e orçamento de um farol para ser colocado próximo à barra de Aveiro, tendo em vista na elaboração daquele trabalho técnico as indicações constantes da portaria de 28 de Janeiro de 1856, excepto na parte que respeita ao local para a colocação do farol, que deverá ser o que se acha indicado no parecer dado em 11 de Julho de 1858 pela comissão especial para semelhante fim nomeada». [16]

Apesar destas resoluções oficiais, tomadas sem grandes delongas, a elaboração do projecto iria demorar; confiado à Direcção Geral dos Correios, Telégrafos e Faróis, sob a responsabilidade do Eng. Paulo Benjamim Cabral, o trabalho apenas estaria concluído em 5 de Abril de 1884, vinte e oito anos após a portaria de Fontes Pereira de Melo (!). O Padre João Vieira Resende, na «Monografia da Gafanha», editada em 1938, não deixaria de apontar a tradição de que «a planta do farol, elaborada por Manuel Bolais Mónica, foi preferida à de onze engenheiros diplomados, e bem assim a maquete que por muito tempo se conservou ou conserva ainda em qualquer dependência do farol ou respectivas repartições» [17]. Contudo, conforme outras fontes de informação, o traço de Manuel Bolais Mónica teria ficado em segundo lugar, sendo preterido pelo do Eng. José Maria de Melo Matos. Seja como for, rasgados e justos elogios foram então dados ao autor do projecto, «não só pelo modo geral como se desempenhou do encargo, como pela assiduidade e desvelo com que se deu pressa em terminá-lo». [18]

Entretanto, outro naufrágio se registava no litoral aveirense: em 23 de Outubro de 1880, encalhou na costa da Torreira o vapor francês «Nathalie», morrendo parte da tripulação e sendo a outra parte salva heroicamente por acção corajosa de populares, orientados pelo Cons. Manuel Firmino de Almeida Maia – o que lhe mereceu o galardão de cavaleiro da Legião de Honra, concedido pelo Governo de França.

Na continuação do processo, em 26 de Julho daquele ano de 1884, uma nova portaria

biblRIA

governamental incumbiu da execução da obra o Director das Obras Públicas do Distrito de Aveiro, que continuava a ser o referido Eng. Silvério Augusto Pereira da Silva; e, em 24 de Agosto, como que a preparar o arranque, era feita a arrematação do fornecimento dos materiais para a construção.

Tudo assim convenientemente estudado e preparado, os trabalhos da edificação do farol começaram na primeira quinzena de Março de 1885, vindo a terminar na segunda quinzena de Junho de 1893, primeiro sob a orientação do mencionado Eng. José Maria de Melo e Matos. A obra, como é evidente, foi feita com a ajuda de andaimes, montados interior e exteriormente; os interiores apoiaram-se em pontaletes, sucessivamente acrescentados à medida que a torre se elevava; os exteriores eram assentes em barrotes encastrados na grossa parede.

Conforme se lê num documento manuscrito, redigido pouco depois da conclusão do farol e guardado no respectivo arquivo, a «fundação da torre consiste num macisso de betão, com seis metros de espessura, assentando sobre estacaria com grade de madeira à altura das mais baixas águas; foram cravadas noventa e sete estacas com oito metros e meio de comprimento e vinte e cinco centímetros de diâmetro na cabeça, serrada a dois metros e meio abaixo do nível médio do mar, sendo as cabeças das estacas envolvidas em betão de argamassa de pozolana; nas alvenarias foi empregado o grês de Eirol e alguns granitos».

Marques Gomes acrescentaria mais alguns pormenores: – «Os cunhais, a platibanda, os **mâchicoulis**, as cimalhas, o parapeito, as guarnições de portas e janelas são de cantaria extraída das pedreiras graníticas de Ribeiradio e de Agomeida, situadas no concelho da Feira, deste distrito – as primeiras a quarenta e sete quilómetros de distância e as segundas a trinta e seis. O escudo de armas, sobranceiro à janela principal, é de mármore proveniente das pedreiras de Pero Pinheiro, próximas de Sintra, distrito de Lisboa, e foi assente nos últimos dias do reinado e vida de D. Luís I», falecido em 19 de Outubro de 1889.

Orçado primitivamente em 46.000$000 réis (46 contos), segundo a estimativa do responsável do projecto, o seu valor subiria para 51.265$755 réis; contudo esmiuçando mais, o Eng. Castanheira das Neves, escrevendo em 1880, adiantava que o «orçamento, incluindo aparelhos iluminatórios e semáforo, se eleva a 56.629$383 réis – quantia arredondada para 60.000$000 réis» (60 contos).

Dada a minúcia da descrição, sou tentado a transcrever o texto de Marques Gomes, que encontramos num volume de recortes de artigos de jornal, organizado por ele mesmo:

— «Situado a cem metros de distância do mar e à frente do estuário do rio Vouga, cujas águas com as do oceano se espalham por uma rede de inúmeros canais que se anastomosam em torno da cidade de Aveiro ou se estendem paralelamente à linha do litoral, este farol ergue-se em meio das cadeias de dunas que, a perder de vista, se estendem ao norte e ao sul.

É principlamente constituído por uma torre de secção circular (pintada em faixas horizontais brancas e vermelhas – acrescenta Homem Christo), que ressai do envasamento de sete metros de altura, correspondente às edificações anexas, e assenta, como estas, sobre o bloco de formigão do alicerce, fortalecido com a espessura de onze metros e firmado por estacaria na camada indefinida de areia subjacente.

O farol de Aveiro (1943)

biblRIA

A soleira da porta principal está aproximadamente um metro e quarenta centímetros acima do nível das máximas marés.

A torre tem de altura no fuste quarenta e quatro metros e meio, e no **mâchicoulis** e cornija três metros, sendo sessenta e um metros e vinte e três centímetros a altura do foco luminoso acima do nivel das águas médias do oceano.

O fuste mede onze metros de diâmetro na secção inferior e seis metros na secção superior.

O vazio cilíndrico do interior mede quatro metros de diâmetro e é iluminado por oito janelas – quatro dó lado do mar e quatro do lado da terra – em fiadas verticais.

A escada desenvolve-se em cerca de oito revoluções de hélice e é composta, desde o rés do chão até ao pavimento da câmara de serviço, por duzentos e sessenta e dois degraus de cantaria, de um lado encastrados na parede e do outro guarnecidos por corrimão metálico.

Desde o pavimento da câmara de serviço até à plataforma da lanterna, a escada é metálica e composta de vinte degraus.

A lanterna é formada por um cilindro, tendo três metros e sessenta centímetros de diâmetro e cinco metros e trinta centímetros de altura e sendo coroado por uma calote hemisférica. A parte cilíndrica é envidraçada em dois metros e noventa centímetros de altura, medidos da calote para baixo.

O aparelho é dióptrico e de primeira ordem, luz cintilante, em grupos de quatro clarões brancos (separados por eclipses de um segundo e meio, com um sector de cento e oitenta graus – como esclarece Homem Christo). O combustível é o petróleo.

O edifício adjacente ao farol tem dois andares e compõe-se de um corpo central avançado e de duas alas. No corpo central e para a frente ou lado da terra, num e noutro andar, estão as instalações e alojamentos destinados ao pessoal superior do serviço dos faróis. Do lado do mar, neste mesmo corpo, no andar térreo, está o depósito do petróleo, e no primeiro andar o depósito de instrumentos e aparelhos.

Em cada uma das alas e em cada um dos andares é disposta a habitação de uma família de empregados, com uma cozinha e quatro quartos».[12]

Dizem os registos do tempo que o farol, uma vez concluído, foi inaugurado com a visita que lhe fez o Ministro das Obras Públicas, Conselheiro Bernardino Luís Machado Guimarães, em 31 de Agosto de 1893, reinando em Portugal D. Carlos I. Apraz-me aqui recordar a evocação de minha avó, embora por mim enriquecida com as reportagens do acontecimento e com a pena de Marques Gomes; é que este aveirense também acompanhou o governante e tomou parte na inesquecível festa desse dia. Andava ela nos trinta e dois anos de idade, que completara em Março.

A estadia do Cons. Bernardino Machado em Aveiro fora programada para decorrer de 30 de Agosto a 2 de Setembro; o dia 31 destinara-se à visita à ria, aos campos da Gafanha e ao farol. Assim, eram cerca de doze horas quando, saindo do cais da cidade, no canal central, uma flotilha de numerosos barcos – muitos deles embandeirados – se dirigiu para a barra. O barco reservado para o ilustre visitante, para as autoridades e alguns convidados especiais, tinha sido primorosamente preparado, forrado no interior com damasco carmesim e coberto com um toldo; em volta, viam-se pequenos brasões, monogramas e datas de factos importantes relacionados com obras hidráulicas. Outro barco levava a Filarmónica Aveirense; e ainda outro fora guardado para o fogueteiro que, de vez em quando, lançava girândolas de foguetes. Muitos carros, de tracção animal, acompanhavam pela estrada, ladeando o canal, o esplêndido cortejo que avançava lentamente, ria além, formando outro não menos deslumbrante, no dizer de Marques Gomes, que era um dos acompanhantes na embarcação ministerial.

Na Gafanha, o cortejo era aguardado pela Câmara Municipal de Ílhavo, pelas autoridades civis, pelo Pároco de S. Salvador (Padre Dr. Manuel Branco de Lemos), por outras pessoas gradas da localidade, por muito povo e por uma filarmónica. Novos barcos se juntaram à flotilha. O Ministro passou ao barco onde ia a Câmara, para a cumprimentar; nessa ocasião, como que vitoriando o abraço de Aveiro e Ílhavo na presença do representante do Governo de Sua Majestade, as filarmónicas executaram o hino nacional e os foguetes estralejaram nos ares.

Numa paragem do percurso, o Cons. Bernardino Machado, na Cova da Lama, verificou pessoalmente com extremo agrado o êxito dos ensaios de plantação e cultivo das dunas – imenso areal que sucessivamente se ia fertilizando.

Eram cerca de 14.30 horas, quando novas girândolas de foguetes anunciaram o reinicio da viagem, com vivas à mistura. Agora, a festa da ria atingia o auge, com diferentes barcos a encorporarem-se no cortejo e com numerosas bateiras a ladearem-no, donde os pescadores, de pé, saudavam o Ministro, agitando os barretes.

Passada meia hora, dava-se o desembarque final no molhe sul da barra. Aqui estava a minha avó, entre as muitas pessoas que aguardavam a cerimónia da inauguração do farol. Saudações, vivas, foguetes, acordes musicais significavam a incontida satisfação não apenas do povo mas também dos responsáveis, que viam coroados de êxito os esforços de tantos e tantos anos.

«O Sr. Conselheiro Bernardino Machado –

biblRIA

escreveu Marques Gomes – seguiu para o farol, em cuja plataforma estava a fanfarra do Asilo-Escola de Aveiro, que tocou o hino nacional; subindo até à lanterna, aí se lavrou o auto de inauguração, acendendo-se nessa ocasião, pela primeira vez, o mesmo farol».

Terminada a festa, a minha avó voltou para Eixo, tal como fora, apenas aliviada do farnel; contudo, ficara com uma experiência que jamais a deixaria e que procurava transmitir aos outros, com agrado. Tinha sido um dia diferente na sua vida. «O homem do Governo do Rei – dizia – parecia ter pouco mais de quarenta anos e era pessoa simpática, popular e de trato aberto e afável».

O Ministro, com o propósito de mais uma vez observar de perto os antigos areais da Gafanha, já então convertidos com tanto esforço em produtivos campos, regressou de carro a Aveiro para, nos dias seguintes, completar o programa da sua visita.

A lanterna do farol... essa voltou a ser apagada na mesma tarde, embora tivesse sido realizada a cerimónia da inauguração. O jornal «O Povo de Aveiro» explicava o motivo: «... só funcionará definitivamente depois de prévia notificação às nações». [14] E no mencionado periódico, na edição de 15 de Outubro de 1893, podia finalmente ler-se: – «O farol da barra desta cidade foi entregue ontem à Capitania do Porto e é hoje aceso definitivamente». De facto, assim aconteceu: surgira mais um farol, para servir a navegação.

No supracitado documento manuscrito, redigido pouco depois da conclusão do farol, diz-se que «a obra tem-se comportado muito bem, exigindo sempre atentos cuidados com a sua conservação, como deve ser». [15] Cem anos passados, o farol continua altaneiro, verdadeiro **ex-libris** de Aveiro, de Ílhavo e de toda a região, sem manifestar sintomas de caducidade. Pelo contrário: para ser mais útil, tem sido sucessivamente modernizado com os novos processos de iluminação. Aqui, estamos, pois, a acender as velas do seu faustoso aniversário, com votos de que, mantendo-se sempre jovem, prossiga na sua honrosa tarefa altruista de ser guia para os que andam nos caminhos e nos perigos do mar.

Notas

(1) — Cit. por GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA, Vol. X, pg. 967.
(2) — Cit. por Francisco Ferreira Neves em ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO, Ano IX (1943), pg. 89.
(3) — SANTUÁRIO MARIANO, Tomo V, Livro I. Vd. Rangel de Quadros, AVEIRO - APONTAMENTOS HISTÓRICOS, Vol. III, fl. 181.
(4) — DIÁRIO DO GOVERNO, n. 26, 30-01-1856; COLECÇÃO OFICIAL DA LEGISLAÇÃO PORTUGUEZA, Ano de 1856 (Ed. de 1857), pg. 56.
(5) — Cit. por Francisco Ferreira Neves em ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO, Ano XXXI (1965), pgs. 38-39.
(6) — DIÁRIO DO GOVERNO (DIÁRIO DE LISBOA), n. 218, 29-09-1863, pg. 2747, vd. ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO, Ano XXXI (1965), pgs. 39-40.
(7) — MONOGRAFIA DA GAFANHA, 1.ª edição (1938), pg. 174, nota 1.
(8) — FARÓIS DE PORTUGAL, Edição da Direcção de Faróis, 1987, pg. 7.
(9) — Cit. por Francisco Ferreira Neves em ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO, Ano IX (1943), pg. 90.
(10) — MONUMENTOS-RETRATOS-PAYSAGENS (Recortes), col. 75'.
(11) — A EVOLUÇÃO DO ALUMIAMENTO MARÍTIMO E DOS SIGNAES DE NEVOEIRO PARA PREVENÇÃO DOS NAVEGANTES, Lisboa, 1906; cit. pelo Capitão de Fragata Teixeira de Aguilar em «Anais do Clube Militar Naval, Vol. CXVIII, Out-Dez. de 1988, pg. 654.
(12) — MONUMENTOS-RETRATOS-PAYSAGENS (Recortes), cols. 74'-75'; Homem Christo em O POVO DE AVEIRO, Ano XII, n. 669, 17-09-1893.
(13) — SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DE AVEIRO, 1899, pg. 246. Vd. também pgs. 242-246, onde se descreve toda a visita a Aveiro do Cons. Bernardino Machado.
(14) — O POVO DE AVEIRO, Ano XII, n. 663, 27-08-1893. Vd. o mesmo periódico, n. 677, 15-10-1893.
(15) — Cit. por Francisco Ferreira Neves em ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO, Ano IX (1943), pg. 90.

O FAROL DE AVEIRO

Com. José Teixeira de Aguilar

Não se dispondo de elementos mais antigos, pode afirmar-se que já em 1812 era sentida a necessidade da existência de um farol em Aveiro, conforme se lê no Roteiro de Marino Miguel Franzini:

«Ao N. da entrada da barra está situada a pequena ermida da *Senhora das Arêas,* ou de *S. Jacinto*, metade enterrada na praia, servindo de pouco para reconhecimento, porque apenas se destingue na distancia de 4 milhas. Esta falta essencial motivou o projecto de construcção de duas piramides de pedra, marcadas no Plano, cuja base será hum quadrado de 100 pl. de lado sobre 100 pl. de altura (71,5 pés), tendo algumas fachas horizontaes brancas e pretas, para serem mais visiveis de longe».

E, mais adiante:

«He para desejar que não se demore a obra das mencionadas piramides, para haver hum bom ponto de reconhecimento de que tanto carece, assim como seria muito util, que se lhe adicionasse hum pharol de reverbero parabolico, dotado do movimento de rotação».

Tem-se conhecimento de um projecto de 1841, da autoria do então capitão-tenente Joaquim Pedro Celestino Soares, propondo a adopção de um «pharol facho para a barra de Aveiro». Argumentava aquele oficial da Armada que uma só marca, em lugar das duas pirâmides, bastaria para assinalar a barra, devendo a sua forma ser coluna, em lugar de piramidal. A lanterna do farol que idealizava era movimentada por uma máquina de relojoaria; quanto ao combustível, advogava a utilização das «pinhas dos pinheiros os mais vulgares em que o reino todo abunda, extremamente resinosas e inflammaveis, de pouco custo, e que nos districto de Aveiro não valem mais de 50 réis o cento».

biblRIA

Passar-se-ia década e meia antes que fossem dados passos mais concretos para a edificação do farol: a 28 de Janeiro de 1856 era publicada uma portaria que determinava que o director das obras públicas do distrito de Aveiro, de acordo com o capitão do porto e com o director maquinista de faróis escolhessem, perto da barra, local apropriado para o farol, cujo projecto e orçamento deviam ser elaborados pelo director das obras públicas do distrito.

Dois anos decorridos, a direcção referida rejeitava a ideia de aproveitar a torre de sinais do forte da barra para instalar o farol, «pela manifesta ruína das abobadas e fraquesa de fundamentos», considerando que o local próprio seria um ponto situado a 200 metros da referida torre, quase no fim do paredão da barra.

Em 1863 a Câmara Municipal de Aveiro faria diligências no sentido de o farol ser construído ao sul da barra.

Recordem-se aqui as considerações datadas de 1866 do Inspector dos Faróis, Francisco Maria Pereira da Silva – oficial da Armada e engenheiro hidrógrafo ilustre ao qual se deve o primeiro plano geral de farolagem das costas e portos do continente – a propósito da sinalização da porção da costa onde nos encontramos:

«Na Barra de Aveiro (...) se torna de urgente necessidade um pharol de grande alcance e da maior intensidade de luz, não só para esclarecer a extensa e baixa praia, que divide ao meio, com 60 milhas de litoral, em que as primeiras elevações se apresentam a uma grande distância do mar (seis a oito léguas), illudindo assim o navegador, que julga pelo aspecto d'esta porção da costa, achar-se ainda muito afastado da terra; mas também para poder atravessar uma atmosphera que se conserva sobre esta grande planície cheia de densos vapores, emanados tanto das areias humedecidas, como das marinhas de sal e das águas que ali abundam na distância de muitas milhas; convem que seja esta barra de Aveiro a posição escolhida para um dos tres pharoes de primeira ordem, e que seja sustentado por um elevado e bem distincto edificio, para prevenir de dia os navegadores da sua approximação.

Este pharol ali collocado também dispensa outro, que era necessário estabelecer para indicar a entrada da barra d'aquelle porto».

Mais anos foram, contudo, passando sem que estas ideias tivessem tradução prática; como as obras da barra e a fixação das areias permitissem escolher um local mais ao mar que o anteriormente seleccionado, em 1875 o engenheiro Castanheira das Neves, à data adjunto à Direcção dos Telégrafos e Faróis do Reino, foi encarregado de determinar definitivamente o local para o farol. E é o próprio engenheiro Castanheira das Neves que refere ter-se escolhido «um local distante 200 metros do molhe sul a 975 metros do seu começo junto do forte».

No ano de 1878 foi encarregado da elaboração do projecto do farol o engenheiro Paulo Benjamim Cabral, que o completou em 1879, mas novas vicissitudes se seguiriam, a acrescer à questão da escolha do local da implantação: diferenças de opinião relativas à forma da torre, que para o projectista deveria ser octogonal, ao passo que o Director das Obras Públicas do Distrito de Aveiro, o engenheiro Silvério Pereira da Silva, defendia a «construção em ressaltos, ou com cilindros de igual altura e de progressiva e regular diminuição de diâmetro».

Iniciou-se finalmente a obra em 1885, dirigida de início pelo citado Director das Obras Públicas do Distrito de Aveiro e continuadas depois pelo engenheiro José Maria de Mello e Matos, ficando completada em 1893.

O equipamento viria a ser o que Pereira da Silva propusera em 1866 e o plano de alumiamento das costas marítimas, de 1822, confirmaria no essencial: um aparelho óptico de primeira ordem, de 920 mm de distância focal. O aparelho de rotação produzia 4 clarões brancos de 2,5 segundos cada um, separados por eclipses de 1,5 segundo, sendo o eclipse entre dois grupos de 9,5 segundos.

A fonte luminosa principal era obtida por incandescência do vapor do petróleo e a de reserva era constituída por um candeeiro de petróleo de nível constante. O alcance luminoso era de 20 milhas.

Simultaneamente com a instalação do aparelho iluminante do farol, foi também montado, fora do recinto do farol, um sinal sonoro – uma tromba de ar comprimido que produzia sons de 2,5 segundos de duração, com intervalos de 15 segundos.

Por diversas vezes sujeito à violência do mar, o farol foi objecto de importantes obras de reparação no ano de 1929, as quais consistiram em isolar a torre do resto do edifício por meios de paredes de tijolo e na colocação de catorze cintas de cimento armado para consolidação da torre, que apresentava uma fenda na porção superior.

Consolidada a estrutura do farol, as investidas do mar não pouparam, porém, o sinal sonoro, cuja estrutura de suporte acabou por ser demolida em 1935, transferindo-se aquele para o interior do farol.

O farol foi electrificado em 1936, pela montagem de grupos electrogéneos.

Em 1945 o muro de vedação exterior seria

bibRIA

derrubado pelo mar, o que originou em 1947 a construção de outro mais elevado.

Foi também em 1947 que a antiga óptica instalada foi substituída por outra, esta de terceira ordem, pequeno modelo – ou seja, de 375 mm de distância focal –, de tipo aeromarítimo, constituída por quatro painéis lenticulares de 60 graus cada. A fonte luminosa principal era uma lâmpada de filamento trifásico de 100 Volts, 30 Ampères, e a de reserva o sistema de incandescência de vapor do petróleo. Como curiosidade, refira-se que o aparelho importou em 368.270$00.

Em 1948 foi instalado o primeiro radiofarol e dois anos mais tarde, em 1950, o farol começava a utilizar como fonte de energia principal a electricidade da rede de distribuição pública, passando os grupos electrogéneos a servir de sistema de reserva.

Em 1958 foi instalado o elevador de acesso à lanterna.

O farol de Aveiro foi um dos seleccionados para figurar na emissão filatélica «Faróis de Portugal» e na exposição simultânea com o mesmo título, inaugurada na Torre de Belém em 1987 – exposição essa que foi a precursora das muitas que entretanto têm vindo a ser feitas pela Direcção de Faróis, correspondendo ao interesse que os faróis despertam junto da população em geral e particularmente a das comunidades que com eles vivem, por assim dizer, paredes meias.

Na posse de diverso material documental relativo ao farol, recolhido e coligido para a ocasião, a Direcção de Faróis entendeu dever promover também a publicação de um artigo sobre o Farol de Aveiro no Boletim da Associação Internacional de Sinalização Marítima, o que foi aceite pela respectiva comissão redactorial, que não só publicou o artigo como reproduziu na capa do seu n.º 4 de 1987 uma das fotografias enviadas, aliás bastante original.

Sou dos que acreditam que os faróis têm alma – que lhes foi sendo transmitida pelos muitos que lhes foram dando corpo, luz e vida, desde os que se bateram pelo seu nascimento, até àqueles que lhes garantem a permanência. E, sendo assim, dificilmente se encontraria melhor maneira de homenagear um amigo centenário que recordar em grupo os sucessos mais notáveis da sua já longa vida, manifestanto ao mesmo tempo o nosso comum empenho em que essa vida se prolongue ainda por muitos e bons anos.

bibRIA

PRINCÍPIOS COMUNS DE PATRIOTISMO

«E, sobretudo, o que nós precisamos é nortear a nossa política e assentar em um certo número de princípios, que devem ser a cartilha que todo o País aceita, que aceita o Governo e aceitam todas as situações, deixando a divergência das parcialidades para estas questões que não são substanciais.

Qual é a posição que nós devemos ocupar na Europa? Quais são os meios por que podemos dar mais duração a esta nacionalidade, que todos queremos, que todos desejamos conservar e por que todos desejamos morrer?

Nisto é que não há divergências. Não há ninguém que não tenha estes princípios: são princípios comuns.»

José Estêvão
(Do primeiro discurso sobre as Irmãs de Caridade)

O ABSURSO DO ATEÍSMO

«O ateísmo! Isto é um tema velho e ridículo. Era um tema das academias antigas saber se poderia haver uma sociedade de ateus, e como se poderia viver nela – o que era o mesmo que discutir se podia haver sociedade sem homens.

Deus formou o homem com todos os instintos benévolos e vinculou os sentimentos generosos ao seu coração, de modo que a verdade santa não fosse a fraude e a mentira. O sentimento religioso não se analisa; não se lhe faz síntese nem análise; conhece-se e respeita-se. E, portanto, não se pode chamar ímpio a ninguém; chamar ímpio a alguém é dizer: «Vi a tua consciência, entrei nela, estive com ela, e conversei com ela.» Se isso fosse possível, era para emudecer a boca e só sentir o coração, porque, se os segredos de homem para homem se não podem dizer, os segredos de consciência para consciência estão selados com a honra. Herege e ímpio! É herege e ímpio o homem que, na sua ambição intelectual de conhecer tudo, pergunta a si mesmo por que vive, por que há-de morrer, quem é que o faz estremecer de horror, quem o faz expandir de contentamento, quem modera os seus ímpetos, quem sofreria os seus desejos? É ímpio quando, elevando a sua imaginação às maravilhas que o cercam, aos fenómenos da natureza que o deslumbram, e – desgraçado mortal! – querendo erguer-se até à imensidade, pára, não podendo mais, para depois, conhecedor da sua pequenez, da sua ignorância, descer à terra, humilhado e confundido diante da grandeza de Deus?!

Nesse momento, prostado de cansaço, abatido por não poder devassar os recônditos segredos da natureza; nesse momento, vem um raio de infinita graça iluminar a sua alma – e essa luz é a luz da religião. Nesse instante ele crê e espera; nesse instante prostra-se, como nós todos, diante das maravilhas de Deus.»

José Estêvão
(Do discurso sobre a Liberdade de Ensino)

biblRIA

A mamoa de Mamodeiro

A OCUPAÇÃO DO LITORAL DE AVEIRO DURANTE A PRÉ-HISTÓRIA RECENTE(*)

Fernando A. Pereira da Silva(**)

«A Costa Portuguesa neste distrito de Aveiro, ao sul do Porto, é de uma triste monotonia. Uma longa praia baixa, de fina areia, e cadeias de dunas coroadas às vezes pelos pinheiros, que chegam a fitar-se nas águas. Há sítios, [...], em que o mar avança, ou melhor, a costa se some [...].

A ria tem aqui, por outro lado, algo de campestre; parece que se ruraliza. Os seus limites confundem-se em muitas localidades; penetra na terra, por línguas de água. [...] O campo e o mar verdes, como que se abraçam e misturam sob o céu azul, oferecendo-nos a imagem mais fiel deste Portugal campestre e marinheiro que com os troncos dos seus bosques arou os mais remotos oceanos.

[...] junto ao lavrador vive o pescador. Aquele semeia o linho e faz as cordas das redes com que este pesca, fornece-lhe madeira para os seus barcos.»

UNAMUNO, Miguel de, *Por Terras de Portugal e de Espanha*
Assírio & Alvim, Lisboa, 1989, pg. 37.

1. INTRODUÇÃO

Quando Miguel de Unamuno redigiu aquelas anotações de «viagem» já pela Ria de Aveiro tinham perpassado cerca de duzentos anos desde que a acção do homem, pela primeira vez, tinha «investido» contra a asfixia económica que o assoreamento do porto causava à cidade de Aveiro[2], e de que Unamuno nos deixou as suas impressões. Mas, anteriormente aos meados do séc. XVIII, e a partir do séc. XII, várias alterações naturais se tinham verificado na foz do rio Vouga, a qual passará por sucessivas fases de «barra aberta» até ao completo isolamento da baía primitiva (fechada por cordões de areia), situação essa que só a acção humana poderia alterar, como de facto aconteceu.

Contudo, tais modificações não se comparam, nem de longe, com a evolução que o litoral sofreu, desde a última Idade Glaciar até ao momento em que a linha da costa se irá estabilizar, sensivelmente, nos níveis actuais.

Nessa altura, todo o litoral atlântico se apresentava muito mais avançado para Oeste do que o que ocorre actualmente, correspondendo a Plataforma Litoral a uma larga faixa de terreno numa extensão superior a 30 quilómetros, na região de Aveiro, atendendo à descida brutal do nível do mar de, pelo menos, 100 metros (DAVEAU, 1980: 25) (Fig. 1).

Só a partir da regressão flandriana, que ocorrerá cerca de 5 000 anos B.P., o litoral aveirense começará a ganhar a forma com que vulgarmente é reconhecido, embora as alterações nesse sector do litoral não tenham cessado, como a documentação medieval o documenta, desde o séc. XII.

Ao longo do séc. XIV, a foz do rio Vouga tinha já o aspecto de uma «ria», que os cordões litorais bem depressa se encarregarão de fechar, devendo-se a sua reabertura ao esforço dispendido pelo Homem, quer pela dragagem constante quer ainda pela construção de canais artificiais para escoamento e ligação ao mar.

A génese da formação do «Haff» do Vouga tem interpretações várias, de que as mais conhecidas serão porventura as de Amorim Girão e Alberto Souto. Segundo Girão, a foz do rio Vouga estaria mais para Este, apresentando a costa uma *«reintrância mais ou menos recortada»* (GIRÃO, 1922: 55), defronte da qual os ventos e as correntes de Norte teriam acumulado um cordão litoral. Seria entre Eirol e S. João de Loure que se faria a ligação do Vouga com o mar (o A. baseia a sua afirmação no facto de naquela área existir uma escarpa muito acentuada e em sondagens se terem descoberto restos de peixes e moluscos marinhos).

Em abono da sua afirmação, Amorim Girão socorre-se ainda da Arqueologia, dando com o exemplo o facto de o povoamento pré-histórico, documentado pelos megálitos (assim como por outros vestígios arqueológicos), ser feito a partir de tal linha costeira, pela razão simples de a pesca ser uma actividade que exerceria uma certa atracção sobre estes primeiros povoadores, donde a sua fixação em locais de forte acessibilidade ao aprovisionamento de tais recursos (Fig. 2).

biblRIA

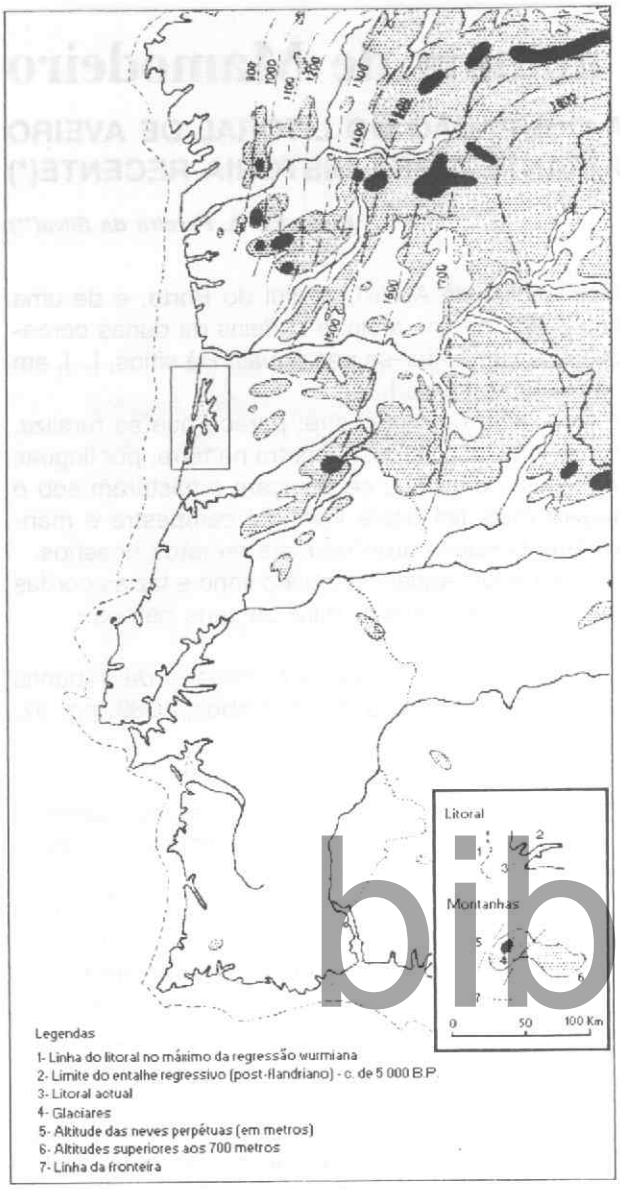


Fig.1 - Esboço da evolução do litoral e das montanhas de Portugal durante o glaciar Würm (Adap. de DAVEAU, 1980: 24).

Embora se trate de uma anotação relevante, na medida em que resulta de uma abordagem que procura correlacionar os dados da geomorfologia e os testemunhos vestigiais de povoamento com a proximidade ou o afastamento da linha da costa[9], partindo portanto de uma observação *in loco*, há porém um senão (em termos arqueológicos, que não geomorfológicos) a ter em conta: é que os primeiros povoadores são, para Amorim Girão, as populações que construíram os megálitos, o que faria recuar o povoamento de toda a região litoral (entenda-se o Baixo Vouga), a uma época «recente» dentro da Pré-História, altura em que as populações dominavam já as principais técnicas de fabrico e de aprovisionamento de matérias-primas, com uma actuação directamente incidente nos ecosistemas ambientais em que viviam.

Ora, o Megalitismo, nas suas plurifacetadas dimensões, é uma etapa precisa de um desenvolvimento económico, social e político de comunidades em «avançado» estado de desenvolvimento, num tempo mais ou menos específico, ainda que de diacronia larga, e não uma «moda», como insensatamente já vimos referido[10].

Em contrapartida, o povoamento do litoral (no caso específico o de Aveiro), tem um maior recuo do que aquele que o iminente geógrafo advinhava, nada custando a admitir que, esse primeiro povoamento, à semelhança aliás do que ocorre noutras regiões litorais, se tenha verificado na costa, dependente como estaria do aprovisionamento dos produtos da pesca. Desse remoto povoamento muito pouco chegou aos nossos dias, devido às transgressões marítimas, as quais submergiram a quase totalidade dos documentos materiais de tal ocupação do território[11].

Só assim se explica que, de um modo geral, sejam as manifestações funerárias das populações de pastores-agricultores neolíticos, aquelas que mais visivelmente pontuavam (na época em que escreve Amorim Girão), como ainda hoje, a paisagem: os megálitos, na sua versão mais comum, as mamoas ou «mámoas».

É deste povoamento intenso, ainda que diacrónico, que iremos tratar nas próximas linhas. Temos a preocupação de mostrar que, apesar das condições geomorfológicas particulares da região, o litoral de Aveiro foi densamente ocupado por

bibRIA

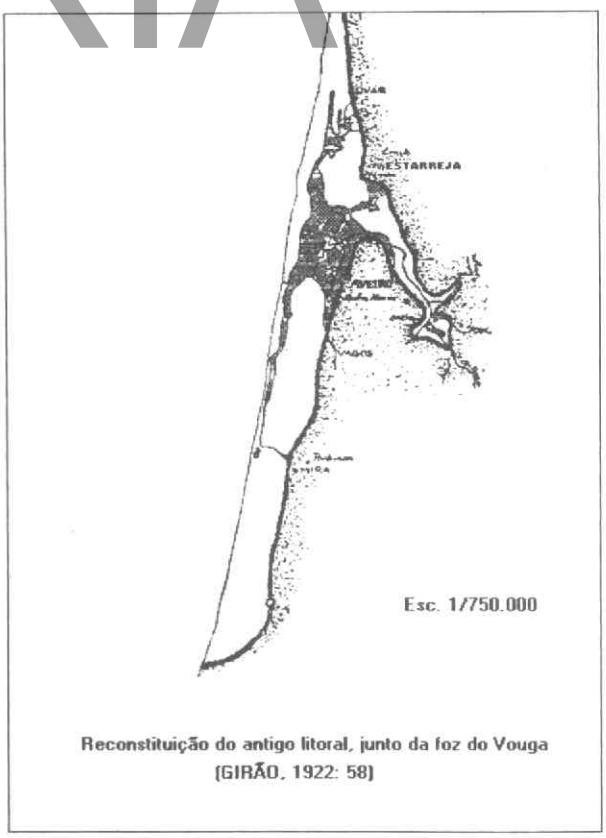


Fig.1 - Nesta carta o A. indica os monumentos megalíticos que sustentam a sua afirmação: de sul para norte, a Pedra Moura (SE de Aveiro); a Mámoa (em Mamodeiro); a Mámoa (Estarreja) (GIRÃO, 1922: 58).

populações que, possuindo já uma economia de produção, de base agro-pastoril (a que juntariam por certo os produtos propiciados pelas actividades piscatórias), nos deixaram como testemunhos mais visíveis, as «colinas funerárias» ou *tumuli*. Neles sepultaram os membros das suas comunidades. Alguns, por razões várias que se prendem com o surto urbano ou com os trabalhos agrícolas (entre outras explicações plausíveis), chegaram até nós apenas na microtoponímia e na tradição oral.

2. O TERRITÓRIO

Correspondendo à bacia do Vouga, mais precisamente ao Baixo Vouga lagunar, esta região é principalmente tributária daquele Rio, e quer a Foz se localizasse mais a montante ou mais a juzante, toda a actividade económica da região será profundamente marcada por ele, como ainda hoje em parte acontece (ainda que o rio tenha perdido alguma importância, até pelo facto de neste troço se apresentar muito poluido).

Meio de transporte e fonte de alimentos, o rio cedo chamou a atenção das comunidades humanas, as quais acabariam por se estabelecer ao longo das suas margens, sobre a linha de costa, onde fundaram aldeias, de que algumas foram a raiz das modernas vilas e cidades que se alinham de um e do outro lado.

Porém, antes de se encontrar com o oceano, atravessa uma região de geologia complexa, de que as principais unidades estruturais são as seguintes, de Este para Oeste (Fig. 3):

1 — rochas do complexo xisto-grauváquico, do soco précâmbrico
2 — arenitos e grés vermelhos do Triássico e Cretácico
3 — aluviões modernas e terraços do Quaternário
4 — areias, dunas e areias cólicas

Derivados de tal geologia e irrigados pelo Vouga e seus «braços», os solos na região têm capacidades de uso muito diversificada. Enquanto que nas areias do litoral predominam os Regossolos e os Podzois (pobres em nutrientes mas que facilmente se tornam produtivos, quando enriquecidos com adubos orgânicos), nas aluviões, com o predomínio dos aluviossolos, os solos são ácidos. Aí, quando não votados ao abandono, a orizicultura deu lugar ao cultivo de forrageiras embora, na zona lagunar, a pequena exploração agrícola continue a subsistir, nos solos de menor acidez e salinidade.

É nos terraços que os solos. predominantemente litólicos, apresentam uma elevada capacidade de uso. Já nos solos triássicos e cretácicos, constituídos por litosois e podzois nas variedades húmica e não húmica, a capacidade de uso é muito variável, dependendo dos materiais geológicos que entram na composição da matriz.

Por último, os solos do Précâmbrico, em que predominam os xistos gnaissóides, são predominantemente litólicos, com uma capacidade de uso que varia com o relêvo – menor nas zonas acidentadas, maior nas terras planas (ROGADO, 1982: 3-12).

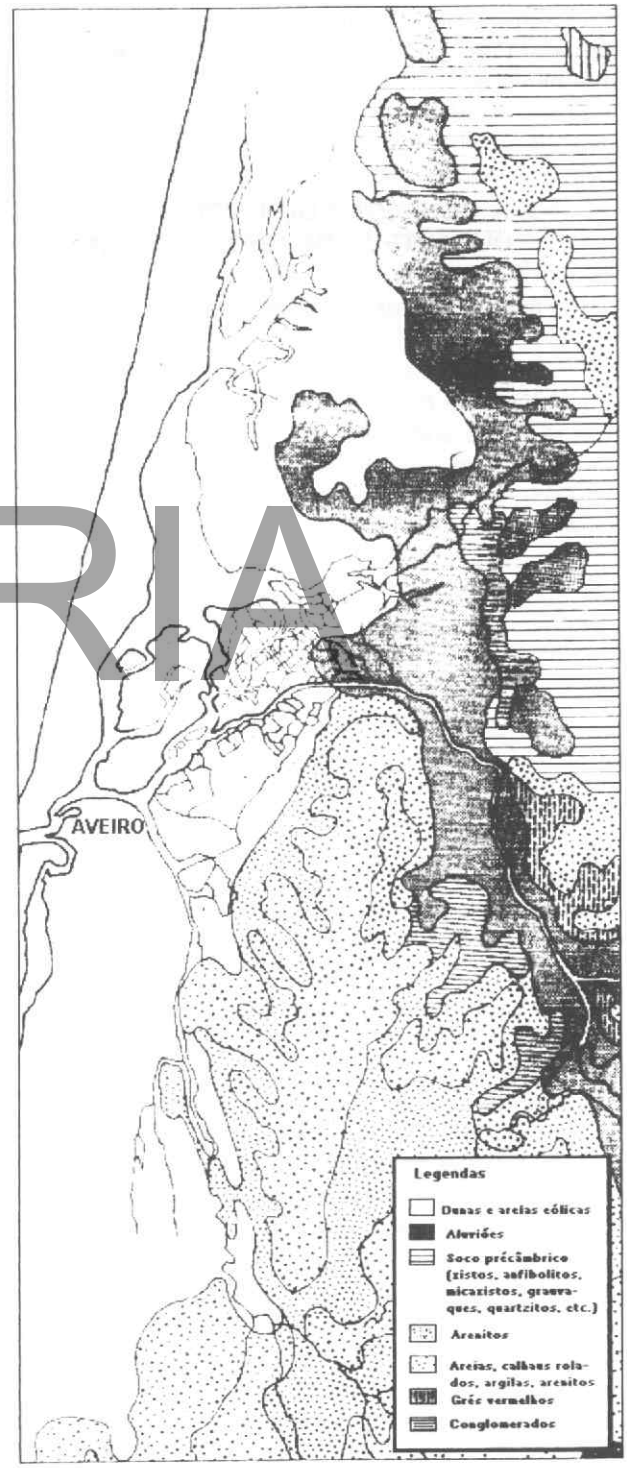


Fig.3 - Esboço da geologia do Baixo Vouga.

biblRIA

A fitoclimatologia da região é predominantemente mediterrâneo-atlântica, embora nas areias do litoral predomine a psamo-atlântica, e no sector sudeste da bacia do Vouga, a submediterrânea e a alúvio-atlântica, donde se conclui que em toda a área de estudo é predominante a influência atlântica (ALBUQUERQUE, 1952).

Será sobre uma matriz fitoclimática, geológica e pedológica, no geral não muito diferente da que aqui agora se apresenta, que se irão estabelecer as comunidades de pastores-agricultores construtoras das sepulturas sob montículo, de que abundam na região os exemplos arquitectónicos e toponímicos.

3. A OCUPAÇÃO DO LITORAL DURANTE A PRÉ-HISTÓRIA RECENTE

3.1 Os dados da micro-toponímia

O apoio da micro-toponímia à investigação arqueológica é da maior relevância, já que aquela não se dirige aos grandes espaços geográficos e/ou administrativos mas ao nível da análise local: o caminho, o campo, a linha de água, etc. A tudo o Homem designou por apelativos, fosse para os nomear ou, mais prosaicamente, para os identificar num espaço dado. Daí que seja uma fonte inesgotável de conhecimento mesmo nos dias de hoje – o seu maior inimigo é o esquecimento, o abandono, a onomástica moderna que, nas sociedades massificadas, tudo cilindra.

À falta de uma população com «memória», que cada vez mais se vê emergir, fruto de desenraizamentos económicos e sociais, o recurso aos Registos Prediais é a principal solução[12] para o conhecimento dos termos e das designações empregues usualmente pelos nossos antepassados, para designar esta ou aquela «leira», «o mato de pinhal», a «levada» da água, o acidente orográfico, a «confrontação» dos imóveis, etc.

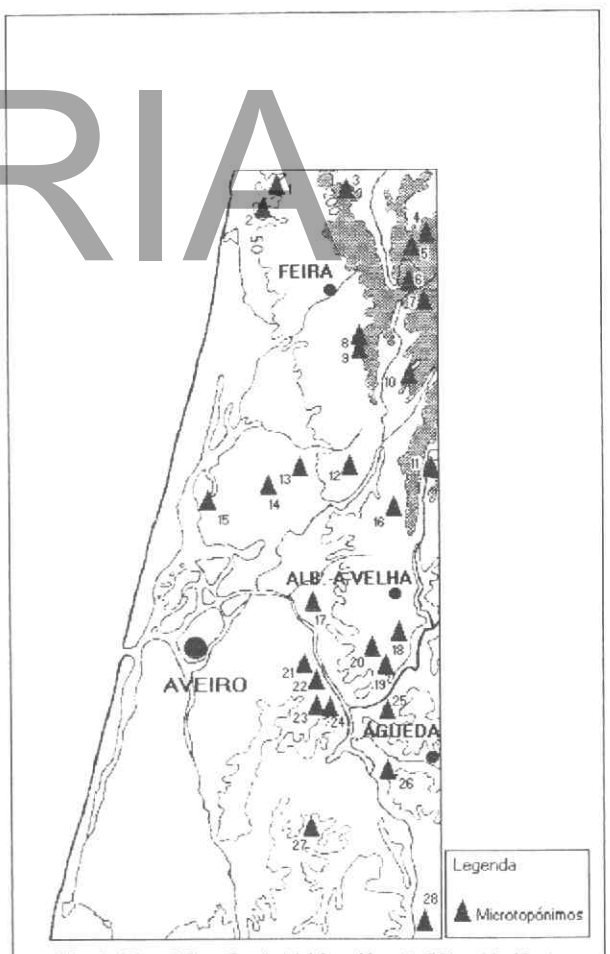
Neste trabalho, tomamos como ponto de referência para a recolha da micro-toponímia sujestiva do povoamento pré-histórico, a cartografia corográfica e militar, em várias escalas (1/25 000, 1/50 000 e 1 /100/000), na medida em que há variabilidades acusadas de carta para carta, mas também porque não cabe no âmbito deste artigo a recolha exaustiva de toda a documentação disponível[13].

Embora tenhamos tomado tal resolução, enquanto mera opção de trabalho, tal não inviabilizou uma primeira abordagem da distribuição espacial da microtoponímia.

Como é fácil constatar a partir da carta acima (Fig. 4), e embora não nos tenhamos regulado por qualquer compromisso com a exaustividade (pelas razões já aduzidas), os microtopónimos sugerindo a existência de monumentos megalíticos (em sentido lato), são muito mais frequentes na região litoral, do que alguma vez se poderia pensar[14].

E se com os meios utilizados para esta primeira abordagem, necessariamente superficial, o resultado é o que se constata, não podemos deixar de acreditar que a riqueza microtoponímica será ainda maior, logo que se proceda ao levantamento e implantação cartográfica exaustiva, a partir de toda a documentação, oral ou escrita, capaz de fornecer tais dados.

Os vinte e oito casos de microtopónimos sugerindo a existência dos correspondentes monumentos não encontra confirmação no terreno, devendo alguns deles documentar apenas a lembrança da sua existência, em tempo passado. O caso mais flagrante de tal situação encontrámo-lo subjacente ao topónimo «Mamarrosa», do Concelho de Oliveira do Bairro, o qual significa «mamoa arrasada».



1-Portela; 2-Anta; 3-Cisto (Tapada do); 4-Arca (Mato de); 5-Mamoinha Mourisca; 6-Portela; 7-Mamoela; 8-Mama do Gato; 9-Mama do Peralta; 10-Mámoa; 11-Mamoa; 12-Mouras (Almas); 13-Arca; 14-Mamoa; 15-Mama Parda; 16-Mámoas; 17-Mouriscal; 18-Mama da Galinha; 19-Mamuínhas; 20-Mamoa Negra; 21-Mama Pêga; 22-Pedra Moura (Agra da); 23-Mamodeiro; 24-Mámoa; 25-Mourisca; 26-Arca (Pedra d'); 27-Mamarrosa; 28-Mama (Cabeço da).

Fig.4 - Distribuição espacial de alguns microtopónimos "arqueológicos".

biblRIA

Entre os topónimos recolhidos e as sepulturas «megalíticas» ainda existentes, parece poder-se afirmar que o povoamento do litoral foi bastante intensivo. No entanto não significa, necessariamente, forte densidade populacional até porque, por certo, nem todos os monumentos sepulcrais foram construidos na mesma altura (o que é mais provável), à semelhança do que constatamos noutras regiões onde temos vindo a estudar o fenómeno megalítico.

3.2 Os dados da prospecção arqueológica

Se a micro-toponímia nos alerta para a existência de uma forte ocupação do litoral, durante a Pré-História recente, não é menos verdade que ela não esgota, ou melhor, não corresponde à totalidade dos túmulos que terão existido, e de que alguns ainda hoje pervivem, contra todas as vissicitudes.

Com efeito, nem a todos os monumentos existentes corresponde um micro-topónimo, nem todos os micro-topónimos documentam a existência de sepulturas.

Se a prospecção no terreno confirma (ou infirma) que alguns dos monumentos identificados pelos topónimos, ainda sobrevivem, noutros casos, mais não são já que mera recordação. Existem outros ainda, de que a memória colectiva não guardou qualquer lembrança ou então, com o passar do tempo e das gerações, o seu registo foi-se desvanecendo até desaparecer por completo.

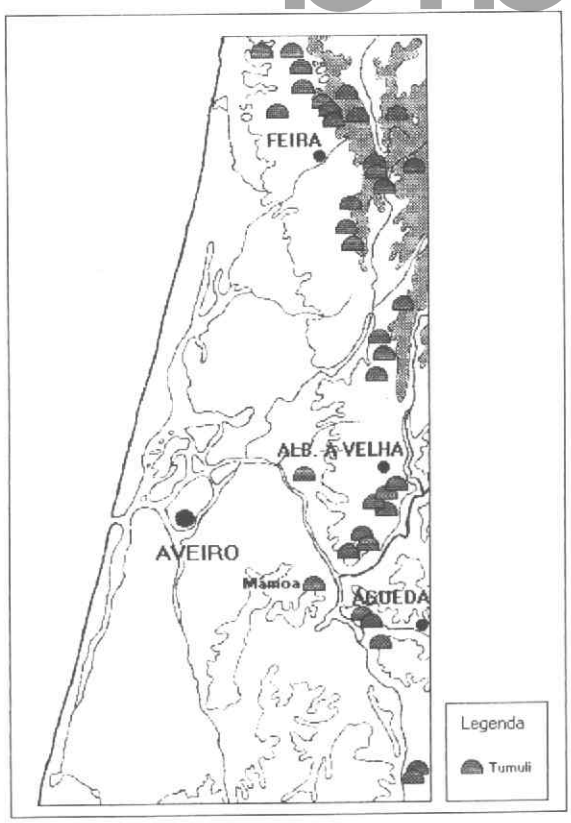


Fig. 5 - Distribuição espacial dos *tumuli*.

Dos vários factores que terão contribuído para a pervivência de algumas destas sepulturas, merece particular destaque a organização administrativa do território.

Com a aplicação nos anos 40[15] de medidas tendentes a organizar administrativamente o território, como hoje o conhecemos, muitos dos *tumuli* irão manter a sua tradicional importância administrativa, que lhes vinha já da Alta Idade Média[16]. Daí que, e seguindo aquela tradição, a sua importância enquanto marcos de divisão territorial, vá perdurar até aos dias de hoje, o que sem dúvida contribuíu para que a sua destruição não fosse tão intensiva, com aquela a que hoje assistimos, com os interesses económicos a sobreporem-se aos interesses das populações, o que tem originado a perda irremediável de parcelas importantes do nosso património arqueológico[17].

Tomando-se então os dados da cartografia arqueológica (Fig. 5), fácil é constatar que a distribuição actual das sepulturas megalíticas não acompanha de modo claro e absoluto, a distribuição espacial dos micro-topónimos (Fig. 4).

Tal não significa escassez de «povoadores», nem pode servir de base ao estabelecimento de que o povoamento da região litoral de Aveiro é de data «recente», na medida em que se nãoi existe uma documentação material abundante[18], de épocas pré-históricas (de que as explicações encontradas não podem ser exclusivamente históricas[19]) ela está presente ao nível do registo oral e toponímico.

Muito ou pouco documentada, a ocupação humana do litoral de Aveiro possui os testemunhos suficientes para a sua comprovação desde épocas remotas, de que as «mámoas» são apenas um testemunho entre muitos outros, que o decurso dos trabalhos de investigação não deixará certamente de trazer à luz do dia.

3.3 A «Mamoa» de Mamodeiro: contextualização

Documento material da maior importância que, se dúvidas houvesse, testemunha bem a forma de que se revestiu a ocupação intensiva do litoral de Aveiro (juntamente com aqueles *tumuli* que povoam a Plataforma Litoral e todos os outros para os quais apenas a memória da sua existência se mantém), é a Mamoa de Mamodeiro. Este monumento ocupa uma posição «avançada» no contexto do povoamento daquela região (e por extensão de todo o litoral do Centro-Norte Litoral de Portugal), na medida em que é a sepultura megalítica que mais próxima se encontra da linha

bibRIA

de costa, possuindo ao mesmo tempo uma implantação invulgar: à cota de cerca de 80 metros de altitude a n.m.m. é, actualmente, o único monumento em toda a região, que tem por substrato geológico as cascalheiras de um terraço[20].

Túmulo de grandes dimensões (Fot. 1), de modo idêntico às sepulturas que se distribuem por toda a Plataforma Litoral[21], a sua construção insere-se na prática da necropolização dos territórios dos vivos, pelas populações de pastores e agricultores que, a partir de V milénio a. C., irá ser uma prática generalizada em toda a Europa Atlântica e que, no território português, atingem uma expressão significativa.

Fenómeno atlântico por excelência, a existência de tais sepulturas não poupou área alguma, o que revela a vitalidade das comunidades que as construiram. Mesmo a geomorfologia particular, desta ou daquela região não foi impedimento à existência dos túmulos: quer se tratasse de regiões graníticas ou de regiões com predomínio das rochas pertencentes ao complexo xisto-grauváquico, terrenos aluviais ou depósitos de cascalheiras. A construção das sepulturas era um desafio que se impunha aos vivos, ao quererem perpetuar a memória dos membros da sua comunidade.

Testemunho dessa «indiferença» perante a inexistência de matérias-primas capazes de, *in situ*, propiciar a construção de uma sepultura, é a Mamoa de Mamodeiro, ao ter sido construída num local em que a pedra está ausente e em que os poucos elementos líticos são os calhaus rolados, fazendo parte integrante dos sedimentos do terraço quaternário que se estende por toda a área da Gândara de Mamodeiro.

Mais importante que o substrato geológico, que não condicionou coisa alguma, foi o tipo de implantação topográfica e a volumetria da sepultura: num cimo aplanado, no limite de uma curva de nível, dominando a paisagem circundante – hoje de pinheiros/eucaliptos e campos de cultivo.

A Mamoa de Mamodeiro, pelas caracteristicas exteriores que ainda hoje apresenta, não se distingue genericamente do restante «Megalitismo», quer as sepulturas se localizem no *hinterland* ou no litoral, nas terras altas ou nas terras chãs: *ver e ser visto*, são as preocupações dominantes que encontramos em todas as construções funerárias megalíticas, sobranceiras assim tanto a linhas de água, como a terrenos, hoje de cultivo (a proximidade de linhas de água é uma constante que encontramos nos monumentos do Centro-Norte Litoral).

Marcas de território, sem dúvida, mas também a afirmação da ligação perene dos mortos à comunidade dos vivos, as sepulturas constituem o que de mais perdurável o homem dessa época nos legou, pelo que o seu estudo, independentemente do estado de conservação das áreas deposicionais funerárias internas, é de primordial importância para o conhecimento de tais populações, já que dos seus *habitats* o desconhecimento é quase absoluto.

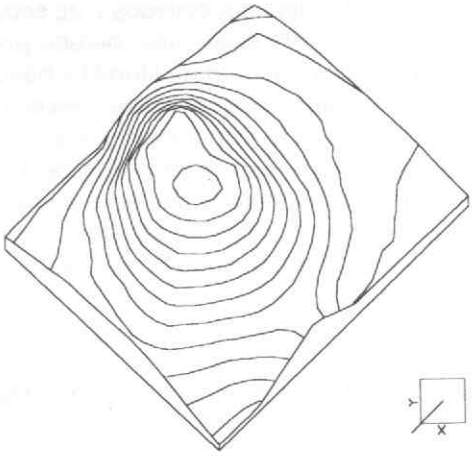


Fig.6 - Vista em perspectiva (de SW para NE) da Mamoa de Mamodeiro.

Embora de momento[22] desconheçamos quando se deu a construção do *tumulus* de Mamodeiro e por quanto tempo durou a sua utilização enquanto espaço funerário[23], parece contudo poder-se admitir que deterá uma cronologia algo posterior às primeiras manifestações sepulcrais megalíticas, devido a «pequenos» pormenos estruturais já assinalados e também pela sua inclusão no contexto das sepulturas que já estudamos na região, as quais apontam para uma maior anterioridade do megalitismo nas «Montanhas Ocidentais», ainda que algumas das indústrias que costumam acompanhar os conjuntos artefactuais mais antigos, estejam também presentes nestas sepulturas[24] (Foto 2).

Independentemente das questões de ordem cronológica, que este monumento levanta, a relevância da «Mamoa» de Mamodeiro advêm-lhe do facto de ser um dos poucos testemunhos «vivos» da ocupação humana do litoral durante a Pré-História Recente, o que permite fazer recuar o povoamento da região, pelo menos, até ao Neolítico.

No contexto da vida e da morte durante a Pré-História Recente, a necropolização do litoral de Aveiro é só por si um facto revelador da antiguidade do povoamento da região, mesmo se muitos dos seus testemunhos materiais hoje em dia se reduzem a pouco mais de uma dezena e de que a Mamoa de Mamodeiro é um bom exemplo.

Violados e desmantelados nas suas estruturas megalíticas uns, arrasados outros, o difícil percurso da sua existência saldou-se pela manutenção de uns poucos, não tantos como o que seria desejável mas, ainda assim, uma amostragem significativa do dinamismo de populações que, não olhando aos limites que lhe eram impostos

bibRIA

pelo meio em que viviam, souberam eternizar-se e, ao mesmo tempo, dar testemunho das suas atitudes e comportamentos perante a vida e a morte.

bibRIA

(*) — Texto que serviu de base à acção de formação na Escola C+S da Oliveirinha – Aveiro, em 18/01/94.

(**) — Est. Dout. Fac. Letras da Univ. do Porto.

(1) — Em Agosto de 1908.

(2) — Os primeiros trabalhos que visarão ligar a «laguna» – resultante do assoreamento do porto de Aveiro – ao mar, datam de 1757, e serão realizadas a expensas particulares de João de Sousa Ribeiro.

(3) — Há cerca de 4 000 anos.

(4) — A primeira referência documental a Aveiro remonta ao séc. X, ano de 959, altura em que Mumadona Dias faz doação ao «seu» Mosteiro de Guimarães de «[...] *terras in Alavario et salinas* [...]».

(5) — A «ria» de Aveiro é um «Haff» ou delta interior, pela acção das aluviões do rio Vouga.

(6) — Ver nota 1.

(7) — A tese de Alberto Souto aproxima-se nas suas linhas gerais, das teses defendidas por Amorim Girão, pelo que não a apresentaremos aqui. Referiremos apenas que na sua «Nota sobre a formação do actual aspecto geográfico da Beira-Vouga-Litoral», Alberto Souto associa também à transgressão flandriana a formação «*das deltas do Vouga e Antuã*» (v. Alberto Souto, *Nota sobre a formação do actual aspecto geográfico da Beira-Vouga-Litoral*, «IX Congresso Beirão – Estudos de Paleogeografia e Geografia das Beiras», Aveiro, 1953).

(8) — No original, o mapa de Amorim Girão inclui Espinho e a povoação de Anta, que aqui não indicamos por estarem já fora do Baixo Vouga.

(9) — Outros investigadores tentaram a aproximação entre os terraços quaternários e o litoral medieval, sem resultados satisfatórios porém (v. Jaime Cortesão, *Os factores democráticos na formação de Portugal*, Livros Horizonte, Col. Obras Completas de Jaime Cortesão, 1, Lisboa, (1974), p. 62). Alberto Souto situa na transgressão flandriana «acontecimentos» tão dispares como: «[...] *(Idade da Pedra Pulida. Habitantes neolíticos. Idade do Bronze. Dolmens e mamoas no litoral desde a Murtosa ao Cabo Mondego. Idade do Ferro. Tempos proto-históricos. Tempos históricos. Invasão romana. Castros lusos e luso-romanos)* [...]» (v. *op. cit.*, nota 7).

(10) — LUCAS, M. M. (1989), *Monumento Megalítico de Mamodeiro*, «Bol. Municipal de Aveiro», VII, 13-14, Aveiro, pp. 9-14. Se há testemunhos arqueológicos na Pré-História Ocidental que podem caracterizar-se pela sua perenidade (fora de qualquer efemeridade sasonal), que desafiaram o tempo e as gerações, sem dúvida que esse mérito caberá ao Megalitismo. Mesmo nos casos extremos, que passaram pela sua destruição física, o microtopónimo logrou chegar aos nossos dias.

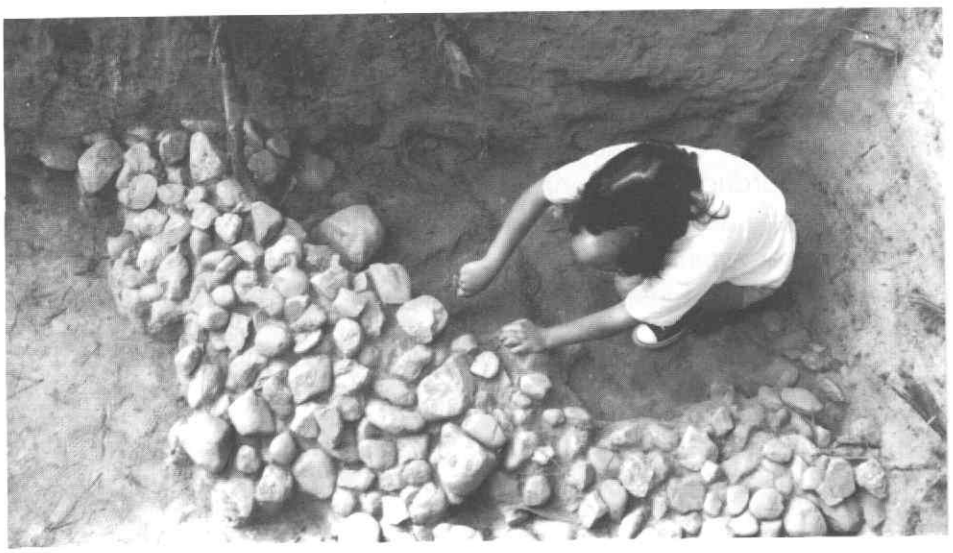
(11) — No litoral a norte do Mondego, embora não abundem os testemunhos arqueológicos da presença humana em épocas recuadas da Pré-História, conhecem-se alguns exemplos dignos de registo: no litoral de Vila Nova de Gaia (Praia da Madalena); nos terraços quaternários do Vouga (zona de Águeda); na Mealhada e, mais recentemente, arefactos líticos «ante megalíticos» foram recolhidos em Mamodeiro, no topo dos sedimentos do terraço quaternário aí existente, e sobre o qual foi construída a mamoa do mesmo nome.

(12) — O registo, em contacto directo com as populações locais, mormente com os seus elementos mais idosos, é também uma fonte inesgotável de ensinamentos.

(13) — Uma recolha mais exaustiva da documentação micro-toponímica deve tomar também em linha de conta a informação oral.

(14) — A distribuição da microtoponímia não parece corrobarar a hipótese lançada por Amorim Girão da relação directa entre os monumentos megalíticos e a linha de costa primitiva.

(15) — Será a partir da segunda metade do séc. XIX (com o *Código de Martens Ferrão* – 1867) que se irão implementar as grandes medidas tendentes à organização do território nacional.



As duas gravuras documentam as escavações em Mamodeiro

Porém, o diploma legal, base da organização administrativa «moderna» (*O Código Administrativo*) só será estabelecido em 1940 (embora criado em 1936, só após as várias alterações que lhe foram introduzidas será posto em prática), estabelecendo como unidade de base do território o concelho (V. Franz P. Almeida Langhans, *Organização Administrativa Local*, «Dic. Hist. Portugal», IV, Porto, pp. 453-459).

(16) — A utilização das mamoas ou *tumuli*, como marcos de divisória, é uma constante na documentação medieval.

(17) — A este nível, atente-se na reflorestação com eucaliptos que, de norte a sul do país, tem sido uma das causas principais de alienação do património arqueológico.

(18) — Trata-se de uma «afirmação» que deve ser tomada mais como«força de expressão», já que há muito trabalho de campo a realizar, ainda que algum já tenha sido feito.

(19) — A História e a Geomorfologia não são suficientes para explicar ou «justificar» a reduzida presença de vestígios *materiais* das populações que primitivamente povoaram a região de Aveiro. Factores tais como o surto urbano, a actividade agrícola, ou também de ordem biogénica, são alguns dos que poderão ser apontados como causa imediata da destruição de tais testemunhos materiais.

(20) — Os níveis superiores dos sedimentos do terraço quaternário revelaram a existência de indústrias líticas que documentam a existência de uma ocupação humana anterior (ou contemporânea) à construção da mamoa.

(21) — A título de exemplo, cite-se entre outras, a mamoa da «Mama» da Galinha, a Mamoa de Açores, a Mamoa do Boi, as mamoas do Taco, etc. As sepulturas mais pequenas que se documentam para a Plataforma Litoral são porventura as da Malaposta 1 e 2 (ambas violadas e uma delas, a 2, semi-destruída).

(22) — O estudo deste monumento decorre ainda, pelo que as conclusões só serão avançadas no final dos trabalhos.

(23) — Enquanto isso, como montuneira pública, a documentação é abundante!

(24) — Em caso algum foram identificados elementos de adorno em xisto.

Bibliografia

(1) — ALBUQUERQUE, J.M. (1952), *Carta Ecológica de Portugal*, EAN Lisboa.

(2) — ALVES, F.J.S. *et al.* (1988/1989), A armadilha de pesca da época romana descoberta na praia de Silvalde (Espinho), *O Arqueólogo Português*, Série IV, 6-7, Lisboa, pp. 187-226.

(3) — CORTESÃO, J. (1974), *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*, Liv. Horizonte, Col. Obras Completas de Jaime Cortesão, I, Lisboa.

(4) — DAVEAU, S. (1980), Espaço e tempo. Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos, *CLIO*, 2, Lisboa, pp. 13-37.

(5) — GASPAR, J.C. (1983), *Aveiro. Notas Históricas*, Ed. CMA, Aveiro.

(6) — GIRÃO, A. de A. (1922), *Bacia do Vouga*, Coimbra, pp. 53-59.

(7) — LANGHANS, F.P.A. (s/d), *Organização Administrativa Local*, «Dic. Hist. Portugal», IV, Porto, pp. 453-459.

(8) — LUCAS, M.M. (1989), Monumento Megalítico de Mamodeiro, *Boletim Municipal de Aveiro, VII, 13-14, Aveiro, pp. 9-14.*

(9) — MARTINS, F. (1946). A configuração do litoral português no último quartel do séc. XIV. Apostila a um mapa, Biblos, XXII, I, Coimbra, pp. 163-197.

(10) — MENDES, H.G. (1974), Cartografia e engenharia da Ria e Barra de Aveiro no último quartel do XVIII, *Arq. Dist. Aveiro*, XL, 159, pp. 184-220; 160, pp. 241-269.

(11) — REIS, A. (1993), *Ria de Aveiro, Memórias da Natureza*, Ed. CMO, Ovar.

(12) — RIBEIRO, O., LAUTENSACH, H. & DAVEAU (1987) *Geografia de Portugal. I. A. Posição Geográfica e o Território*, Ed. João Sá da Costa, Lisboa.

(13) — ROGADO, Q. (1982), *Nota àcerca dos solos do Médio e Baixo Vouga*, INIAER, CNROA, Aveiro, 14 pp.

(14) — SILVA, F.A.P. da (1993), *Megalitismo e Tradição Megalítica no Centro-Norte-Litoral de Portugal: breve ponto da situação*, «Actas do 1. Congresso de Arqueologia Peninsular», I, Porto, pp. 93-125.

(15) — SILVA, M.ª J.V.M. (1991), *Aveiro Medieval*, Ed. CMA., Aveiro.

(16) — SOUTO, A. (1953), *Nota sobre a formação do actual aspecto geográfico da Beira-Vouga-Litoral*, «IX Congresso Beirão - Estudos de Paleogeografia e Geografia das Beiras», Aveiro, 11 pp.

(17) — TEIXEIRA, C. & ZBYSZEWSKI, G. (1976), *Carta Geológica de Portugal. Notícia Explicativa da Folha 16-A Aveiro*, SGP, Lisboa.

(18) — UNAMUNO, M. de (1989), *Por Terras de Portugal e da Espanha*, Assírio & Alvim, Lisboa, p. 37.

bibRIA

LIBERDADE DE IMPRENSA E DE TRIBUNA

«O Governo de um só homem é o Governo mais perigoso de todos os Governos; é verdade antiga, mas não é mau repeti-la. A liberdade de imprensa e a liberdade de tribuna não são feitas para desafogar paixões e contentar ambiciosos; são instituições indispensáveis para opor vontade a vontade, parecer a parecer, opinião a opinião, e tirar destas oposições as máximas e expedientes de razão, de justiça e de moralidade, com que só se governam os povos».

José Estêvão
(Do discurso sobre «Charles et Georges»)

José Estêvão

NA TRIBUNA DA VIDA

Virgílio Nogueira

A extensão da retórica ao domínio da política, protagonizada por José Estêvão, traduziu-se numa ruptura face ao dogmatismo e ao estilo monológico que caracterizavam o status político. O alargamento da dimensão retórica, do domínio religioso e forense, ao território político confere a José Estêvão, como seu progenitor, um estatuto ímpar nos anais da democracia em Portugal.

À sedentarização maniqueísta do absolutismo opor-se-ia, pela argumentação e outras estratégias retóricas, o nomadismo das ideias. Sobretudo, quando novos princípios abalavam as estruturas da velha Europa e derrocavam os valores instituídos pelos séculos de monarquia. Provêm da França, pela revolução de 1789, os ideais peregrinos que modificariam o quadro político-social da Europa. É aos axiomas instaurados e propagados pela revolução francesa, aos seus teorizadores, que José Estêvão subtrai o ideário do seu liberalismo burguês. A conceptualização que faz da Soberania Popular tem uma clara influência de Rosseau. José Estêvão pronunciou-se – «Definir o princípio da soberania popular é reconhecer que o povo é o único senhor de todos os poderes políticos, de todas as faculdades governativas; e sujeitarmo-nos às suas consequências é reconhecer que ele pode delegar o exercício destes poderes como quiser e em quem quiser».

Como liberalista intrínseco José Estêvão apropria-se legitimamente dos símbolos sagrados dos movimentos liberais, os princípios de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Diria a propósito: – «A desigualdade é o absolutismo. A igualdade é a liberdade. A democracia é a igualdade, a liberdade e a fraternidade».

De Montesquieu, ainda de França, extrai José Estêvão, para firmar as suas posições liberais e constitucionais, o princípio de separação e independência dos poderes executivo, legislativo e judicial. Havia que evitar a ressurreição do absolutismo e, por outro lado, garantir a implantação da monarquia constitucional e a efectivação dos desígnios liberais.

Não sendo um doutrinador, José Estêvão assumia-se como um homem de acção interessado em solucionar os problemas que surgiam. Por isso, pela arbitrariedade dos acontecimentos da vida nacional, a sua obra política, inscrita sobretudo em discursos parlamentares e em artigos de jornais, dificilmente conseguiria iludir a dispersão e a fragmentação. Contrapunha à indisponibilidade para o estudo profundo uma leitura rápida e lúcida das situações. Interessava-lhe mais resolver do que ponderar ou equacionar. Mas, não se pense José Estêvão como um imediatista. A sua acção política possuia um *telos*, um fim, um desejo: – «Queremos uma constituição popular; um rei sem arbítrio; uma representação extensa, uma família social; nacionalidade segura; admnistração sem oprimir; autoridade com confiança;

biblRIA

centralização com foros; justiça com independência; fazenda regulada; despesas com economia; tratados com indústria; reciprocidade sem perdição; ordem sem entusiasmo, e liberdade sem sofismas».

Nascido a 26 de Novembro de 1809 em Aveiro, José Estêvão deixa a sua cidade natal para cursar direito em Coimbra. Na senda liberalista de seu pai, Luís Cipriano, advoga as conquistas da revolução liberal vintista. Estava-se em 1825 e o exímio aluno proferia os primeiros discursos nos clubes políticos da academia.

A integridade e a coerência de José Estêvão afirmam-se e sobressaem quando se alista no Batalhão de Voluntários Académicos em 1826, oponente à reacção miguelista que vingava na região centro do país. José Estêvão defenderia os seus ideais até às últimas consequências, até à morte. O que esteve prestes a acontecer em dois momentos. Primeiro, em 1832, na defesa da Serra do Pilar, e depois, no ano seguinte, no terrível confronto que ficou conhecido como «Flecha dos Mortos». Como reconhecimento dos seus feitos, o Imperador D. Pedro condecora-o com o grau de oficial da Torre e Espada.

Retorna aos estudos após o armistício de Évora-Monte. Desagradado com a inexistência de uma atitude reformista e com a ausência de progresso social, bem como com a corrupção vigente nas esferas do governo do imperador, adere à Revolução de Setembro.

Dispensado da frequência do 5.º ano, substitui, por proposta de amigos, o pai no parlamento. É eleito representante pelo círculo de Aveiro em 1837. A eloquência dos seus discursos, provada logo no seu primeiro discurso parlamentar, de 5 de Abril de 1837 – Profissão de Fé – ecoa pelos clubes políticos da capital e adquire maior dimensão com o abraço que faz ao jornalismo. É o fundador do jornal «O Tempo», em 1838.

Após a Arsenalada e a aprovação da nova Constituição, José Estêvão é reeleito para o Parlamento em 12 de Agosto de 1838, novamente por Aveiro. No governo de Costa Cabral o orador da Convenção Marcos Filipe, tendente a apaziguar o incidente do Arsenal, é o opositor mais temido e é mandado vigiar.

O ano de 1840 fica marcado pela conquista, através de concurso público, da liderança da cadeira de Economia Política da Escola Politécnica e, sobretudo, com a fundação de «A Revolução de Setembro», empreendimento jornalístico guardião dos ideais setembristas. A subida de Costa Cabral ao poder, em 1842, traduz-se numa acentuada contestação ao cariz despótico ao seu governo. José Estêvão é um dos desconstrutores dessa política totalitária, que culminaria com a reintrodução da Carta Constitucional. As movimentações militares contra os cabralistas, em que José Estêvão participa, têm um desfecho adverso. A solução é o exílio em Paris.

O abandono forçado do país só terminaria quando rebenta a revolução popular contra a centralização Cabralista e, especialmente, contra a Lei da Saúde Pública – a designada revolta de Maria da Fonte, de 1846. As reminiscências desse movimento democrático, que depôs Costa Cabral e permitiu o regresso de José Estêvão, encontram-se na Patuleia. Entretanto, o Duque de Palmela ascendera ao poder e preparam-se novas eleições. José Estêvão continua interessado em vingar os ditames setembristas. Discursa em comícios eleitorais, exaltando o programa da Associação Eleitoral Setembrista.

Os interesses estabelecidos, perpetuados por graça divina, preocupados com as agitações verificadas, Maria da Fonte e Patuleia, sentem-se confrontados e constrangidos com o apoio populacional concedido aos setembristas. A raínha D. Maria personifica a reacção, obrigando Palmela a assinar a sua demissão. A emboscada aos direitos do povo continua com a revogação da lei eleitoral e com a suspensão dos jornais. A ameaça da tirania voga outra vez sobre o país, que entra em estado de guerra civil. A intransigência perante a dissolução da liberdade impele José Estêvão a aliar-se às tropas, organizando-as e percorrendo com elas vastas faixas do país.

A moderação dos seus líderes e a intervenção de forças estrangeiras em auxílio da realeza condenaram as milícias populares à rendição, que encontra o seu desfecho na Convenção de Gramido, de 30 de Junho de 1847. Vitoriosos, os cartistas fazem todas as acrobacias para vencer as eleições. Decorria ainda o ano de 47. E o Partido Nacional, que reunia a oposição, pouco pode fazer para evitar as falsificações nos recenseamentos, as ameaças e as intimidações que os cartistas efectuam com a anuência das autoridades. Colocou-se a hipótese de não ir às urnas. José Estêvão opôs-se. A sua justificação: – «A vontade de ir à urna é mostrar a necessidade de sair da politica especulativa e de entrar na política prática para realizarmos todas as vantagens da civilização e alcançarmos o fim de todas estas lutas, que deve ser uma maior soma de inteligência e melhoramentos sociais».

A derrota do Partido Nacionalista é estrondosa. José Estêvão fica arredado do Parlamento. Integra então o núcleo republicano que surgira por iniciativa de Oliveira Marreca. Ainda que José Estêvão não contestasse as monarquias enquanto «um principio inocente de organização social», temia «os direitos que lhes são funestos». Por outro lado, via a desprorporção das fortunas como a raíz de muitos males. Daí que, para além do republicanismo, José Estêvão simpatizou com a utopia socialista. Chegou a afirmar: – «Não nos

biblRIA

cumpre classificar de utopia senão o estacionamento».

Membro do Triunvirato Republicano, José Estêvão pertence também a um foco maçónico gerado por esse núcleo de republicanistas. Participa na direcção da Ordem Maçónica Carbonária Lusitana. O governo de Saldanha suspeita dos embriões revolucionários que conspiram contra si em todo o país. Dá ordem para a detenção dos contestatários. O mandato de captura dirige-se também, e principalmente, a José Estêvão. O tribuno, o grande orador, foge para os arrabaldes de Lisboa. A casa do Padre António é o seu refúgio e a sua audiência são herbívoros dos campos onde, a plenos pulmões, expia o seu desencanto, qual Santo António dirigindo-se aos peixes.

Em 18 de Junho de 1849, Costa Cabral desacredita Saldanha e retoma as rédeas do poder na sua mão. Concede uma amnistia geral para pacificar a nação. José Estêvão volta ao quotidiano regular. Inaugura o trajecto das leis com a abertura de um escritório de advogado. A sua carreira no foro é bem sucedida; a capacidade argumentativa, a nobreza mímica, a dicção e a colocação de voz, para além da fé inabalável no Bem e no Justo, proporcionar-lhe-iam o triunfo no espaço da Lei como acontecera na tribuna parlamentar.

A paixão da política, de servir a causa pública, nunca deixou de estar nos horizontes de José Estêvão. Possuia objectivos claros, nunca se acomodando. As suas convicções marcam uma ideologia e um comportamento. «Eu sou, fui, hei-de ser sempre revolucionário e não compreendo que nenhum homem público possa deixar de ser revolucionário. Não entendo que nenhum homem público deva curvar a cabeça ao abuso de todos os poderes, conservando-se sempre no círculo da legalidade. Quando as leis são calcadas, quando o Parlamento perde a sua acção, quando a imprensa é manietada, os meios legais são desconhecidos, as armas e todos quantos meios indiciam a capacidade humana, todos eles são legítimos, todos eles são sancionados pelo exemplo dos séculos e por todos os filósofos e legisladores».

A Regeneração coincide com a 5.ª eleição de José Estêvão para a Câmara dos Deputados. O país vive a aproximação tangente ao liberalismo. O grande orador aplaude e incita a política fontista. A construção de 2.500 Km de estradas, de 740 Km de caminhos de ferro ou o alargamento da rede escolar, bem como a criação da Direcção Geral da Instrução, são factores aprazíveis. O próprio José Estêvão intervém neste processo de crescimento económico e social, apoiando e leccionando no Centro Promotor de Melhoramentos das classes laboriosas.

O requerimento que faz na sessão da Câmara de 8 de Julho de 1853, solicitando que o governo fizesse um estudo sobre o modo de fazer plantações no litoral aveirense, demonstra o grande interesse que depositava nas questões da sua região. Aveiro merecia-lhe todo o carinho e atenção. Em alternadas sessões requer a construção de um liceu, de uma biblioteca pública, melhores instalações para cadeias e tribunais da cidade. Consegue a edificação do liceu, as estradas de Aveiro a Albergaria-a-Velha e de Aveiro a Mogofores, a estrada da Gafanha, as obras da Barra e consegue, ainda que dificilmente, que o traçado já estudado do caminho de ferro de Lisboa ao Porto se alterasse, flectindo a linha para passar por Aveiro. O respeito que o Parlamento tinha pela palavra de José Estêvão certificava de igual modo a autonomia do distrito e do bispado de Aveiro.

Em 1857 a morte de seu pai, correligionário e amigo, abala-o. No entanto, não o impede de proferir um dos seus mais brilhantes discursos, «Charles et George».

biblRIA

Aveiro – Pormenor da casa onde nasceu José Estêvão

No ano ulterior, José Estêvão contrai matrimónio com Rita de Miranda. Têm dois filhos: Luís Cipriano Coelho de Magalhães e José Estêvão Coelho de Magalhães, que faleceu, bastante novo, vítima de tuberculose.

A qualidade dos seus discursos mantém-se em 1861, aquando da sua última eleição para deputado. São exemplos «Irmãs de Caridade» e «Exéquias do Conde de Cavour». A sua voz permanece a mais enérgica e independente da Câmara. A par da actividade parlamentar continua a relação assídua com o jornalismo. Vende a sua parte do «Revolução de Setembro», funda a «Liberdade» e, com perímetro geográfico mais restrito, publica o «Districto de Aveiro». A estratégia e a metodologia que utiliza para atingir a sociedade que defende é a da Comunicação. Valoriza o poder da palavra. Quer da escrita, quer da falada. Acredida na persuasão do Verbo. Na capacidade que a frase invoca e evoca sobre o indivíduo. José Estêvão sabia que a retórica significava inteligência. Que a retórica conotava diálogo, discussão, participação do povo. Por isso, introduziu a retórica para usurpar, pelo raciocínio colectivo, o poder que alguns guardavam com armas. José Estêvão reconhecia que «uma batalha pode ganhar-se com pólvora e bala; mas um sistema de governo estabelecido e arraigado num país não se pode destruir sem que contra ele se estabeleça uma conflagração geral». Conflagração essa que será inflamada pela acção retórica. Governo esse que será derrubado pela clareza e distinção de um argumento!

O prestígio e carisma de José Estêvão proporcionam-lhe a eleição para grão mestre da Confederação Maçónica, em 1862. Nessa função, entre outras obras, avulta a criação do Asilo de S. João. Também a José Estêvão se deve o surgimento, em Aveiro, do asilo com o seu nome, obra por que sempre lutou e que viria a ser inaugurada postumamente. Porque no dia 2 de Novembro de 1862 cai na cama gravemente enfermo. O esforço dos oito médicos que o assistem é vão; à meia hora da madrugada de 4 de Novembro falecia José Estêvão. No dia seguinte comparecia ao féretro uma multidão de mais de sete mil pessoas. Freitas de Oliveira diria a propósito: – «Não foi o préstito regular e aparatoso do enterramento do rei; foi a confusão da mágoa, o desalinho da aflição, a desordem do sentimento».

Dois anos volvidos, em 1864, os restos mortais são transladados do cemitério dos Prazeres para o de Aveiro. Entretanto, a memória e o legado de José Estêvão são resguardados e perpetuados com a atribuição do seu nome a várias ruas do país. Em Lisboa e em Aveiro erguem-se estátuas suas. A postura que registou, a altivez da sua coerência revêm-se na solidez do bronze. A edição de livros com os seus discursos devolve à contemporaneidade o que a erosão do tempo prescreveu.

José Estêvão foi o precursor dos princípios de liberdade, de igualdade e de justiça social em Portugal. O arquétipo do democrata. Falar da sua personalidade é dar asas à democracia. Lembrá-lo é restituir ao presente a generosidade e a nobreza. Homenageá-lo com dignidade é um propósito que todos os aveirenses devem ter...

biblRIA

Bibliografia

(1) — Freitas de Oliveira – «José Estêvão. Esboço histórico»
(2) — Joel Serrão – «Dicionário de História de Portugal»
(3) — José Estêvão – «Discursos Parlamentares»
(4) — José Tengarrinha – «História da Imprensa Periódica Portuguesa»
(5) — José Tengarrinha – «José Estêvão Coelho Magalhães. Obra Política»
(6) — Marques Gomes – «Jose Estêvão. Apontamentos para a sua biografia».
(7) — Victor de Sá – «A Crise do liberalismo»

SERIEDADE GOVERNAMENTAL

«Nos antigos Conselhos de França, porque havia tribuna e imprensa, havia mais seriedade, e a seriedade é indispensável em todos os Governos. Pode um Governo qualquer ser forte, arrojado, destemido e arrogante, ter todas estas qualidades e quantas lhe queiram atribuir: se não for sério, não é Governo, e a seriedade é mais para ser sentida do que definida».

José Estêvão
(DO discurso sobre «Charles et George»)

No Centenário de Almada Negreiros

IMPRESSÕES DE ALMADA NEGREIROS SOBRE AVEIRO

Ana Paula Cabrita

Na Revista «Panorama», em 1941, n. 1, figura um texto de Almada Negreiros intitulado «Aveiro – Primeiras Impressões».

A cidade é retratada no contexto dos elementos do Universo, fazendo sobressair o ar, relativamente à água e à terra. Tal marca surge, aliás, consagrada de forma emblemática na representação modelar da ave no centro das armas de Aveiro. O artista propõe, pela palavra, uma visão sempre pictórica do mundo aveirense, atento à forma, à disposição e sobretudo à luminosidade do espaço descrito. No lugar heráldico, a ave é banhada de luz, em céu aberto, sem regras nem fronteiras. E, em terra, até os xailes pitorescos das mulheres, no olhar subjectivo do pintor, lembram ainda a imagem da ave.

A vasta planura geométrica da cidade, plena de liberdade e infinito, convida ao sonho e à fantasia. A lonjura do horizonte dá asas à imaginação.

Esta percepção da cidade levou Almada a uma pequena digressão pela pintura de William Turner, aproximando-a da vertigem aérea e da extravagância luminosa. Tal evocação recorda o interesse do artista inglês pelos fenómenos solares da atmosfera, envolvendo-se no impressionismo da aguarela. Também Raúl Brandão, numa passagem de «Os Pescadores», cita o pintor mencionado num contexto semelhante: «Reparo no céu... Como num quadro inverosímil de Turner as névoas esgarçadas embebem-se em reflexos vermelhos – cores delicadas de nácar, interiores de conchas, tons róseos bebidos pelas gotas de humidade». (Capítulo «A Ria de Aveiro»).

Esta visão poética da paisagem prolonga-se na contaminação entre céu e terra, através da imagem das salinas. A voz feérica do escritor confunde-se com a sensibilidade geométrica do artista plástico: «Há vários milhares de anos caíram aqui as célebres janelas do palácio do Céu. Ficaram intactas as vidraças nos respectivos caixilhos porque as janelas caíram sobre a relva verdinha. Hoje são as salinas».

A figura polifacetada de Almada Negreiros leva-o ainda a considerações de nível metalinguístico, partindo da transmutação morfológica do rio em ria e derivando para a projecção do seu género na configuração da cidade como reino feminino. A mulher protagoniza um tipo humano, abarcando a expressão de uma identidade nacional. Longe de fronteiras e virada para o mar, Aveiro recorta-se com um cenário genuíno, autenticamente predestinado para a formação do espírito da nação, como um «segredo sereno e longínquo».

As palavras acima publicadas foram proferidas na sessão de homenagem a Almada Negreiros, que teve lugar no salão cultural da Município, no dia 21 de Março de 1993, e que foi da iniciativa da autora, com a participação de Cristina Manuela Sá, Rosa Lídia Coimbra, João de Mancelos e Gaspar Albino, e com o apoio da Autarquia Aveirense. Lamentamos que só nos tenha sido possível referir-nos a tal comemoração neste número do Boletim.

Porque Ana Paula Cristina se refere ao texto que Almada Negreiros fez editar na revista «Panorama», aqui o transcrevemos totalmente:

— «Ave... ave... Lá está! Lá está a arma ao centro das armas de Aveiro: Uma ave sobre céu

bibRIA

verdadeiro! Fizeram bem em circundar a ave com o céu e os astros. Nada da terra e nada do mar. O ar e a luz, apenas. É de heráldica feliz. A linda e luminosa região de Aveiro, rica de terra e de mar, não pode deixar de prestar, no seu próprio escudo, a sua melhor homenagem ao ar e à luz. É prova de gratidão perene. Achamos certo e justo. Os xailes das mulheres têm mais de ave do que parecenças com qualquer coisa da terra ou do mar. Mais do que nada, foram, sem dúvida, o ar e a luz que fixaram Aveiro aqui neste largo de terra mesmo ladinho ao mar. O ar parece mesmo daqui de Aveiro, e a luz, essa, entornou-se aqui por cima, fora de todas as regras de iluminação, esbanjadoramente, milagre do disparate de aprendiz que não estivesse prático em manejar as torneiras da luz. Autêntico milagre do sol não ter espírito de economia. Precisamente: mãos rotas de luz!

Aveiro não tem fronteiras nem no mar, nem na terra nem no ar. As fronteiras do mundo não passam por aqui. Em todas as direcções o horizonte ou o zénite estão no infinito. Não há aqui possibilidade de obstar o além. Todas as alturas, incluída a aviação, serão infrutíferas para abrangermos com a atmosfera esta paisagem de mar e terra, ambas ao mesmo nível e metidos um pelo outro, com premiscuidade, sem os naturais limites da personalidade.

De modo que a mais extraordinária vista de Portugal não tem varanda para a vermos. Já Oliveira Martins mandou irmos vê-la dos montes de Angeja (9 quil.). Não estamos de acordo. É pouco. A única forma de podermos ter uma vaga ideia destas vastidões e de conhecermos as medidas próprias para sonhar devidamente este panorama, consiste em cruzarmos a região nas várias direcções com o mapa na cabeça. Escusado será dizer que este mapa não se encontra à venda, coincide com o oficial, mas é pessoal e intransmissível. E isto é tão verdade que estamos aqui no pedaço de Portugal onde há mais bicicletas. Mais bicicletas, sinónimo de plano, de raso. Por conseguinte, lealmente vos digo que o único sítio donde podereis ver com exactidão toda a maravilha destas paragens de Aveiro está convosco mesmos, deixando subir livremente o sangue à imaginação. De nenhuma outra forma diferente desta podereis, condignamente, corresponder à natureza.

Algumas das célebres aguarelas de Turner podiam ter por título Aveiro. Turner, sobre um centímetro de terra na tela, punha-lhe quilómetros cúbicos de ar e nuvens iluminadas com aquela extravagância que a imaginação não supera. Como às cores mal lhe cabiam no fiozinho de terra, vá de estendê-las pelo ar e pelas nuvens, com uma prodigalidade para muitos irreconhecível. Pois vinde a Aveiro: as cores que o ar e as nuvens usam aqui são uma homenagem permanente da natureza ao fantasista Turner. O pior é que a homenagem desbota Turner.

Há vários milhares de anos caíram aqui as célebres janelas do palácio do Céu. Ficaram intactas as vidraças nos respectivos caixilhos porque as janelas caíram sobre a relva verdinha. Hoje são as salinas.

Não é impunemente que o rio, aqui em Aveiro, muda de sexo e toma o feminino ria. Em Aveiro reina o feminino. O homem anda pró mar e noutros giros de homem e a casa é ao gosto dela. Essa vocação de esperar e de guardar o sítio que têm as mulheres faz o perfil das gerações e das regiões. E aqui é tão evidente que a fisionomia de Aveiro é francamente feminina. Mas ao dizer mulher não completaríamos o sentido se não lhe juntássemos povo. Não é questão de juntar palavras e pôr mulher do povo, não, é outra coisa.

Em toda a parte acontece haver uma uniformização de tipos, apesar das raças diferentes que lá se cruzaram; e se há, de facto, um tipo ao qual possamos chamar português, não é tanto com as feições que devemos contar, como uma determinada expressão comum que nelas se inclua. Mais surpreendente que noutra parte, Aveiro dá-nos o

bibRIA

Almada Negreiros – Mulher deitada escrevendo (Fresco que existiu no edifício dos Correios - Aveiro)

tipo inconfundível da portuguesa. Ainda que qualificada pela região, lá está aquela determinada expressão comum a uniformizar os vários caracteres fisionómicos. Seja por que for, esta gente pronuncia bem o português, e sem denúncia da região, como acontece em todas as outras. Paramos a cada passo, não para escutar conversas mas para ouvir as vozes a falar. Para ouvir e para ver. Aquela expressão comum a nós todos lá está, com todo o seu invencível. A uniformização fez-se. E é a toda a amplidão desta uniformização que podemos devidamente chamar povo.

As mulheres de Aveiro são no seu conjunto (digo exactamente: no seu conjunto *) o melhor tipo físico da portuguesa. A sua maneira de andar (que já a notou uma Rainha) é impressionante: uma graça antiquíssima vivida pelos nossos olhos dentro; a sua presença igual à que já tinhamos visto há séculos nas margens do Mediterrâneo; a sua feminilidade a um tempo sadia e delicada, isto é, bem meridional; tudo isto é demasiado comum e evidente para que o não notemos. Simplesmente, neste firmamento humano as estrelas são todas da mesma grandeza. De vez em quando uma estrela cadente risca, instantaneamente, este firmamento: é uma excepção que se escapa à uniformização. De modo que Aveiro, aqui ao meio de Portugal e o mais longe que se pode estar de qualquer fronteira com o estrangeiro, dá-nos a impressão, à qual não podemos fugir, de ser a nascente natural da semente portuguesa.*

Lê-se perfeitamente em Aveiro, à luz prodigiosa deste céu incrível, a verdadeira noção da palavra povo, *esse segredo sereno e longínquo, e que tem os vassalos da sua tirania sempre prontos para a ligação dos dias aos anos e aos séculos, quando haja e quando não haja cabeça».*

Estas palavras seriam suficientes para testemunhar o interesse de Almada Negreiros por Aveiro; mas o Mestre não ficou por aqui. O seu traço de invulgar artista permanece bem vincado também entre nós.

O centenário do nascimento de José de Almada Negreiros ocorreu em 7 de Abril de 1993; na oportunidade, o semanário aveirense «Correio do Vouga» não querendo deixar em claro a efeméride, publicou a seguinte nota, assinada por J. Gaspar:

—«Almada Negreiros nasceu em São Tomé e, vindo para Portugal logo em criança, finou-se em Lisboa, no ano de 1970. Artista plástico, dramaturgo, coreógrafo, ensaísta, romancista, conferencista, crítico-panfletário e poeta, é uma rica e inconfundível personalidade do mundo cultural português do nosso século.

Em 1938, dava toda a medida do seu valor artístico e da sua alma cristã na execução de trabalhos para a então nova igreja de Nossa Senhora de Fátima, em Lisboa: mosaicos, pinturas e principalmente vitrais, de que se destaca a «Pietá» da casa mortuária. Sempre com um projecto renovador, numerosas obras vão-lhe saindo das mãos; e é no conjunto desses trabalhos que se incluem as duas pinturas a fresco que, em princípios de 1942, desenhou na sala de atendimento do edifício central dos correios, em Aveiro. Contudo, tais pinturas tiveram um fim inglório. Porque o terraço superior não se encontrava convenientemente impermeabilizado, as obras, que representavam uma rapariga envolta em xaile a escrever e outra a soletrar uma carta, começaram por ficar enegrecidas pela humidade; em finais de 1958, o técnico, cansado de as mandar limpar, esquecendo-se de que os dois frescos almadinos valiam muito mais do que a dependência do edifício e não sabendo que podiam ser retirados por processos já então usados, mandou-os picar como vulgar reboco para ser substituído. Aveiro viu desaparecer, quase sem dar por isso – e quando choveram protestos já foi tarde – dois desenhos cuja execução ocupara o Artista durante cerca de oito semanas.

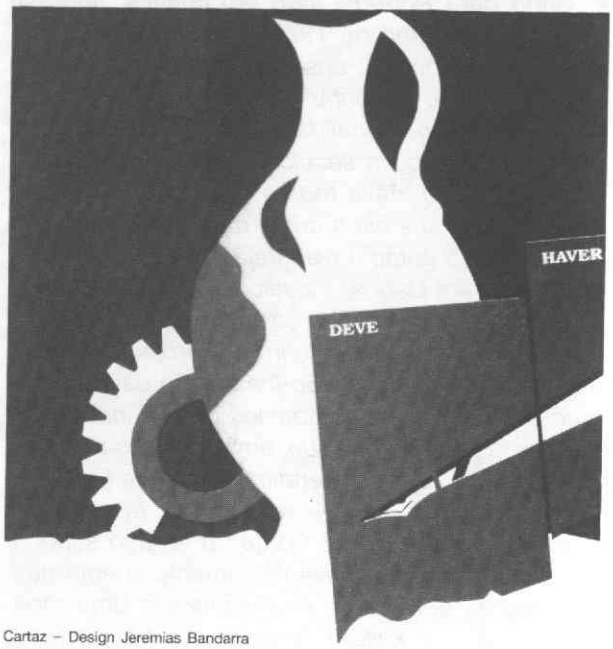
Mais tarde, em 1962, Almada Negreiros dar-nos-ia a compensação daquela perda irreparável. Numa grande tapeçaria, tecida em Portalegre, que domina a sala maior das audiências do Palácio da Justiça, o génio, a capacidade, a mão e o traço do Mestre ficaram indelevelmente gravados na figuração do «Julgamento de Salomão».

biblRIA

Almada Negreiros – Mulher deitada lendo (Fresco que existiu no edifício dos Correios - Aveiro)

Escola Secundária N.° 1 de Aveiro

– CEM ANOS DE HISTÓRIA



Cartaz – Design Jeremias Bandarra

Com um variado programa, a Escola Secundária N.° 1, sucedânea da Escola de Desenho Industrial de Aveiro, comemorou o primeiro centenário da sua fundação. Dos diversos números, e sem disprimor para nenhum dos outros, destacamos a sessão solene, no ginásio da Escola, realizada no preciso dia da efeméride: – 28 de Outubro de 1993.

Revestiram-se do maior interesse as conferências pronunciadas pelo Prof. Dr. Joaquim Ferreira Gomes («Ensino Técnico: ontem e hoje») e pelo Dr. Manuel Ferreira Rodrigues («Ensino Técnico em Aveiro»).

O Dr. José Girão Pereira aproveitou a oportunidade para se afirmar como o porta-voz da cidade, do concelho e da própria região, no agradecimento a esta Escola, nas diversas fases dos seus longos anos, formando para a profissão e para a vida tantos jovens que foram e têm sido motor de progresso. Como Presidente da Câmara Municipal – disse – tinha de estar presente e, com a sua presença, num momento alto de congratulação, testemunhar a gratidão de Aveiro.

Gostosamente quisemos enriquecer as páginas da edição anterior deste Boletim com o extenso e bem documentado estudo do Dr. Manuel Ferreira Rodrigues sobre o «Ensino Técnico e Profissional em Aveiro» – de que aguardamos uma possível sequência. Hoje transcrevemos as palavras de resumo, inseridas no desdobrável alusivo ao centenário e subordinadas aos «Cem anos de História»:

A 28 de Outubro de 1893 foi criada a ESCOLA DE DESENHO INDUSTRIAL DE AVEIRO, respondendo às necessidades e aos desejos expressos dos industriais de cerâmica. Assim, não é de estranhar que de entre os 107 alunos que a frequentaram no seu primeiro ano de funcionamento, em 1894, uma parte muito significativa pertencesse aos quadros das Fábricas Cerâmicas da Fonte Nova e da Vista Alegre, provindo desta última também o seu primeiro director, Francisco da Silva Rocha.

Em 1898, já com o nome de Escola Industrial de Fernando Caldeira, garantia o seu funcionamento com um guarda, um servente e dois professores, um dos quais exercia a função de director.

A partir de 1914 incorpora o ensino comercial e passa a designar-se Escola Industrial e Comercial de Fernando Caldeira.

Iniciou as suas actividades «numa antiga casa do Ilhote», no Cojo, passou pela Casa dos Moinhos, antiga Capitania, pelo edifício da Misericórdia, ocupou também, durante algum tempo, as instalações da actual Escola Secundária de Homem Christo até que, finalmente, em 24 de Maio de 1956, foram inauguradas as novas instalações da Escola Industrial e Comercial de Aveiro.

Destinada à formação de operários cerâmicos, evoluiu com os tempos, abriu-se a outras áreas – costura, talha, carpintaria, serralharia, electricidade... – mas, sobretudo, tornou-se comercial. Por ela passaram muitos operários especializados, quadros intermédios do comércio, dos serviços públicos e mesmo alguns empresários.

Enquanto Escola Industrial e Comercial terá atingido a sua fase de maior expansão nas décadas de 50 e 60.

Os anos 70 e 80, que correspondem a uma época de crise do ensino técnico-profissional, puseram-na a rebentar pelas costuras, na sua função de escola secundária unificada, atingindo então o máximo de alunos – mais de 2200 no final da década.

A evolução recente, nomeadamente a forte procura dos cursos tecnológicos, mostra que a população de Aveiro parece continuar a associá-la a uma tradição tecnológica e profissionalizante, agora num contexto de reforma e revalorização do estatuto e dignidade deste tipo de ensino.

biblRIA

A Capela do Senhor das Barrocas

No contexto do Barroco Português

*José Vitor Ramalho Cruz**

NOTA INTRODUTÓRIA

Em 1989, por ocasião do lançamento de um trabalho escolar da cadeira de História da Arquitectura pretendi desenvolver um estudo de síntese sobre uma obra ou conjunto de obras representativas do barroco aveirense.

É uma versão necessariamente sintética e despretensiosa desse trabalho que acedi com prazer a publicar agora, neste boletim, considerando a eventual possibilidade de poder ser útil de alguma forma à população interessada nestes temas.

E porquê uma incursão no «barroco»?

Essencialmente porque senti a necessidade de desenvolver o meu conhecimento relativamente a um capítulo da História da Arte, por vezes menos conhecido e muitas mal compreendido, que está hoje na ordem do dia também porque, de alguma forma se pode assinalar a persistência de um certo barroquismo em alguma Arquitectura Contemporânea, onde a fantasia na decoração e a cenografia voltam a assumir um papel importante em clara oposição ao movimento moderno. As propostas espaciais inovadoras e libertadoras, sem quebra das regras compositivas clássicas, que foram trazidas pelo barroco em oposição ao clacissismo então vigente, voltam a estar na ordem do dia.

Por analogia, se poderia dizer, à priori, que um certo espírito barroco se volta a instalar em algumas propostas da Arquitectura Contemporânea.

Nascido junto ao farol duma conhecida praia da região de Aveiro, com uma infância vivida nos seus areais e uma adolescência como estudante nesta cidade, voltei os meus propósitos para o estudo de uma peça importante do período barroco, pertença do património cultural da minha região originária.

Tive em vista, pois, conhecer e compreender melhor a realidade cultural da terra que inicialmente me formou, sem abandonar o meu propósito inicial: o barroco.

Tudo ficou mais aliciante ainda, quando nas diversas leituras sobre o barroco fui encontrando repetidamente informações de que o importante ciclo das igrejas de planta centrada da região de Aveiro é caso particular e mal estudado desta evolução.

No final deste estudo também não pude encontrar respostas, nem poderei avançar muitas achegas para a compreensão deste fenómeno e talvez também isso estivesse fora do âmbito deste trabalho, mas pude, no entanto, fazer uma síntese de alguma informação importante e ter uma visão pessoal enriquecedora sobre a matéria estudada.

biblRIA

O BARROCO E A TRADIÇÃO DA ARQUITECTURA PORTUGUESA

Provavelmente, muito pela própria situação geográfica e características sócio-económicas e culturais do nosso país, os mais diversos movimentos artísticos e portanto arquitectónicos, ao longo da história, foram tardios nas suas mais significativas manifestações, em relação ao seu despontar noutras regiões europeias.

Desde o Românico ao próprio movimento moderno tal aconteceu.

Além das primitivas características formais e estruturais, as obras construídas em Portugal em resultado das múltiplas influências e características próprias da nossa realidade social, política, económica e física, surgiram com particularidades e adaptações e, na maior parte dos casos, com insuficiência ou timidez, raramente exprimindo até às últimas consequências a força, inovação, e genuinidade dos movimentos que lhes deram origem.

Em muitos casos mesmo, por clara multi-influência de diversificadas culturas como aconteceu à nação mais notoriamente em quinhentos –

as transformações imprimidas aos estilos europeus da época, foram de tal forma notáveis que o «Manuelino» chegou a ser considerado por muitos historiadores como um estilo próprio e não uma expressão regional dum Gótico Tardio, ainda que as características principais deste estilo permanecessem legíveis.

Tal como o Românico português que adquiriu particularidades de expressão e extensão, sobretudo rural, – por via dos materiais, das características escultóricas e robustez – que lhe conferiram significativa importância no panorama artístico peninsular, também o Barroco português adquiriu particularidades nacionais claramente distintas do estilo europeu – sobretudo italiano – de que surgiu.

Mais afirmado pelo uso do azulejo primeiro e da talha depois – «O azulejo, a talha e a decoração em pedra traçam o esqueleto do edifício e sublinham a transitoriedade e a dispensabilidade da parede», o que traduz a evidência das linhas estruturais – do que pela concepção dum espaço formal mais fluido e não submetido à uniformidade geométrica classicista, o Barroco português expressou com frequência um gosto por obras de pequena dimensão, propiciadoras de um diálogo mais íntimo com o espectador.

Segundo José Fernandes Pereira, «incapazes de um pensamento arquitectónico estruturado, os artistas portugueses, em atitude compensatória, promoveriam a decoração a um primeiro plano, fenómeno que, por extensão, se harmonizava com a alma nacional de pendor lírico».

O gosto de aplicar azulejos em igrejas de outras épocas remonta às primeiras décadas do séc. XVIII. Em termos económicos, era de facto mais barato decorar com talha e azulejo do que fazer obras de raiz. Trata-se de uma resposta decorativa ao desejo economicamente frustado de maior complexidade arquitectural.

O objectivo dominante é claramente encher o vazio e valorizar os espaços internos.

O azulejo teve um papel, tal como a talha, na procura de animação das paredes, como suporte de imagens, disfarçando o papel estrutural dos muros, dinamizando espaços internos estáticos e austeros.

O azulejo evoluiu para a policromia de azul e branco – dominante no séc. XVIII – introduzida pelos azulejos holandeses – em oposição à severidade geométrica e abstrata dos azulejos maneiristas, surgindo então uma nova iconografia em alçados interiores, com figuras em movimento sobre fundos paisagísticos.

A talha procurou também introduzir módulos de animação e efeitos de luz em certas áreas de edifícios, como as capelas, e simultaneamente sublinhar as molduras.

Para Varela Gomes, existiram duas correntes portuguesas de arquitectura barroca:

a) A resultante de barroquização sóbria da tradição arquitectónica portuguesa;
b) O tardo barroco internacional que dominou a arquitectura portuguesa do séc. XVIII.

As correntes internacionais adquiriram em

Culturalmente e concerteza socialmente, no contexto europeu, Portugal exprime a originalidade resultante do seu carácter marginal ou periférico em relação aos centros difusores das vanguardas culturais, resultando na produção de modelos «integrados» depois de adaptados e «tradicionalizados».

Na expressão ultramarina sempre foi assinalável o propósito de realizar obras transmissoras dos modelos elaborados pelos processos de adaptação, exprimindo um sentido e um gosto caracteristicamente nacional.

Mas, de uma forma nem sempre explicável, as arquitecturas nacionais apresentam uma expressão territorial muito diversificada e até contraditória, sobretudo atendendo à pequenez do país, o que faz equacionar, no contexto do barroco português a origem do ciclo de capelas de planta centrada da região de Aveiro.

biblRIA

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO; CONJUNTURA SOCIAL ECONÓMICA E POLÍTICA NO SÉC. XVII E XVIII.

O melhor dos recursos naturais até 1640 foi absorvido com a defesa contra os muçulmanos no Império do Oriente, onde o comércio se fazia sobre a cobertura de operações militares de cada vez maior envergadura.

Simultaneamente os portugueses pretenderam assentar as bases de um império terrestre no norte de África, desencadeando a resistência crescente das populações locais que se unificam para reagir à agressão.

Essa tentativa fracassa, e a partir de 1541, evacuam-se e desmantelam-se fortalezas no norte de África.

Com D. João III e D. Sebastião as dificuldades económicas agravam-se. O comércio da Índia é cada vez mais insustentável; instala-se um sentimento de crise que a Inquisição vem agravar dramaticamente. Desaparecido D. Sebastião na tentativa frustada de consolidar o norte de África num império alternativo ao Oriente, a coroa fica sem sucessão por descendência e, com a ascensão em alternativa de Filipe II de Espanha apoiado pela nobreza, alto clero e comerciantes, o exército castelhano marcha até Lisboa vencendo a resistência popular liderada por D. António, filho bastardo de D. Luís.

O Rei decidiu pôr o novo Reino de Portugal num estatuto de ampla autonomia política, que foi respeitada até 1620. As tentativas de cerceamento dessa autonomia levaram à revolta de 1640 e à restauração da independência sob a égide do Duque de Bragança.

Um esforço de guerra de independência de 28 anos trouxe ao país, apesar do forte apoio popular, uma grave situação de crise que só é minizada pela reanimação da economia brasileira.

O ouro brasileiro permite, na época de D. João V, a realização de uma política dominada pela ideia do prestígio da monarquia que no plano interno inspira a construção de vários importantes monumentos.

Às condições económicas, sociais e políticas únicas do final do séc. XV que provocaram um movimento cultural sem precedentes durante grande parte do século seguinte, sucedeu-se a crise de seiscentos e a implantação do espírito da contra-reforma.

O surto da produção artística do princípio do séc. XVI implicou a presença constante de artistas estrangeiros. A influência italianizante sente-se na pintura e escultura, mas depressa o maneirismo domina a arte portuguesa.

A estratégia ideológica da contra-reforma modela firmemente a evolução mental portuguesa até à época da reforma pombalina, onde se fará o primeiro esforço organizado para a substituição do antigo Portugal restaurado por uma nação do tipo moderno.

bibRIA

ORIGENS E EVOLUÇÃO DO BARROCO PORTUGUÊS

Poderá talvez afirmar-se que, como prelúdio do espírito moderno que explodiria no final do séc. XIX – muito mais radical e proventura aleatório no que respeita às regras compositivas – terá sido o Barroco o primeiro movimento subversivo ao formulário classicista. O Barroco carrega de facto na sua essência uma libertação formal com o gosto classicista e apresenta objectivos cenográficos e decorativos, diversificação na organização dos elementos arquitectónicos, dinamismo, formas complexas; preocupações com a luz, a escultura integrada na arquitectura; fusão de artes, etc...

O período referenciado por Paulo Varela Gomes para a efectividade do Barroco português, medeia entre o final do séc. XVII com as primeiras obras do arquitecto João Antunes, porventura o mais importante arquitecto barroco português, e o fim do séc. XVIII com a morte do último arquitecto barroco português, e provavelmente europeu, Manuel Caetano de Sousa.

Meio século de estagnação arquitectónica da primeira metade do séc. XVII, foi o período que mediou entre a fertilidade arquitectónica do final do séc. XVI e 1668, ano da assinatura da paz com a Espanha.

De facto, o Barroco penetrou na arquitectura portuguesa numa das épocas mais sombrias da história do país, mas foi-se afirmando e acompanhando a recuperação geral da economia.

Até ao primeiro quartel do séc. XVIII prevaleceu sobre todo o país uma arquitectura que repetia no essencial velhos modelos maneiristas na tradição portuguesa das igrejas longitudinais de uma ou mais naves.

Só na segunda metade do séc. XVII se radica o gosto pelos templos circulares ou poligonais em áreas urbanas, considerando que antes, em áreas rurais ou periféricas, surgiram por todo o país muitos exemplares de pequenas ermidas ou capelas de planta centrada, de que falarei em capítulo próprio.

É a partir de 1660 que a evolução para o Barroco se precipita no desenho da igreja da Divina Providência – que nunca foi construída – da autoria do italiano Guarani. As colunas torsas aparecem pela primeira vez no desenho do sacrário da igreja de Sta. Justa em Lisboa (1661).

Os Tinocos praticavam uma arquitectura tradicional, vinda dos engenheiros militares, maneirista e erudita, que durou até ao séc. XVII; nada tinha de barroco e estava fora de moda.

A meio do séc. XVII o Barroco Romano atingia o seu auge com igrejas elaboradíssimas e ousadas de planta centrada, fachadas ondulantes, jogos de planos avançados e recuados com claros contrastes de luz e sombra.

A parede ondulante, tão característica do Barroco italiano de Borromini e Bernini, só muito tardiamente e em casos pontuais se assinala no Portugal europeu.

Tal como tinha acontecido com o Românico, seis séculos antes, será entre Douro Litoral e Minho por volta de 1700 que se ergueu a mais exuberante arquitectura barroca da nossa Arte. Até as igrejas tardo classicistas tendiam no norte a ser mais complexas e decoradas que as congéneres do sul, como as igrejas de S. Bento da Vitória e dos Grilos no Porto, que George Kubler ligou à Galiza da época.

Mas o grande expoente do Barroco português, até pela escala pouco comum, foi de facto Sta. Engrácia em Lisboa: pela sobriedade da decoração e a pureza austera dos panos dos muros e pela complexidade da exploração da espessura das paredes.

Igreja edificada em 1682 com desenho de João Antunes, com provável colaboração de outros artistas formados na aula do Paço – como os Tinocos – tem uma planta em cruz grega inspirada provavelmente em S. Pedro de Roma desenhado por Bramante e Sangallo, e origina o início dum ciclo de templos que se caracterizam por

uma planta em quadrado de ângulos cortados formando octógono e uma evidente preocupação com a articulação equilibrada dos volumes da galilé, da nave, da capela-mor e das sacristias.

A discrição e elegância classicista destas plantas também são típicas da tradição nacional.

A partir de 1731, correspondente a um período económico favorável, e já no reinado de D. João V, dá-se a maciça chegada de artistas e arquitectos estrangeiros. Era a implantação do Barroco internacional setecentista, ou tardo barroco italiano internacionalizado, já que o Barroco Romano de seiscentos Portugal nunca conheceu. O séc. XVIII foi a época dos ecletismos nacionais ou do Barroco regionalizado.

No norte verifica-se a proliferação do tardo Barroco e ecletismo de Nasoni, e ainda do Rococó de André Soares em Braga. No sul mantém-se a tradição nacional, a caminho do Pombalino.

Nasoni foi o artista mais influente na evolução da arquitectura barroca portuguesa do séc. XVIII.

Trata-se de um barroco eclético, resultado duma simbiose cultural que terá incorporado tradição portuguesa com lição maneirista de Sicília e Malta.

Mafra (1717) é a síntese monumental do Barroco no nosso país: mais duro e sóbrio que o Barroco internacional, mais dominado pela intersecção dos planos rectilíneos e pela sobreposição de volumes, do que pela integração de várias partes sob dominância de zonas centrais.

Mafra não é classicamente barroca: fachadas planas, a frontaria espalha-se para os lados através das paredes do convento; a articulação com torres fechadas é típica da tradição eclética portuguesa.

São típicas da nossa cultura arquitectónica da época, experiências muito eruditas em pequena escala na fachada de capelas e igrejas. Muitas dessas obras vieram de escultores de bom nível, como Claude Laprade – e só a pequena escala explica fachadas tão complexas.

É deste contexto a igreja do Senhor Jesus das Barrocas – o mais fecundo exemplo do Barroco aveirense, que cronologicamente corresponde à época que Paulo Varela Gomes delimita no sul como do ciclo de Sta. Engrácia.

AVEIRO: OS SÉCULOS XVII E XVIII

São do séc. XVI e XVII a maior parte dos monumentos mais significativos da cidade e região de Aveiro. Curiosamente é esse um período de menor prosperidade da então vila notável.

Alguns cataclismos no séc. XVI foram-nos particularmente adversos, como o do inverno de 1575 em que as areias deslocadas pelas fortes vagas do mar obstruiram a barra de ligação da ria ao mar, barra por onde se realizavam as principais trocas comerciais e actividades piscatórias, e que estivera na origem da grande riqueza de Aveiro.

As águas da ria, onde desagua o rio Vouga, começaram a invadir as terras, alagando e destruindo campos e salinas e alterando os contornos da ria e das povoações importantes.

A construção de barcos e a pesca definharam, cessando o comércio marítimo. As febres e as pestes e a emigração, reduziram a população de 13 500/14 000 habitantes em 1572 para cerca de 3 000/3 500 habitantes, no séc. XVIII.

Paradoxalmente é neste período que aparecem os melhores edifícios religiosos e as ordens religiosas apresentam maior riqueza.

É também em 1759 que, pelo Marquês de Pombal, Aveiro é elevada à categoria de cidade.

A abertura da barra só voltou a concretizar-se em 3 de Abril de 1808 já no início do séc. seguinte.

E entretanto foram edificados na cidade bons exemplares arquitectónicos do Maneirismo do séc. XVII alguns dos quais alvos de posterior decoração barroca.

À semelhança do que aconteceu um pouco por todo o país, terá sido a componente decorativa da talha aplicada em edifícios anteriores que assumiu o maior destaque da novidade barroca em Aveiro.

Assim se destaca no panorama artístico nacional a riquíssima talha de madeira dourada da igreja do antigo Mosteiro de Jesus, executada em várias fases, a talha da igreja das Carmelitas, da igreja da Ordem Terceira de S. Francisco, da Igreja do Convento de S. António e da igreja de Nossa Senhora da Apresentação.

Na escultura tumular, são neste período assinaladas algumas obras verdadeiramente notáveis, como o túmulo da Infanta Santa Joana, numa preciosa obra-prima de João Antunes (1698-1709) com embutidos em mármore de Carrara, ou o túmulo do Bispo D. Manuel de Moura Manuel na capela de N.ª Senhora da Penha de França na Vista Alegre, da autoria do Francês Claude Laprade.

Especificamente relativo às características espaciais barrocas na arquitectura, o principal destaque reside nas capelas e ermidas de arquitectura simples e planta centrada, geralmente hexagonal, que abordarei particularmente a seguir.

AS IGREJAS DE PLANTA CENTRADA

A planta centrada é uma das características ideais da Igreja do primeiro renascimento ao que se supõe com base histórica nos modelos da antiguidade, e cientificamente no círculo.

bibRIA

Isto mesmo se integra no ideal estético de homogeneidade, referida a formas basilares como o círculo, o quadrado e ainda o cubo e a esfera.

A primeira obra renascentista de cobertura de igreja de planta centralizada com cúpula semi-esférica foi ainda executada na primeira metade do séc. XV: a catedral de Florença, da autoria de Brunelesci. O desenvolvimento da cruz grega na capela Pazzi de Sta. Croce também se deve ao mesmo arquitecto – de formação romana – no mesmo período, bem como a igreja de planta octogonal de Sta. Maria dagli Angeli.

A planta centrada a partir de Roma domina a concepção dos mais importantes arquitectos barrocos; mas o mais inovador barroco caracteriza-se pelo dinamismo que se expressa entre outras coisas na transformação das formas ideais. Assim aparece a planta oval ou elíptica, como alargamento dinâmico do círculo.

Curiosamente em Portugal só na segunda metade do séc. XVII se ganhou o gosto pelos templos circulares ou em quadrado com ângulos cortados.

Tal evento é o reflexo do tardio surgimento em Portugal do Barroco internacional simplificado, interpretado segundo esquemas classicistas austeros.

A igreja de Nossa Senhora da Piedade em Santarém – obra marco duma nova época que comemora as vitórias das guerras da independência – edificada em 1663, foi uma obra decisiva para o eclodir da espacialidade interna do Barroco português: planta centralizada de cruz grega encimada por cúpula octogonal. Para Paulo Varela Antunes, este edifício não é, no entanto, ainda uma igreja barroca; antes já havia outros exemplos de plantas centralizadas, como a igreja do Convento da Serra do Pilar – em planta circular – da autoria do Arq. Diogo de Castilho em 1537, a capela de Sto. Amaro em Lisboa de 1549, a igreja do Convento das Dominicanas – de planta octogonal de 1547 (o mais antigo exemplar desta planta) e ainda o importante núcleo das igrejas de planta hexagonal de Aveiro.

O estudo sistemático destes edifícios está ainda por fazer.

A hipótese mais credível que se formula para o aparecimento um pouco por todo o país de sóbrias ermidas e capelas em áreas periféricas ou isoladas, de planta centrada com cobertura em cúpula poligonal, é de uma herança renascentista de gosto pagão considerando ter sido o Barroco na sua vertente espacial, numa primeira fase, contrário à filosofia da contra-reforma.

Será provavelmente uma vertente deste tipo que se aplicará às capelas de planta hexagonal do ciclo de Aveiro, quase todas anteriores à igreja de Nossa Senhora da Piedade que, segundo José Fernandes Pereira, retoma a planta centralizada após a censura contra-reformista.

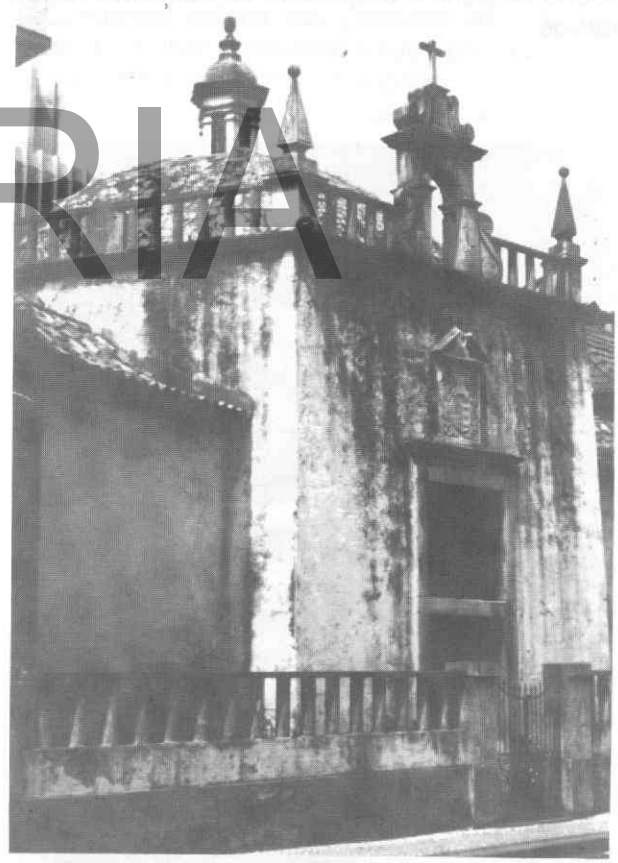
DO CICLO DE AVEIRO

Na zona de Aveiro encontra-se um grupo relativamente numeroso de pequenas obras de planta centrada poligonal, cuja descrição se encontra mais ou menos desenvolvida em obras de historiadores ou estudiosos locais referidos na bibliografia.

Tendo em vista a sistematização de algumas características arquitectónicas destas obras apresenta-se uma síntese dos aspectos que considero fundamentais para a sua interpretação.

Apesar de a simplicidade e ausência de riqueza decorativa ser característica dominante de todas elas, nota-se um crescente cuidado decorativo nas mais urbanas em oposição às de áreas mais rurais.

bibRIA



Aveiro – Capela da Madre de Deus

A Capela da Madre de Deus tem linhas simples e pequena dimensão. A planta é hexagonal e a cúpula aos sectores cobre-se externamente de azulejos polícromos lisbonenses do séc. XVII e é encimada por elegante lanternim hexagonal que fornece iluminação zenital ao espaço interior.

Os panos da fachada são coroados por uma

cimalha corrida de cujos ângulos se destacam gárgulas cilíndricas e sobre a qual assenta uma balaustrada de simples esteios encastrados, nos ângulos, em pedestais que suportam pirâmides, e, ao centro, sobre o portal, na equilibrada torre sineira. No interior cada face do poligono se recorta de um arco, sendo os três do fundo destinados a altares.

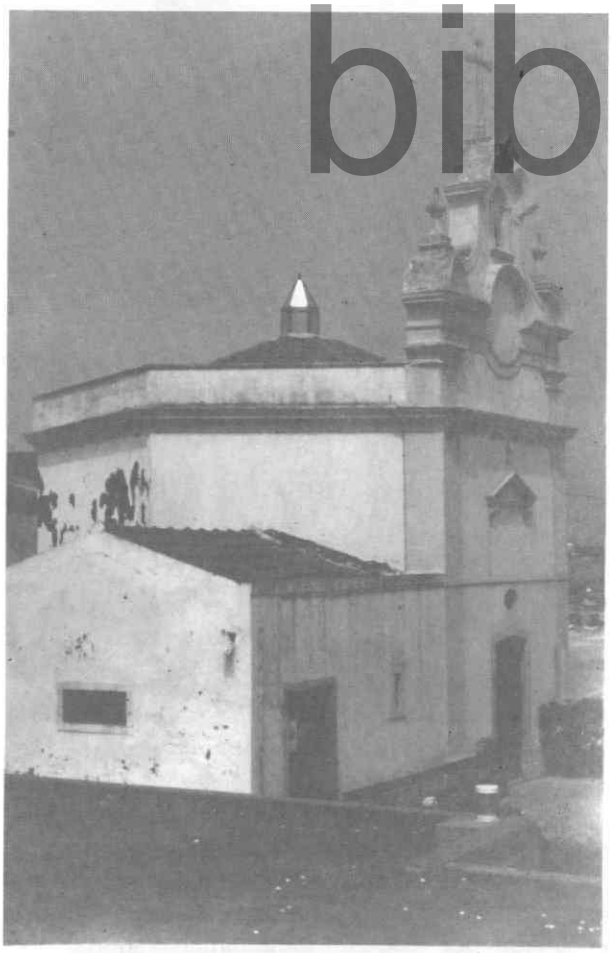
A capela dos Santos Mártires com data de 1670 é simples e desprovida de qualquer relevante decoração litea, tal como acontece na capela de Nossa Senhora das Areias construída nos areais de S. Jacinto para protecção dos mareantes.

Qualquer delas tem planta hexagonal, sendo destacável no conjunto a torre sineira da capela dos Santos Mártires e pouco expressiva a da Senhora das Areias.

A capela do Alboi tem no interior rasgado em cada face do hexagono um arco independente sem pilastras nos ângulos, e a cúpula de tijolo é repartida no mesmo número de sectores, sem faixas a vincar as linhas de quebra. O lanternim é sóbrio pequeno e desprovido de elementos decorativos.

Aveiro – Capela de S. Gonçalinho

bibRIA



Aveiro – Capela dos Santos Mártires (Alboi)

Mais notável é a capela de S. Gonçalo cujo perfil se destaca quando se vê a cidade, das zonas lagunares. Toda a cantaria da construção é feita de calcário da região de Ançã.

A obra provém de construtor hábil que conhecia a sua arte e tinha recursos; revela o bom nível que se encontra noutras obras da zona do sul deste distrito, na passagem dos sécs. XVII ao XVIII. O plano adoptou a forma hexagonal, sem capela-mor, ocupando a sacristia o lugar natural desta.

Exteriormente, os ângulos são vincados por pilastras mas sem capitéis, coroados de forte entablamento. Um segundo corpo, baixo e retraído, corresponde à cúpula, igualmente de cantarias nas esquinas e de cimalha. Remata o conjunto falso lanternim, que dá elegância ao conjunto.

A cúpula é feita de sectores com lunetas, em que as três da parte frontal seriam originariamente abertas, pelo menos em parte, para darem luz.

A sacristia, mais baixa, desenha, como ficou dito, meio hexágono por fora e um quadrado interno. Cobre-se de abóbadas aos gomos, mas

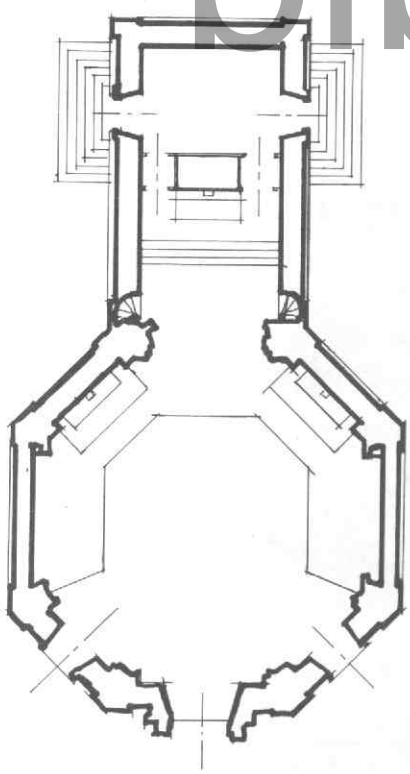
octógona, porque os ângulos são cortados por secções triangulares, molduradas e desenvolvidas. A frente, em que se rasga o portal, é toda de cantaria. O vão daquele, rectangular, enquadra-se de pilastras dóricas e é dominado de nicho que largas aletas acompanham. Encerra este nicho a escultura do padroeiro, de calcário, séc. XVII comum.

Revestem as coberturas, tanto do corpo como da sacristia, azulejos brancos e azuis, dispostos em linhas ziguezagueantes. Os panos verticais do corpo da cúpula foram recobertos de azulejos polícromos, do tipo seiscentista lisbonense, de esquema de quadróbolos com folhagens.

De todas as capelas do ciclo aveirense é sem dúvida a do Senhor das Barrocas o mais elaborado exemplo dum espaço barroco erudito.

A obra teve origem, tal como o noticiava a «Gazeta de Lisboa» em 24 de Dezembro de 1722, num marcado movimento devocional que tinha como marco um cruzeiro de caminho implantado no lugar das barrocas, com a imagem de Cristo crucificado esculpida em pedra, e ao qual eram atribuidos numerosos milagres. Esta cruz viria a ser colocada com a data de 1707 no camarim da capela.

bibRIA



Planta da Capela do Senhor das Barrocas

Tendo como planta um octógono, acrescido de rectângulo da capela-mor, inclui-se no tipo das capelas poligonais, que vinha de épocas anteriores e se continuou nas seguintes, bastante usado em ermidas isoladas.

O octógono não é regular; os lados do eixo principal e do perpendicular, que faz esquadria, são maiores; levemente menores os da meia esquadria.

Na parte interna, as faces do octógono são ocupadas pela porta principal e pelo arco cruzeiro as da linha axial, rasgando-se nas dos lados junto, ao portal, duas pequenas entradas; nas colaterais ao arco cruzeiro abrigam-se dois altares e nos ângulos imediatos inscrevem-se os púlpitos.

A capela-mor e a sacristia são no fundo o mesmo corpo arquitectónico dividido pelo altar.

A autoria do desenho da capela é polémica e variável consoante a fonte histórica. Diversos estudiosos adiantaram hipóteses credíveis mas contestadas ou, simplesmente, não provadas. Certo é que o edifício exprime um barroco Joanino de influência italiana dos primeiros anos do reinado de D. João V devendo o autor possuir formação erudita e nível artístico superior.

No livro «A Capela do Senhor das Barrocas em Aveiro» (Edic. 1980, págs. 10, 11 e 12) o Padre João Gonçalves Gaspar refere que Virgílio Correia e Marques Gomes integram o edifício no ciclo mafrense e Dieulafoy a considerou uma elegante transcrição portuguesa dos baptisférios de Pisa e Florença.

E ainda, que o Dr. Ferreira Neves lembrou Ludovice como hipótese de autoria do desenho da capela e Xavier da Costa reforça, aludindo o parentesco encontrado entre o pórtico da Biblioteca da Universidade de Coimbra, da autoria daquele arquitecto alemão italianizado, e o portal do Senhor das Barrocas; que Reinaldo dos Santos defendeu a hipótese da autoria ser de João Antunes, arquitecto da Casa Real, que havia traçado um pouco antes o túmulo de Sta. Joana em Aveiro, e era o autor da capela do Bom Jesus da Cruz, de Barcelos, de planta octogonal, como a do Senhor das Barrocas, e com algumas semelhanças com esta.

Mais seguramente, defendem vários historiadores, que a ornamentação dos portais deverá ter pertencido ao mais importante escultor da época a trabalhar em Portugal, o francês Claude Laprade que trabalhara na Vista Alegre algum tempo antes.

Refere ainda o Padre João Gonçalves Gaspar que a tradição popular, recolhida por Raquel Quadros no final do século passado, garantia que o autor morara, durante os trabalhos, em Aveiro, sendo das proximidades de Coimbra e tendo casado em Aveiro.

CARACTERÍSTICAS ARQUITECTÓNICAS DA OBRA

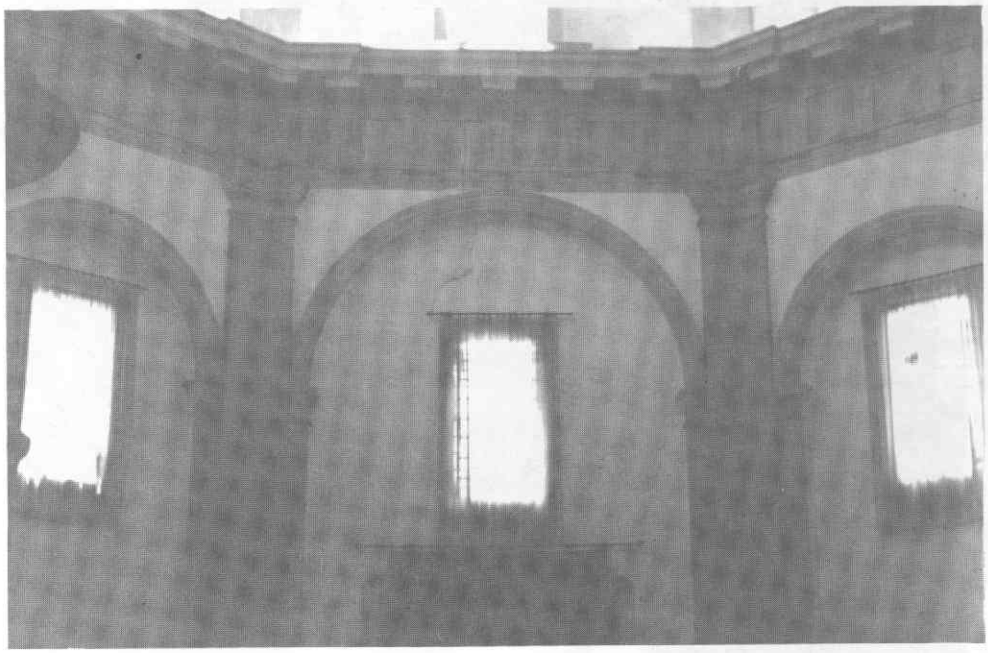
Não é objectivo deste estudo uma análise exaustiva das características arquitectónicas desta capela, o que aliás foi feito com autoridade quer pelo Inventário Artístico de Portugal, quer por trabalhos elaborados por estudiosos dedicados como o já referido Padre João Gonçalves Gaspar, Amaro Neves ou Francisco Ferreira Neves para referir apenas alguns dos consultados. É mais objecto desta reflexão o enquadramento da obra no contexto do barroco português.

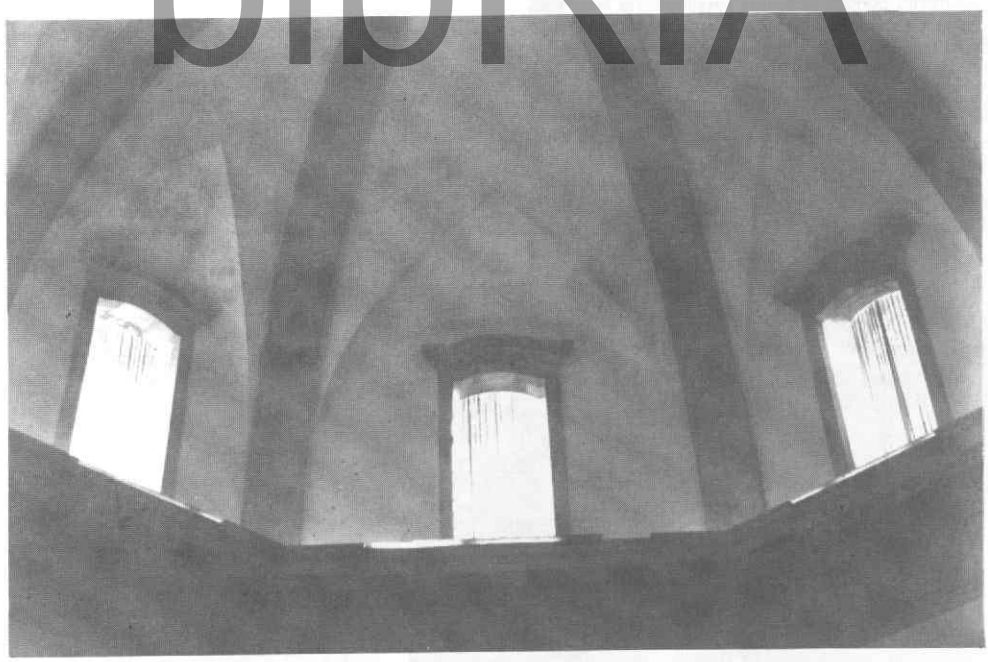
Por uma questão de metodologia e tendo como objectivo identificar o leitor com a obra apresenta-se uma síntese daquelas características nomeadamente as referidas aos alçados, portal, frisos das portas laterais e a decoração interior com realce para a talha.

O alçado exterior divide-se em duas zonas sobrepostas separadas por uma vigorosa cornija: a principal e a do ático. Corresponde a principal ao alçado interno até à cornija, ficando ao mesmo nível as linhas cimeiras do entablamento do exterior e do interior; a zona do ático engloba as janelas e pertence à parte inferior da abóbada. Tanto o corpo principal como o ático são tratados na ordem toscana, ou dórico simplicado, de pilastras angulares lisas e de entablamento só de molduras. A cornija inferior tem maior balanço que a do ático no cimo do qual corre parapeito, onde, nos ângulos se levantam obliscos encimados de ovoides com cerca de cinco metros de altura produzindo um bom efeito de coroamento.

Segundo alguns historiadores os obliscos em forma de pirâmide teriam sido reconstruídos e recolocados recentemente, depois de a tempestade de 16 de Janeiro de 1922 ter derrubado a maior parte deles. No muro fronteiro foi levantado o campanário rematado por uma cruz.

biblioRIA





bibRIA

O alçado interno é feito por pilastras angulares, a sustentarem o entablamento dórico, de triglifos e mútulos, produzindo uma linha terminal forte e decorativa. Cada face apresenta um arco reentrante, sendo de menor altura os arcos dos lados menores.

Acima da cornija começa a cúpula, de tijolo, repartida em sectores, que faixas de cantaria vincam. Neles se recortam lunetas em que se rasgam as janelas de iluminação. Uma galeria na espessura da base, dá servidão às janelas, à qual se sobe por duas escadas helicoidais, incluídas nos ângulos do arco cruzeiro.

bibRIA

O portal, subdivide-se em duas zonas, a do vão para a entrada e a do remate, que faz o enquadramento a janela. Há duas colunas avançadas e duas em plano recuado, do jónico de duas volutas, a sustentarem um entablamento com os mesmos ressaltos. Da linha das colunas centrais partem ascendentes ramos curvos de frontão, que enrolam as extremidades, deixando livre o espaço médio. Do plano correspondente às colunas posteriores levanta-se a composição do remate da janela. O vão da porta é formado por um arco sobre misulas recuadas. O enquadramento da janela é feito de aletas que terminam na cornija arquitravada, cuja parte central sobe e se vai fundir na linha ondulante da cimalha de remate.

Assentavam nos ramos do frontão interrompido dois anjos adultos, um apresentando o sudário, e outro que sustentava a túnica – os quais terão sido atirados a terra por uma tempestade. Não foi possível confirmar se as imagens foram recolhidas efectivamente no Museu de Aveiro, como o sugeriu Ferreira Neves em 03/08/1936 em publicação do «Arquivo do Distrito de Aveiro».

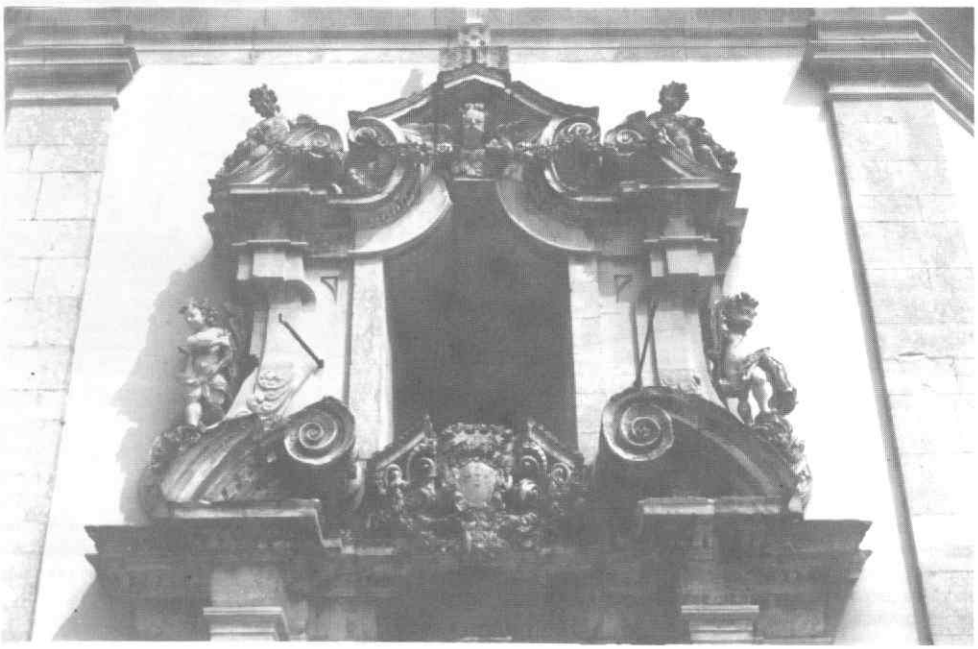
Quatro anjos-meninos, desnudados, completam o remate, dois no arranque das aletas e os outros nos acrotérios superiores; ainda uma cabeça de querubim se destaca no fecho da janela.

O escudo coroado, posto a meio do primeiro corpo, não é da heráldica corrente, mas de emblemas de Paixão; não há mesmo emblemas pessoais na capela.

Foi cravada no grande friso uma fita de bronze, de letras em relevo.

«DOMUS MEA DOMUS ORATIO/NIS VOCABITUR PULSSATE / ET APERIETUR VOBIS», com a seguinte tradução:

«A minha casa será chamada casa de oração, batei e abrir-se-vos-á.

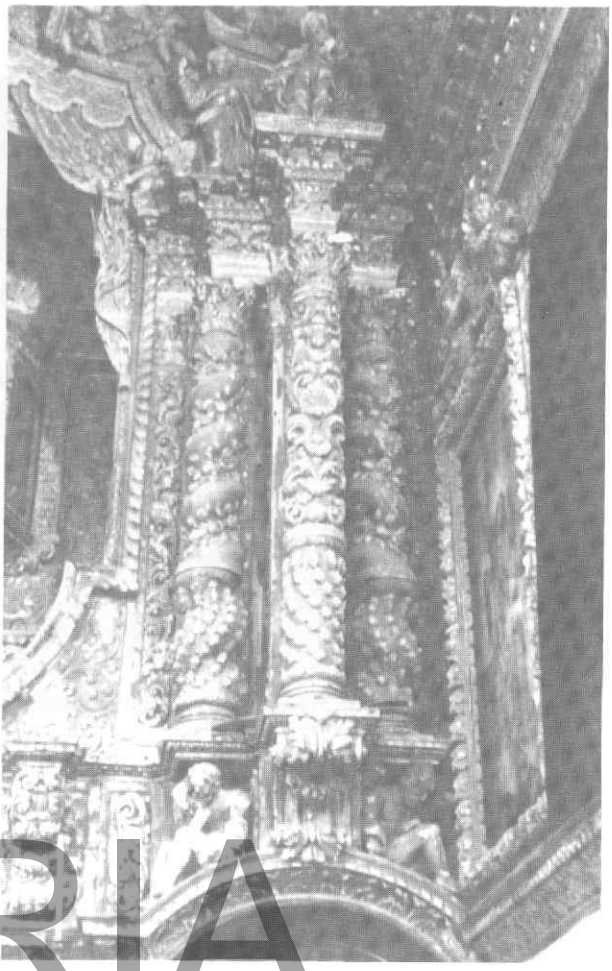


bibRIA

O friso das portas travessas, cortadas nas duas faces contíguas, é liso, apoiando-se em mísulas laterais, alongadas e decoradas; o frontão é interrompido, assentando nos ramos dois anjos-meninos e intercalando-se a meio rótulo de fortes ornatos do tempo.

Na decoração interior exceptuando as alvenarias dos púlpitos predomina a talha de madeira.

Esta distribui-se por três grupos evolutivos: o da capela-mor, o dos púlpitos e o dos altares colaterais. A talha do primeiro tem o ouro muito perdido; a dos segundos está na cor da madeira do parapeito e a branco do preparo no quebra-voz; a branco igualmente se encontra a dos últimos. Pertence ao barroco-joanino, da primeira metade do séc. XVIII, mas em fases diversas.



bibRIA

A talha de madeira da capela-mor é toda da mesma época e da mesma oficina. Compõe-se do retábulo (que enche todo o fundo), do revestimento das paredes só na zona das janelas, e do revestimento da abóbada curva.

A composição arquitectónica do retábulo é feita: pela tribuna que àbre em forma de moldura, semi-circular no álto e na base, à maneira de enquadramento de espelho; por dois grupos de três colunas que ladeiam aquela; e pelo remate geral a imitar frontão recortado e com sanefas.

O remate do retábulo é composto segundo dois planos verticais justapostos; o posterior, como ficou dito, de temas de frontão recortado; o da frente a imitar sanefa com cortinados; sobre um e outro revoluteiam anjos, tanto meninos como adultos.

O camarim reveste-se inteiramente de talhas, a imitar abóbada de quartelas no tecto.

Enrolamentos aplicados em tarjas enquadram a vitrine onde se ostenta a cruz de pedra, a da devoção.

Esta, colocada no camarim, de pedra, é obra comum, que era a do cruzeiro inicial do sítio.

Como é usual nestas talhas, a figura humana é fraca.

A zona das paredes laterais compõem-se de três enquadramentos: o central destinado a janela e os dois laterais a telas, as quais caíram desfeitas. Domina-a entablamento geral, em seguimento do retabular. Reparte-se o tecto em três panos: o central desenha um estrelado feito de semi-círculos secantes, com florões nos espaços intermédios; os laterais, grande quadrifólio com ligações. Cordões e espaços são exuberantemente decorados.

Cada grupo de colunas tem mais avançada a parte média, para efeito de claro-escuro, todas com a divisão de terços, sendo torcidas as laterais e direitas as outras; coríntios os capitéis. Decoram os terços enfiadas de folhas em movimento helicoidal; as partes superiores das colunas torcidas são sulcadas no cavado das espiras por grinaldas de flores, mas os fustes direitos revestem-se de vigorosos motivos curvos.

O entablamento, fortemente ornado, segue a nível, com quebras em esquadria. Assenta na prumada de cada coluna uma figura de profeta, o que dá o total de seis. Forma o basamento de cada grupo de colunas uma mísula medial, acostada de dois atlantes.

Os retábulos colaterais pertencem aos meados do séc. XVIII. Por simpatia conservaram-se-lhes duas colunas torcidas e de grinaldas, mas a composição já é a de setecentismo médio, havendo frontão regular, curvo, anjos acroteriais, glória solar, tudo temas decorativos da nova fase.

Há neles duas telas, a óleo, do mesmo meado do século, mas grandemente danificadas, obras de oficina de Lisboa, como a de André Gonçalves, que várias vezes reproduziu estes temas. Representa-se no da direita a Creche, segundo pintura de Carlos Maratta, pintura que foi gravada a buril em litografia nas estampas das edições do Missal, saídas da oficina régia de Lisboa. O da esquerda tem a Anunciação, tomada de original estranho, e é menos divulgada.

As guardas dos púlpitos foram executadas por mãos diferentes das da talha do retábulo principal. O parapeito é feito de rótulo central, do qual partem tarjas curvilíneas, completadas de acantos, sendo o todo tratado em vazados. A cada quebra-voz sobrepõe-se uma fiada de cinco anjos-meninos a segurarem uma grinalda, com mais outro no vértice, havendo já várias mutilações.

As bacias dos dois púlpitos, de calcário, são espécies raras: formam-nas desenvolvidas e convulsionadas folhas de acanto, intercaladas de cauliculos que rematam em cabeças masculinas e conchas.

Todas as alvenarias são de calcário da região de Ançã, Cantanhede. A maciez desta pedra tem sido responsável pela forte degradação da decoração.

Foi colocado no fecho da abóbada do corpo, nos retábulos colaterais, grande florão de madeira.

A sacristia na parte posterior ao retábulo mostra tecto plano dividido aos rectângulos e pintado policromamente na segunda metade do séc. XVIII.

CONCLUSÃO

Do ciclo de capelas de planta centrada da região de Aveiro e destacando a do Senhor das Barrocas como caso específico dum espaço realmente barroco, de concepção erudita, podemos sintetizar algumas características comuns à generalidade destes templos de arquitectura chã com decoração molduras e panos sóbrios.

De facto, tanto as capelas da Madre de Deus, de S. Gonçalo, da Senhora das Areias ou dos Santos Mártires, tal como outras do litoral português, apresentam planta hexagonal, cobertura em cúpula geralmente de tijolo dividida em sectores e frequentemente revestida a azulejo polícromo seiscentista; remate de cúpula por lanternim ou falso lanternim; alçados exteriores simples e pouco decorados com pilastras marcando os ângulos exteriores, rematadas por entablamentos com maior ou menor expressão, e sobre o pórtico da entrada a pequena torre sineira.

No interior são frequentes os três retábulos em talha e, quando existem, púlpitos de base piramidal.

Nenhuma das capelas aveirenses deste tipo possui, ao contrário das de outras regiões, qualquer assinalável decoração em azulejo polícromo, enquanto, por outro lado, os templos anteriores da cidade tiveram nos séc. XVII e XVIII excelentes decorações de interiores neste material.

Esta mesma particularidade é extensiva à capela do Senhor das Barrocas, onde a talha, no entanto, apresenta algumas expressões comuns à decoração no norte do país, como a utilização do retábulo de colunas de fuste em espiral (salomónico), mas sem fénices nem pequenos anjos, como é característico da melhor talha nortenha.

Mas lá estão, no entanto, presentes as folhas de acanto em remates de arcos e bases de púlpito, em combinação com meninos-anjos e carrancas.

De igual modo, característico é na capela-mor o tecto do retábulo fingir, em madeira dourada, a caixa e as nervuras de uma complexa abóbada geométrica mourisca decorada com almofadas. Muito semelhante, aliás, ao tecto da capela-mor da igreja do Mosteiro de Jesus mas sem o brilho desta.

Aliás o trabalho de talha da capela-mor do Senhor das Barrocas é claramente inferior ao de outras igrejas aveirenses, como a do citado Convento de Jesus, a das Carmelitas ou da Misericórdia entre outras, mas todas de épocas anteriores.

A capela do Senhor das Barrocas é essencialmente o mais notável espaço barroco da região de Aveiro e na esteira de igrejas como o Senhor da Pedra de Óbidos ou até a do Bom Jesus da Cruz de Barcelos, um dos mais genuínos dos não muito abundantes espaços do Barroco português.

* Arquitecto, Eng.° Técn. Civil

biblRIA

Bibliografia:

(1) — PAULO VARELA GOMES – «O essencial sobre a Arquitectura barroca em Portugal», Lisboa 1987.
(2) — FLÁVIO CONTI – «Como reconhecer a Arte Barroca», Ediç. 70, 1987.
(3) — MULLER WERNER E VOGEL GUNTHER – «Atlas de Arquitectura 2» Edit. Alianza, 1981.
(4) — JOSÉ FERNANDES PEREIRA – «História da Arte em Portugal», Vol. VIII, Edic. ALFA, Lisboa, 1986.
(5) — PAULO VARELA GOMES – «A Arquitectura Barroca em Portugal» MEC 1986.
(6) — JOSÉ HERMANO SARAIVA – «História de Portugal», Edic. ALFA.
(7) — PADRE JOÃO GONÇALVES GASPAR – «A Capela do Senhor das Barrocas em Aveiro», Aveiro, 1980.
(8) — F. FERREIRA NEVES – «A Capela do Senhor das Barrocas em Aveiro», no «Arquivo do Distrito de Aveiro», Vol. II, Aveiro 1936.
(9) — RANGEL DE QUADROS – «Aveiro: Apontamentos Históricos – III», Aveiro 1916.
(10) — AMARO F. NEVES – «Aveiro História e Arte», Edic. ADERAV, Aveiro 1984
(11) — AMARO F. NEVES – «Azulejaria antiga em Aveiro», Edic. do autor, 1985.
(12) — JOSÉ MANUEL FERNANDES – «A Arquitectura», Edic. Impr. Nac. – Casa da Moeda, 1991

Consultas:

(1) — «Arquivo do Distrito de Aveiro», Revista Trimestral.
(2) — «Aveiro e o seu Distrito», public. semestral da Ass. Distrital de Aveiro.
(3) — «A Arte Monumental Portuguesa, Inventário Artístico de Portugal» – Academia Nacional de Belas Artes, TOMO VI, 1959.

CALENDÁRIO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES

V SALÃO DE ANTIGUIDADES Lions Clube de Santa Joana	24 A 27 DE FEVEREIRO
FEIRA DO AMBIENTE	03 A 06 DE MARÇO
FEIRA DE MARÇO 560 Anos	25 DE MARÇO A 25 DE ABRIL
BICIMOTA III Feira – Exposição de Velocípedes, Ciclomotores e Componentes	11 A 15 DE MAIO
FEIRA DO LIVRO	28 DE MAIO A 05 DE JUNHO
AGROVOUGA Feira Nacional do Bovino Leiteiro Mostra Agrícola, Industrial e de Artesanato	16 A 24 DE JULHO
FARAV VII Mostra Nacional e Internacional de Artesanato XV Feira de Artesanato da Região de Aveiro	06 A 14 DE AGOSTO
FEIRA DO VINHO	15 A 18 DE SETEMBRO
INDAV Salão de Máquinas e Equipamentos para a Indústria	05 A 09 DE OUTUBRO
EXPOMAR Salão Internacional das Pescas e do Mar	19 A 23 DE OUTUBRO
HABIMAT	09 A 13 DE NOVEMBRO

bibRIA

AGROVOUGA/93

Com a abertura em 17 de Julho e encerramento em 25 seguinte, decorreu em Aveiro a AGROVOUGA/93 – Feira Nacional do Bovino Leiteiro e Mostra Agrícola Industrial e de Artesanato.

O acto inaugural foi presidido pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, Dr. Arlindo Cunha, e teve a presença do Ministro da Agricultura de S. Tomé e Príncipe, do Governador Civil de Aveiro, do Presidente da Direcção Regional da Agricultura da Beira Litoral, do Bispo da Diocese, além de outras entidades, técnicos, agricultores e expositores.

O programa foi recheado com variados concursos, mostras gastronómicas, provas de vinho e queijos, desfiles e festivais hípicos, gincanas de máquinas agrícolas e leilões de cavalos e de reprodutores bovinos de raça frísia. Os diversos dias foram orientados por temas: – agricultura, floricultura, vitivinicultura, cavalos, lacticínios, qualidade, máquina e expositor, criador e vaca leiteira.

biblRIA

Durante o certame, tanto no salão cultural do Município como na sala de conferências do Parque de Feiras e Exposições, efectuaram-se algumas intervenções, a cargo de técnicos da Direcção Regional da Agricultura da Beira Litoral e do Instituto de Protecção à Produção Agro-Alimentar.

Transcrevem-se aqui as palavras subscritas pelo Vereador do Pelouro das Feiras, Prof. Celso dos Santos:

A Agrovouga realiza-se há 18 anos sendo um certame de inegável relevo e revelador das potencialidades da Região do Vouga.

Vem constituindo desde sempre um canal privilegiado de informação e de desenvolvimento centrado no aproveitamento agrícola de solos lagunares e férteis – os campos do Vouga. Palco preferencial para a discussão dos problemas agrícolas vem contribuindo para o esclarecimento dos agricultores e demais agentes económicos ligados ao sector.

Região favorável à criação do gado bovino, ocupa a nível nacional lugar predominante na produção leiteira e na produção de carne. De facto, a vaca leiteira tem aqui a sua melhor zona de criação, representanto uma importante fonte de riqueza.

Daqui resultam os vários concursos pecuários de gado bovino que se realizam na Agrovouga, os quais vem sendo manifestações de relevo, atraindo inúmeros criadores de animais das raça frísia, arouquesa e marinhoa.

Assim, temos os concursos:

Concurso Nacional do Gado Bovino Leiteiro

Concurso Pecuário Regional da Raça Arouquesa

Concurso Pecuário Regional da Raça Marinhoa

Concurso Pecuário Regional da Raça Frísia

Estes concursos, bem como o leilão de novilhas, contribuem para um encontro saudável dos criadores nacionais e locais, possibilitando a comparação, a competividade e acima de tudo o diálogo e consequente esclarecimento.

A participação cada vez maior destes criadores é bem a demonstração dos seus interesses e empenhamento no melhoramento dos animais.

A exposição de animais das raças autóctones «Arouquesa» e «Marinhoa» é

Cartaz da Agrovouga / 93
(Design - João Portugal)

bibRIA

considerada uma das maiores que se realizam no País. A Agrovouga procura assim contribuir para a apreciação do actual armentio regional e estimular e orientar os seus criadores para uma produção especializada de animais.

É cada vez mais significativa a presença de gado equino, confirmando a notória expansão de uma actividade que na região de Aveiro tem conhecido enorme crescimento.

Um grande esforço foi feito em prol do cavalo por alguns entusiastas. Com a Agrovouga nasce a Associação de Criadores de Cavalos de Aveiro, a qual vem promovendo várias provas, apresentações, concursos hípicos, que muito contribuem para animar o certame e ainda para despertar a atenção das gentes para um animal que tão velhas e nobres tradições tem na criação regional. Existem registados cerca de 500 cavalos, prosseguindo-se e desenvolvendo-se a sua criação bem como o atingir uma maior pureza rácica.

A gastronomia tem o seu lugar na Agrovouga, nomeadamente no campo da doçaria – as raivas, fios de ovos, castanhas de ovos, doces e bolos de fabrico regional, distinguindo-se os tradicionais ovos moles.

Sendo um sector bastante significativo no comércio regional, pretende dinamizá-lo e promovê-lo.

A floricultura ocupa já dezenas de hectares de terreno na região de Aveiro, quer em áreas cobertas quer ao ar livre.

As apetências da região são uma atracção forte para que cada vez mais surjam produtos de flores. Aliás, Aveiro constitui o centro de maior consumo deste produto.

Reinando algum optimismo neste sector, cabe à Agrovouga dinamizá-lo, colaborando com os produtores e contribuindo para a sua expansão.

Deste modo, com o seu concurso de arte floral e a sua exposição de flores criar-se-á um momento apropriado para incutir no visitante o gosto pelas flores e ao mesmo tempo fazer a ligação entre a produção e a sua utilização, bem como transmitir um conhecimento mais directo das tendências e gostos pela arte floral.

O concurso nacional do queijo flamengo é ainda no campo do bovino leiteiro um elemento importante na Agrovouga. Realiza-se há vários anos e muito tem contribuído para o seu melhoramento, bem como para a expansão do seu consumo.

Região produtora de vinho, a Feira apresenta aos visitantes uma grande exposição de vinhos, realizando-se simultaneamente várias provas durante o período de duração do certame.

Pretendendo-se contribuir para a formação profissional do agricultor, estará presente a máquina agrícola, gincanas e concursos de maquinaria que são motivo de muito interesse e grande animação.

A Agrovouga com a sua estrutura dinâmica, com o empenhamento dos vários agentes económicos envolvidos no processo agrícola, é o palco que os agricultores reclamam e de que Aveiro se orgulha.

Comissão de honra – Ministro da Agricultura, Governador Civil de Aveiro, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Presidente do Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural, Presidente do Instituto de Protecção da Produção Agro-Alimentar, Director Regional da Agricultura da Beira Litoral, Presidente da Associação Portuguesa dos Criadores de Raça Frísia, Presidente da Associação dos Criadores da Raça Autóctene Arouquesa, Presidente da Associação dos Criadores da Raça Autóctene Marinhoa e Presidente da Associação de Criadores de Cavalos de Aveiro.

Colaboração especializada – Direcção da Agricultura da Beira Litoral, Instituto Nacional da Qualidade Alimentar, Zona de Intervenção Sanitária, Sub-Região Agrária, Associação para o Desenvolvimento da Estação de Apoio à Bovinicultura Leiteira, Associações das Raças Autóctenes Arouquesa e Marinhoa, Comissão Vitivinícola da Bairrada, Lacticoop, Proleite, Cooperativa Agrícola Aveiro-Ílhavo, Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios e Fenelac.

Secretariado – Maria Alexandrina Maximino, Irene Bártolo, João Portugal, Nelson Chaves, António José Bartolomeu, Elmano Ramos, Gonçalo Lé, Acílio Vitório, Artur Oliveira.

Gabinete de Imprensa – José Carlos Maximino.

biblRIA

FESTAS DA RIA/93

Desde o dia 17 de Julho até meados de Agosto, realizaram-se em Aveiro as Festas da Ria, que atrairam milhares de pessoas.

Do respectivo programa constaram duas regatas do 2.º Cruzeiro Aveiro-Costa Nova, um espectáculo de Raios Lazer, a regata de moliceiros Torreira-Aveiro, o concuso de painéis de barcos moliceiros, as corridas de moliceiros e bateiras, as actuações dos grupos «Pé-de-Meia», «The Classics», Xailes de Aveiro, Estúdio «Grisi», Estúdio Cem e ainda do Projecto de Dança de Aveiro.

A noite de fado foi no dia 1 de Agosto e nela participaram Judite Gonçalves, Dr. Fernando Neto e Lisete da Conceição, acompanhada à guitarra por Armindo Fernandes e à viola por Eurico de Oliveira.

Houve ainda dois festivais de folclore: – no dia 17 de Julho, o festival regional, com o Rancho Folclórico e Etnográfico de Albergaria-a-Velha, o Rancho Folclórico «Os Camponeses da Beira-Ria» (Bunheiro), o Rancho Folclórico do Baixo Vouga (Eixo), o Rancho Folclórico da Casa do Povo de Ílhavo e o Grupo Folclórico da Casa de Povo de Cacia; no dia 13 de Agosto, o festival internacional, com o Rancho Folclórico do Baixo Vouga (Eixo), Folktroup Zagazej (Sharkia – Egipto), «O Gigilos» (Hania – Grécia) e «Gadula» (Kaunas – Lituânia).

Cartaz das Festas da Ria / 93
(Design - João Portugal)

bibRIA

Merece-nos uma alusão mais pormenorizada o concurso de painéis de barcos moliceiros, que teve como júri Jeremias Bandarra, Francisco Faustino, Prof. Jaime Vilar e Artur Jorge de Almeida. Como concluiu Jeremias Bandarra, este ano verificou-se maior cuidado, mais criatividade e novos motivos – o que elevou o nível de competição.

A classificação ficou assim ordenada: 1.º prémio – Reinaldo Tavares Belo (Bunheiro); 2.º prémio – António Garete (Quintas do Norte); 3.º prémio – Junta Autónoma do Porto de Aveiro; 4.º prémio – José Neco (Bunheiro); 5.º prémio – José Rebeço (Bunheiro); 6.º prémio – Francisco Santos (Quintas do Norte); 7.º prémio – Francisco Dias (Quintas do Norte).

Na regata, o primeiro lugar coube a Reinaldo Tavares Belo; nos outros lugares ficaram Gonçalo Vieira (Torreira), Fernando Dias (Quintas do Norte), Manuel Lamego (Torrão do Lameiro), Manuel Vieira (Torreira), António Garete (Quintas do Norte) e Manuel Valente (Quintas do Norte).

A organização das Festas da Ria/93 foi da iniciativa conjunta da Câmara Municipal de Aveiro e da Região de Turismo da Rota da Luz.

VARANDAS, JANELAS E JARDINS FLORIDOS

Com o desejo de promover uma boa imagem da cidade, a Câmara Municipal de Aveiro voltou a realizar o concurso «Varandas, Janelas e Jardins Floridos» – iniciativa já habitual entre nós, desde há anos.

Os prémios foram entregues no dia 19 de Julho, durante uma reunião pública de Executivo Autárquico, tendo sido contemplados os seguintes concorrentes:

A) Jardins:

1.º prémio – Maria Fernanda Damas Cunha Tavares; 2.º prémio – Maria Beatriz Almeida Ferreira da Silva Letra; 3.º prémio – Fernando da Silva Luís; 4.º prémio – Custódia Maria Nogueira Dias; 5.º prémio – Teresa de Jesus Correia Nogueira;

menções honrosas – Helena Rebelo Mota Simaria, Carlos Moisés Ferreira Reis, Maria da Conceição Pereira Santos.

B) Varandas:

1.° prémio – Maria Luísa Resende Gonçalves Andias; 2.° prémio – Saudade Carlos Duarte; 3.° prémio – João Dias Lima; 4.° prémio – Teresa de Jesus Correia Nogueira; 5.° prémio – Teresa de Jesus Tavares Brito; menções honrosas – Maria de Lurdes Ramos Bartolomeu, Carlos Moisés Ferreira Reis, Maria da Soledade de Oliveira Melo Cotafo, Natália de Jesus, Maria Alice Resende Gonçalves Andias, Florinda Ferreira de Bastos, Otília Rosa da Silva Coutinho, Ortélia Rocha, Ilda de Melo Neves, Maria Clara Barroca.

C) Janelas:

1.° prémio – Maria Beatriz Almeida Ferreira da Silva Letra; menções honrosas – Helena Rebelo Mota Simaria.

Prémio especial – Carmina de Jesus Figueiredo Novo.

FARAV/93

Inaugurada em 7 de Agosto, a FARAV/93 realizou-se até ao dia 15 do mesmo mês, no Parque Municipal de Feiras e Exposições. Organizada pela Câmara Municipal de Aveiro, nela colaboraram a Região de Turismo da Rota da Luz, a Cooperativa de Artesãos da Região de Aveiro – A Barrica, a Comissão de Coordenação da Região Centro e o Instituto de Emprego e Formação Profissional. Sendo a XIV Feira de Artesanato da Região de Aveiro, a FARAV/93 foi também a VI Mostra Nacional e Internacional de Artesanato.

O número de expositores apresentaram-se em 253 módulos, contando-se entre eles 144 artesãos nacionais, 50 artesãos aveirenses, 20 câmaras municipais, 5 associações de artesanato, 4 representações oficiais, 14 representações estrangeiras, 3 regiões de turismo. Além de Portugal, estiveram representados os seguintes países: – Bolívia, Brasil, China, Colômbia, Espanha, Marrocos, Moçambique, Paquistão, Paraguai, Pérsia, Perú, Senegal, Tailândia e Turquia.

No penúltimo dia da FARAV, foram entregues os prémios do concurso «A melhor Peça de Artesanato», ficando assim distribuídos:

Modalidade de Cerâmica e Vidro: 1.° prémio – António Firmino (Almada); menções honrosas – Manuel Longo (Aveiro) e Amilcar Ferreira (Esgueira).

Modalidade de Metais: 1.° prémio – Carlos Sucena (Aveiro); menção honrosa – Carlos Ribeiro (Matosinhos).

Modalidade de Couro: 1.° prémio – Teresa Teixeira (Aveiro).

Modalidade de Madeira: Menção honrosa – Filipe Garcia (Aveiro).

Os prémios de artesanato criativo foram para Jack Joaquim (Marinha Grande) e Germano Coutinho (Gondomar).

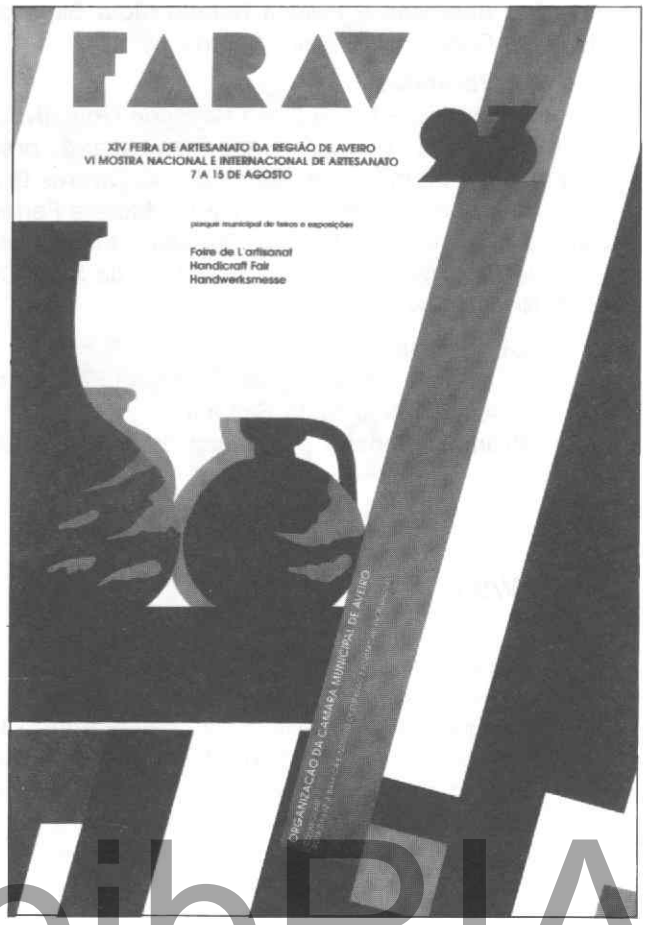
O júri teve a seguinte constituição: Prof. Celso dos Santos, Acácio Conde (director do IEFP de Aveiro, João Branco (presidente de «A Barrica») e Artur Jorge (da «Rota da Luz»).

Do respectivo catálogo transcrevemos as palavras do Verador do Pelouro da Cultura, Prof. Celso dos Santos e do Presidente da «Rota da Luz», Francisco da Encarnação Dias:

1 — *Ao tomarmos a iniciativa de, mais uma vez, realizar a FARAV – este ano, a XIV Feira de Artesanato da Região de Aveiro – temos a consciência de que estamos a contribuir para dar a conhecer e simultaneamente para promover as artes tradicionais do nosso Concelho e da nossa Região.*

De entre essas artes, como os visitantes terão ocasião de observar, avultam claramente aquelas que se encontram intimamente ligadas à cerâmica, cuja actividade multimilenária, entre nós, se perde na memória dos homens.

biblRIA



Cartaz da Farav / 93
(Design - Jeremias Bandarra)

bibRIA

Ao mesmo tempo, decorre a VI Mostra Nacional e Internacional de Artesanato, o que nos diz que, mais uma vez, este certame ultrapassa, desde há anos, os limites da nossa Região e mesmo as fronteiras do nosso País. Por isso, apresentam-se outras artes, como as referentes à madeira, ao ferro forjado, ao latão, ao cobre, às rendas, aos bordados, às tapeçarias e aos trabalhos em pano.

Não podemos olvidar a habitual colaboração do Instituto do Emprego e Formação Profissional, o apoio da Região de Turismo da Rota da Luz e o interesse nunca desmentido da Cooperativa de Artesãos da Região de Aveiro «A Barrica» e dos Fundos Comunitários através da Comissão de Coordenação da Região Centro.

Endereçamos, por fim, uma palavra de gratidão não apenas às entidades que prestaram auxílio à iniciativa, mas também aos funcionários e trabalhadores que puseram de pé a FARAV/93.

2 — Mais uma edição da FARAV... Não quero deixar de manifestar o meu apreço pelo modo como esta feira de artesanato se tem vindo a desenvolver, por forma a ser uma das mais prestigiadas feiras de artesanato do País.

A comprová-lo, estão as crescentes solicitações de artesãos nacionais e estrangeiros que pretendem participar na FARAV, ultrapassando largamente a capacidade da própria feira.

A vitalidade da FARAV é, para a Região de Turismo da Rota da Luz, bastante importante pois, por si só, a FARAV constitui um atractivo para os turistas que nos visitam, contribuindo para uma diversificação da oferta de animação.

Numa altura em que o turista procura, cada vez mais, produtos turísticos diversificados, o artesanato, com um forte cariz de cultura popular, é um produto que, na área desta Região de Turismo, assume particular importância.

A FARAV permite, ainda, um contacto mais directo entre o público e o artesão, tornando-se, assim, um importante veículo de divulgação cultural.

Na animação da Feira de Artesanato participaram o Grupo Etnográfico Terras de Cambra e os Grupos Folclóricos da Casa de Povo de Cacia, do Centro Social e Paroquial de Santo António de Vagos e da Região do Vouga. Na sala de conferências, o Dr. Nunes da Silva, Subdelagado Regional do IEFP, e o Dr. Acácio Conde, Director do Centro de Emprego de Aveiro, dissertaram sobre o apoio e os incentivos ao artesanato.

Comissão organizadora – Prof. Celso dos Santos, Dr. Acácio Conde, Representante da «Rota da Luz», Representante de «A Barrica», Arq. José Quintão, Dr. Emanuel Cunha, João Portugal, Alexandrina Maximino, Irene Bártolo, Paula Cardoso, Isabel Ramos, Elmano Ramos, Justino Ribeiro, Nelson Chaves e Artur Oliveira.

EXPLORAÇÕES EM MAMODEIRO

Foi encontrada uma parte da mamoa de Mamodeiro, o monumento megalítico pré-histórico de sepultura, construido há cerca de seis mil anos no lugar de Mamodeiro, da freguesia de N. S. de Fátima.

Os trabalhos de escavação, efectuados durante o verão de 1993 no seguimento de outros anteriores, atingiram a coroa circular constituída por seixos redondos, o contraforte maciço rochoso que suporta as lajes fixadas no solo – uma coroa de suporte que contraria o habitual; normalmente tal contraforte era feito de xistos ou granito, em blocos.

Ao contrário do que as imagens dos livros escolares mostram – blocos de pedras elevadas no solo com um outro bloco sobre aquelas – a verdade é que esses blocos situavam-se a um nível inferior do solo, uma vez que as lajes (blocos de pedra) eram cobertas de terra. O espaço definido entre as lajes servia de câmara funerária, onde eram depositados os corpos dos falecidos. Sempre que se realizava um funeral deslocava-se a laje que servia de tampa da mamoa.

A coroa encontrada, ou melhor parte da coroa posta a descoberto, permite localizar o local exacto do monumento. A parte que falta ficará para a terceira fase de trabalhos, marcada para o próximo ano e que definirá também o limite real da câmara mortuária.

Esta segunda campanha terminou com a observação do interior do anel de contraforte, com a definição da estrutura da câmara, com um trabalho mais minucioso e o peneirar das terras já mexidas.

Mas outra descoberta foi também feita na estação arqueológica de Mamodeiro, à parte da exploração da mamoa sepulcral. A um nivel abaixo da construção pré-histórica foram encontradas lascas de silex retocadas – peças que foram utilizadas como raspadeiras de peles, madeiras ou ossos. Para já, este material não está datado, (provavelmente será do neolítico médio) mas é certo que denuncia ocupação humana de uma época anterior à construção da mamoa.

A mamoa deverá situar-se entre o neolítico final e calcolítico inicial, quando a actividade de indivíduos sedentários se centrava, essencialmente, na caça, pesca, agricultura e pastagem.

Após esta segunda campanha, terão a palavra os Serviços de Cultura da Câmara Municipal de Aveiro, que deverão pronunciar-se acerca da classificação do monumento, que determinará a sua protecção e vedação.

Para o arqueólogo que chefia as operações, Dr. Fernando Pereira Silva, o valor arqueológico é inquestionável, considerando que o concelho de Aveiro não tem raizes pré-históricas. A mamoa em questão será o único sinal conhecido de presença humana nos períodos antigos.

As escavações arqueológicas em Mamodeiro têm sido suportadas exclusivamente pela Autarquia Aveirense; o Dr. Fernando Pereira Silva lamenta a ausência de apoios por parte da Secretaria de Estado da Cultura (SEC). «Há dois anos que são enviados pedidos de subsídios à SEC», mas em vão. A resposta é desanimadora, segundo o arqueólogo. Todavia, as explorações não deixam de se

bibRIA

fazer, uma vez que o Município tem incluído anualmente uma verba no capítulo das «escavações arqueológicas» do Plano de Actividades. Embora faltem maiores apoios, os trabalhos continuarão, mas apenas durante as férias dos estudantes, quando é possível a formação de equipas, com os trabalhos orientados por um arqueólogo.

AVIAÇÃO CIVIL EM SÃO JACINTO

No dia 4 de Setembro, na Base Operacional de Tropas Paraquedistas, em São Jacinto, procedeu-se à confirmação do protocolo que possibilitou a abertura do aeródromo militar ao tráfego aéreo doméstico nacional e que já havia sido assinado em 26 de Junho de 1993. Esta cerimónia, que culminou um longo período de demoradas e minuciosas conversações, decorreu no auditório da Base e foi protagonizada pelo Chefe do Estado Maior da Força Aérea, General Mendes Dias, pelo Presidente do Aero-Clube de Aveiro, José Neves, e pelo Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Dr. José Girão Pereira, que não se poupou a esforços pela concretização desta iniciativa.

Na breve sessão que se seguiu, todos os outorgantes usaram da palavra: José Neves referiu as «inúmeras vantagens que o Aero-Clube de Aveiro virá colher com esta assinatura; basta lembrar as péssimas condições que o Clube dispõe actualmente». Além de continuar a servir as populações, nos socorros a náufragos, no apoio à Universidade e na colaboração com outros departamentos oficiais, «a partir de agora, com esta estrutura, o Clube pode participar no combate a incêndios, nalgumas evacuações e em todo o tipo de serviços que for preciso prestar à comunidade», frisou ainda José Neves.

bibRIA

O Dr. Girão Pereira iniciaria a sua breve intervenção, dizendo que «os grandes momentos não precisam de grandes palavras, e nós estamos perante um grande momento». Resumindo o percurso de anos, o Presidente da Câmara afirmou: – «O significado desta iniciativa advém de uma simbiose desenvolvida há muito entre a Base de São Jacinto e a população de Aveiro; esta é uma velha ideia e, como a vontade das instituições é a vontade dos homens, só foi possível chegar aqui graças à vontade dos homens que comandam as instituições envolvidas, especialmente o Chefe do Estado Maior da Força Aérea». A terminar, o Dr. Girão Pereira manifestou a esperança de que o sector civil possa desenvolver-se de modo a transportar regularmente passageiros e cargas; «esta infra-estrutura – disse – tem grande importância económica para a região, nomeadamente para o turismo e o lazer».

Finalmente, o General Mendes Dias salientou que «esta iniciativa é inédita no nosso país e isso muito me orgulha; devo salientar que esta acção se concretizou graças ao realismo com que a Câmara Municipal de Aveiro desde sempre orientou o processo e à abertura manifestada pela Força Aérea».

Este dia de festa contou com um programa que teve o seu início pelas dez horas, com a chegada de cerca de sessenta aviões convidados, vindos de todos os aero–clubes de Portugal; do estrangeiro veio uma missão de Arcachon, cidade-irmã de Aveiro.

As diversas individualidades presentes tiveram oportunidade de efectuarem um pequeno voo, num avião civil do Aero-Clube de Portugal, complementando-se assim o programa da assinatura do protocolo.

Para assinalar esta data, foi descerrada uma placa de homenagem à aviação militar portuguesa.

SALÃO LOGITRANS – FESTA DO CAMIÃO/93

De 9 a 12 de Setembro, no Parque Municipal de Feiras e Exposições de Aveiro, desenvolveu-se mais uma edição da «Logitrans – Transportar e Distribuir», também conhecida por Festa do Camião ou Salão Carga e Logística.

Os visitantes, durante estes dias, segundo o programa previamente estabelecido, tiveram a oportunidade de admirar as últimas novidades na área dos transportes rodoviários, assim como as acrobacias dos profissionais do volante com os seus veículos pesados. Uma iniciativa dirigida aos motoristas foram as jornadas de formação. Promover Portugal como plataforma para recepção e distribuição de mercadorias foi o objectivo principal do certame.

INDAV/93

No dia 13 de Outubro foi aberta ao público a INDAV/93 – Feira das Indústrias de Aveiro, que encerrou no dia 17. Ao acto inaugural presidiu o Ministro da Indústria e Energia. Realizada no Parque Municipal de Feiras e Exposições, a feira foi possível graças à iniciativa e aos esforços da Autarquia Municipal de Aveiro, da Associação Industrial do Distrito de Aveiro e de outros Serviços.

Apesar da conjuntura pouco favorável no sector industrial, a grande adesão de expositores levou a concluir que esta primeira edição da INDAV poderá ser o início de um conjunto de certames que darão a conhecer a realidade do nosso tecido produtivo.

Como se lia no «Informativo da Associação Industrial de Aveiro» (Out./93), o Distrito de Aveiro, «sendo embora uma região de forte concentração industrial, não se pode afirmar haver nele um tipo de indústria que o caracterize; efectivamente, todos os sectores significativos da indústria portuguesa se encontram representados no nosso Distrito».

Inicialmente, a Feira das Indústrias era só para ter uma abrangência ao concelho de Aveiro; porém, dado que a AIDA se mostrou interessada no certame, a Câmara Municipal entendeu, por bem, que deveria trabalhar em colaboração com esta Associação e estender a mostra a outras zonas do País.

Das sessenta empresas presentes, trinta e três eram da nossa região, figurando firmas de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Espinho, Ílhavo, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga e Vagos. De fora do Distrito, estavam empresas do Porto, Paredes, Póvoa do Varzim e Lisboa.

biblRIA

Paralelamente à INDAV, desenvolveram-se acções; é de referir o seminário sobre «A Competitividade da Indústria Portuguesa e suas Perspectivas no Espaço Económico Europeu», que teve lugar no auditório do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro. Ao longo do dia 15, após a abertura feita pelo Dr. José Girão Pereira, intervieram Philip Meyers («A Competitividade da Indústria Portuguesa»), Alberto Moreno («Construir as Vantagens Competitivas de Portugal») e Acácio Coelho e Teotónio França Morte («A Competitividade na Óptica do Empresário»).

Transcrevemos do respectivo catálogo o seguinte:

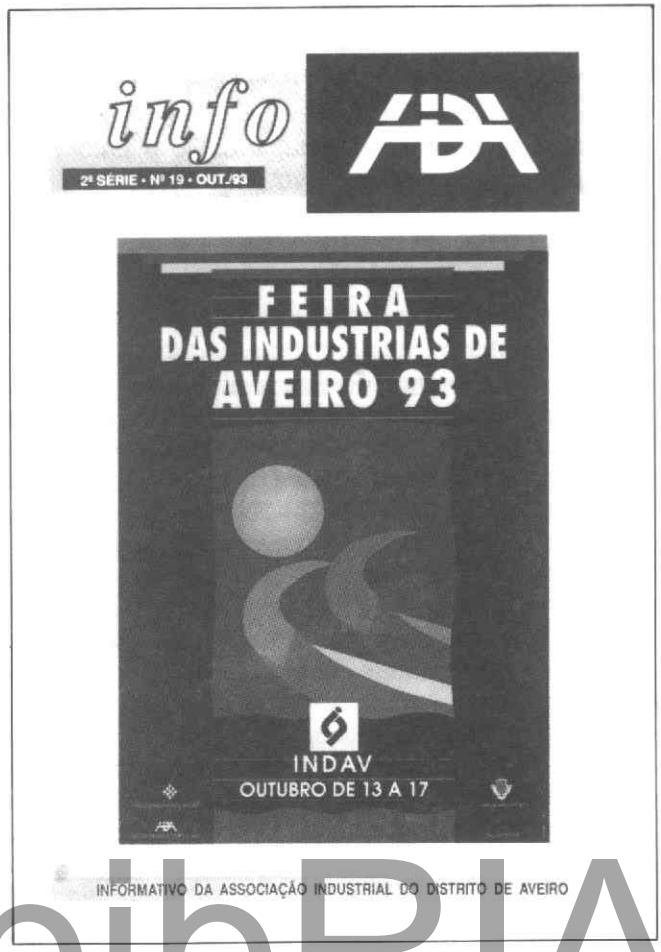
1 — Do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Dr. José Girão Pereira:

O futuro das comunidades constrói-se nos gabinetes de planeamento, nas reuniões de responsóveis, mas também no dia-a-dia, com as máquinas, as técnicas e os materiais com que se erguem as cidades, se levantam pontes, se abrem estradas... enfim, com todas as ferramentas com que se constrói o bem estar!

Não há, por outro lado, quaisquer dúvidas de que Aveiro é hoje um importante pólo dinamizador de uma das regiões mais ricas do País, onde o crescimento e a diversificação da actividade produtiva se vêm conjugando por forma a apresentar índices francamente positivos de um desenvolvimento que se quer tão equilibrado e harmonioso quanto possível. Estando assim naturalmente criadas condições objectivas para a realização de uma feira-exposição das actividades industriais, faltava apenas, pôr mãos à obra. Foi o que se fez este ano, pelos vistos em boa hora.

O resultado está aí, patente a partir de hoje, no Parque de Feiras e Exposições.

Ao Presidente da Câmara mais não cabe, neste momento, senão deixar exarada uma palavra de saudação e reconhecimento a todos quantos – entidades



bibRIA

oficiais, empresas, associações,... – tornaram possível este certame, numa afirmação clara de que, em colaboração, é mais fácil construir o futuro.

2 — Do Vereador do Pelouro das Feiras, Prof. Celso dos Santos:

Pela primeira vez se realiza uma exposição-feira dedicada especificamente à Indústria.

Encontrando-nos numa região forte no ramo, procuramos com esta exposição dar início a um processo de divulgação das actividades e produtos das nossas empresas.

Se com ela conseguirmos uma maior atracção dos agentes económicos, um número significativo de visitantes, bem como despertarmos novos negócios e mercados, cumpriremos os objectivos que nos propusemos.

Para a concretização desta feira, coube à Associação Industrial do Distrito de Aveiro (A.I.D.A.) uma participação efectiva dentro dos objectivos constante do protocolo existente para a gestão do Parque de Feiras.

A Comissão Administrativa do Parque de Feiras saúda todas as Entidades Oficiais, Expositores e Visitantes, esperando que aqui encontrem motivos fortes para uma visita.

3 — Do Presidente da Associação Industrial do Distrito de Aveiro, Teotónio França Morte:

O Parque de Feiras e Exposições de Aveiro tem vindo a apresentar um conjunto de certames que se vem enriquecendo ano após ano.

No âmbito da actividade da AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro – a divulgação e promoção da sua indústria é uma preocupação que sempre a tem norteado.

Assim, e como participantes na gestão do Parque de Feiras, sentimos a necessidade de completar o seu calendário com a realização de uma feira que, de

alguma forma, retratasse a realidade industrial do distrito. Nesta perspectiva vai-se realizar a INDAV – Feiras das Indústrias de Aveiro.

A INDAV irá proporcionar uma maior divulgação das empresas, produtos e serviços. Visa constituir uma oportunidade de convívio e de diálogo entre todos os participantes: expositores, visitantes, profissionais e público em geral.

Ao mesmo tempo será uma forma de divulgação das indústrias que constituem a componente determinante da grande importância económica da região.

Pretende-se uma manifestação das potencialidades do sector industrial consubstanciado na qualidade, design e inovação dos seus produtos.

Potencialidades que terão de ser a aposta a vencer para fazer face aos desafios actuais do nosso aparelho produtivo, que passam, necessariamente, pela definição e implementação de uma estratégia de modernização que permita assegurar condições de sobrevivência e competitividade.

Actividades que encontram a sua divulgação de uma forma cada vez mais regular na realização das feiras, que têm vindo a aumentar em número, qualidade e visitantes.

Atenta a esta realidade, a Câmara Municipal de Aveiro, em conjunto com outras entidades, está a desenvolver esforços para, a breve trecho, haver um novo Parque de Feiras e Exposições. Estrutura que deverá dotar Aveiro de um espaço capaz de acolher todas as realizações neste domínio com maiores condições de espaço, acessibilidade e serviços de apoio.

O empenhamento da AIDA manifesta-se através da participação na sua gestão; fazemos votos para que o novo parque se torne rapidamente realidade.

Com esta nossa primeira edição da INDAV esperamos iniciar um conjunto de manifestações exposicionais que regularmente possam dar a imagem do nosso tecido produtivo e dos serviços a ele ligados, já que somos o centro de uma região de forte concentração industrial.

bibRIA

Comissão de honra – Ministro da Indústria e Energia, Governador Civil do Distrito, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Presidente da Comissão Coordenadora da Região Centro e Presidente da Associação Industrial do Distrito de Aveiro.

Comissão executiva – Prof. Celso dos Santos, Eng. José Luís Ramires Ferreira, Alexandrina Maximino, Irene Bártolo, António José Bartolomeu, Elmano Ramos e João Portugal.

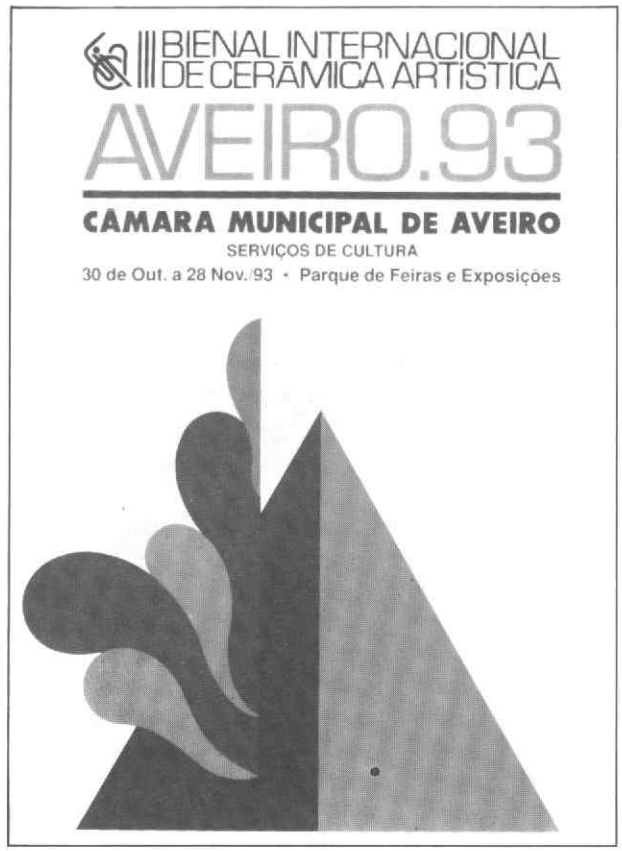
Colaboração – Gabinete do Planeamento, Gabinete de Arquitectura e Paisagismo e Serviços de Cultura.

III BIENAL INTERNACIONAL DE CERÂMICA ARTÍSTICA

Inaugurada com a presença dos representantes da Comissão Coordenadora da Região Centro e do Instituto do Emprego e Formação Profissional, do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, do Vereador do Pelouro da Cultura, de outras entidades civis, militares e religiosas, além de responsáveis de empresas patrocionadoras, a III Bienal Internacional de Cerâmica Artística realizou-se no pavilhão octogonal do Parque de Feiras e Exposições de Aveiro, desde 30 de Outubro até 28 de Novembro de 1993.

À presente edição – da iniciativa da Autarquia Municipal, como as anteriores – concorreram 188 artistas, oriundos de 30 países, com um total de 429 peças – o que veio demonstrar a grande projecção que as bienais de cerâmica de Aveiro vêm atingindo não só em Portugal como no estrangeiro. Daquelas peças, o júri escolheu 67 obras, de 52 artistas, representando 19 países. Pretendeu-se assim aumentar ainda mais a qualidade do certame, embora em detrimento da quantidade. Se assim não fosse – e ainda bem que o foi – esta exposição seria das maiores a nível nacional e mesmo internacional, pelo elevado número das peças concorrentes.

A artista convidada para participar foi a portuguesa Cecília de Sousa, que obteve o primeiro prémio em 1991; as suas obras estiveram expostas num espaço diferenciado.



Cartaz da III Bienal Internacional de Cerâmica Artística / 93
(Design - Helder Bandarra)

biblRIA

Os países presentes foram os seguintes : – Argentina (dois artistas); Austrália (um); Áustria (três); Bélgica (seis); Brasil (dois); Bulgária (dois); Espanha (cinco); Holanda (dois); Hungria (quatro); Inglaterra (dois); Itália (dois); Montenegro (um); Noruega (um); Portugal (doze); Roménia (um); Sérvia (um); Taiwan (dois); Ucrânia (um); U.S.A. (um).

O júri foi constituído pelo Prof. Pintor Fernando Azevedo, Prof. Amândio Silva, Mestre Ferreira da Silva, Ceramista Mercedes Sebastian Nicolau, Dr. Rafael Salinas Calado e Escultor José João de Brito. A ele coube a tarefa e a responsabilidade de seleccionar as peças que mereceram os três prémios. Assim, o primeiro prémio coube a «Atomic Hoover» do belga Yves Louis Margriet, o segundo prémio a «Tiempo Atrás», da artista espanhola Presentacion Rico Azorin, e o terceiro prémio ao «Encontro», da escultora portuguesa Ilda Duarte Bragança; em jogo estavam os valores de 750, 450 e 250 mil escudos.

O júri decidiu ainda atribuir algumas menções honrosas, que distinguiram trabalhos da autoria de Herta Pechtl (Áustria), Cheng Hsun Chen (Taiwan), Lode Van Houtte (Bélgica), Maria Geszler (Hungria), Elke Huala (Áustria) e Marf (Bélgica).

Na pequena sessão de abertura, usou da palavra o Dr. Amaro Neves, que considerou a Bienal de Cerâmica como uma escola viva, onde os artistas de todo o mundo podem conviver e trocar impressões entre eles e com o público, e vice-versa; referiu ainda que a exposição não deveria durar um mês, «mas sim que os artistas deveriam continuar o seu trabalho junto do público aveirense, que os acolhe com satisfação». O Dr. Girão Pereira considerou, por sua vez, que a Bienal de Cerâmica «é um certame que já entrou na vida dos aveirenses que, de dois em dois anos, esperam pela sua inauguração; é uma presença obrigatória na cidade».

A visita de cerca de dez mil pessoas acabaria por confirmar as palavras do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, que também assinou o seguinte texto de apresentação, publicado numa das primeiras páginas do magnífico catálogo:

– Vai para quatro anos, ao enunciarmos umas quantas razões justificativas da realização em Aveiro de uma Bienal de carácter internacional dedicada à cerâmica artística, estávamos bem longe de antever a dimensão e a complexidade da

empresa na qual, decorridas duas edições, estamos envolvidos, empenhando connosco esse punhado de gente desinteressadamente esforçada que constitui a Comissão Organizadora e o Júri.

Do êxito das edições anteriores ninguém terá dúvidas hoje em dia, estando a melhor prova desse reconhecimento, dentro e fora de portas, no elevado número de peças e a origem de muitos autores inscritos, se outros argumentos não houvesse.

E ainda bem que assim é, do nosso ponto de vista, já que, enquanto primeiro responsável desta cidade generosa que vos recebe de braços abertos, jamais nos esquecemos que o desenvolvimento de uma comunidade está longe de se esgotar na grandeza dos números e das estatísticas que nos dão, quando muito, a medida do bem-estar.

Promover o desenvolvimento integral – numa palavra: «desenvolver» – significa, ainda, acrescentar qualidade a uma dimensão superior e bem mais profunda – a do intelecto, que é ao nível das Artes e das Letras que vai encontrar «alimento».

Esta III Bienal Internacional de Cerâmica Artística de Aveiro é uma aposta que, já por definição, também passa por aí.

Portanto, que ela nos faça bom proveito a todos – promotores, artistas e visitantes!

Comissão de honra – Secretário de Estado da Cultura, Governador Civil do Distrito de Aveiro, Presidente da Região de Turismo Rota da Luz e Presidente da Câmara Municipal de Aveiro.

Comissão organizadora – Dr. José Girão Pereira, Prof. Celso Augusto Baptista dos Santos, Mons. João Gonçalves Gaspar, Coronel Cândido Teles, Pintor Artur Fino, Pintor Jeremias Bandarra, Pintor Valdemar Ribau, Dr. Amaro Neves, Dr. Énio Semedo, Eng. Faria Frasco e Dr. Emanuel Moreira da Cunha.

Comissão executiva – Artur Fino, Elmano Ramos, Emanuel Cunha, Jeremias Bandarra e Valdemar Ribau.

Secretariado – Alexandrina Maximino, Isabel Ramos, João Portugal, Dolores Maia, Nelson Chaves e Paula Cardoso.

Tradução – Celso Manuel Sá Santos e International House.

Gabinete de Imprensa – José Carlos Maximino.

Catálogo – Helder Bandarra (Capa e Design).

Apoios – Instituto do Emprego e Formação Profissional, Banco Comercial Português, FEDER, Rota da Luz, Sociedade Portuguesa de Seguros, S.A., Braga Alves – Despachantes Oficiais, Lda., Hotel Imperial e Daniel S. B. Vasco – Despachante Oficial, Lda.

biblA

«ARTESANATO DA REGIÃO CENTRO»

O Instituto do Emprego e Formação Profissional, com a colaboração da Comissão de Coordenação da Região Centro e do CEARTE – Centro de Formação Profissional de Artesanato – produziu e publicou recentemente o livro «ARTESANATO DA REGIÃO CENTRO».

Trata-se de uma obra de 570 páginas, de grande qualidade gráfica, editada em português e em inglês, com objectivos de divulgação e promoção do artesanato considerado mais representativo de toda a Região Centro.

Integrando-se no contexto da realização da III Bienal Internacional de Cerâmica Artística de Aveiro, que decorreu nesta cidade no mês de Novembro, no Parque Municipal de Feiras e Exposições, o Centro de Emprego de Aveiro do I.E.F.P. promoveu a cerimónia de entrega da referida obra a artesãos e entidades representativas do artesanato e artes e ofícios tradicionais da nossa Região, com trabalhos publicados no livro mencionado. O acto realizou-se na sala de conferências do referido Parque, no dia 20 de Novembro de 1993.

Cartaz do Forum Ecológico
(Design - Jeremias Bandarra)

bibRIA

FORUM ECOLÓGICO

Por iniciativa do Lions Clube de Santa Joana Princesa, nos dias 19, 20 e 21 de Novembro realizou-se na nossa cidade o FORUM ECOLÓGICO – AVEIRO/93. Tal actividade teve o decidido apoio e a melhor colaboração de uma vintena de entidades e empresas, entre as quais a Câmara Municipal de Aveiro.

As diversas actividades, intervenções e debates efectuaram-se no auditório do Instituto Superior de Contabilidade e Administração e no anfiteatro do Departamento do Ambiente da Universidade. As várias conferências e palestras foram proferidas pelos seguintes oradores: Prof.ª Arquitecta Teresa Andresen, Dr. Luís Serrano, Dra. Maria Rosa Colaço, Dr. Vasco Branco, Prof. Dr. Pedro Calheiros, Dra. Maria Antónia Jardim, Dra. Clara Sacramento, Escritor Baptista Bastos, Dr. Manuel António Pina, Dr. Mário Bacalhau, Dr. Humberto Vasconcelos, Dr. Albertino Antunes, Dr. Francisco Ferreira da Silva, Eng. Manuel Duarte Pinheiro, Prof. Arquitecto Gonçalo Ribeiro Teles, Prof. Dr. Artur da Rosa Pires, Prof. Dr. Miguel Magalhães Ramalho, Dr. Francisco Carvalho Domingues, Eng. Manuel Gonzalez Queirós e Prof. Dr. Viriato Soromenho Marques.

À cerimónia solene de abertura dignou-se presidir o Presidente da República, Dr. Mário Soares, que assim abertamente se associou à iniciativa.

O Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, referindo-se ao FORUM ECOLÓGICO – AVEIRO/93, escreveu o seguinte texto:

– Em nome da Câmara de Aveiro quero, em primeiro lugar, manifestar aos organizadores do «Forum Ecológico» o nosso apreço e o nosso reconhecimento pela oportuna iniciativa que levam a cabo. Situamo-nos numa zona do país onde, pela sua riqueza e pela sua sensibilidade, os problemas ambientais devem cons-

tituir uma preocupação e uma acção contínuas, quer da administração, quer dos cidadãos. Para além do debate técnico das questões, mais importante nos parece esta tomada de consciência de que estamos numa área em que só com a participação e o empenhamento de todos é possível resolver os problemas que nos envolvem e legar às gerações vindouras aceitáveis condições de vida.

O grande mérito desta iniciativa pode ser este mesmo: o de subverter a ideia de que só ao Estado compete abordar e resolver os problemas ambientais, introduzindo na consciência colectiva, desde o industrial ao pequeno agente social, a preocupação moral e cívica de defender um valor universal.

É por isso que saudamos esta iniciativa do Lions Clube de Santa Joana, a somar a tantas outras com que tem enriquecido a sociedade aveirense.

Com gosto nos associamos a ela e a apoiamos.

SOCIEDADE MUSICAL DE SANTA CECÍLIA

Com sede na freguesia de São Bernardo, existe entre nós a Sociedade Musical de Santa Cecília que, em 22 de Novembro de 1903, iniciou a sua actividade, hoje distribuída por uma tuna, um grupo coral e uma escola de música. Foram três homens dessa localidade, que então pertencia à freguesia da Glória, que decidiram fundar esta colectividade, de índole cultural: José Bolais Mónica, Guilherme Fernandes e Joaquim Fernandes da Cruz.

Ao comemorar-se o 90.° aniversário da sua existência, procedeu-se à inauguração da nova e definitiva sede da benemérita agremiação; o acto realizou-se no dia 21 de Novembro, com a celebração da Eucaristia na igreja matriz pelas almas dos fundadores e sócios falecidos, com a bênção do edifício por Mons. João Gaspar e com uma sessão solene.

Transcrevemos três depoimentos, publicados no folheto comemorativo: – o do Presidente da Câmara Municipal, o do Vereador do Pelouro da Cultura e o do Presidente da Direcção da Sociedade Musical de Santa Cecília:

biblRIA

1 — Quando um membro, um grupo de elementos ou uma instituição cresce e se afirma, é toda a comunidade que se enriquece.

Vem isto a propósito da sempre nóvel Sociedade Musical de Santa Cecília, de cuja existência dinâmica muito tem beneficiado a freguesia de São Bernardo – e, por extensão, todo o concelho de Aveiro.

Escusado será lembrar o contributo que tem vindo a dar à divulgação do nome de Aveiro, aquém e além fronteiras, através de aplaudidas actuações da sua Tuna.

Escusado será, também, sublinhar a importância social e cultural da sua escola de música na formação e na motivação dos jovens para a música.

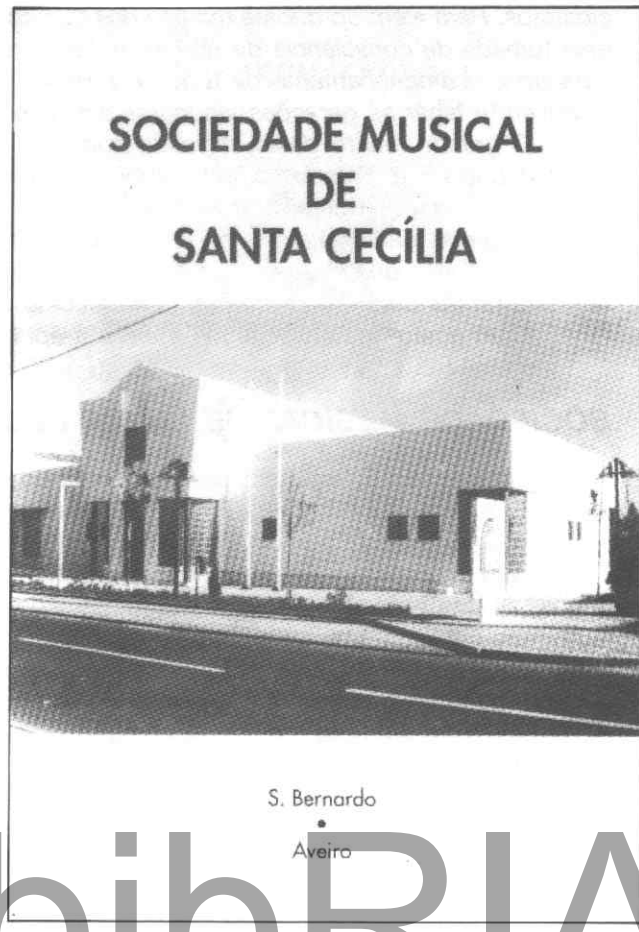
No momento em que a Sociedade Musical de Santa Cecília completa noventa anos de vida dedicada à causa da música e, cumulativamente, procede à inauguração da sua sede, que sabemos ser uma velha aspiração de décadas, o presidente da Câmara não podia deixar de ter uma palavra de regozijo, de estímulo e de agradecimento.

Por tudo isso, o nosso bem-haja, em nome da Comunidade Aveirense.

2 — No percurso de quase um século, a vida da Sociedade Musical de Santa Cecília foi marcada por alguns incidentes de percurso que nunca tiraram ânimo a todos aqueles que a dirigiram, mas, pelo contrário, incutiu-lhes a confiança necessária para levarem para diante os desígnios traçados pelos fundadores da Colectividade. É dentro deste espírito que ela foi estruturada, identificando-se assim com o querer e o sentir das gentes de São Bernardo.

Como corolário desta entrega e dedicação, concretiza-se hoje uma velha aspiração da Sociedade Musical de Santa Cecília – a inauguração da sua sede!

Esta nova área cultural vai permitir que a Colectividade responda ainda mais e melhor aos anseios da população, especialmente à mais jovem, e ainda às múltiplas actividades que desenvolve na área da música – Escola de Música, Coro Infantil e Tuna.



Capa da brochura comemorativa

bibRIA

A terminar, dirijo uma sincera saudação a todos aqueles que integram a Sociedade Musical de Santa Cecília, na certeza de que o seu trabalho é um paradigma que deve ser seguido por todos em prol da cultura de Aveiro.

3 — Por honroso e reafirmado mandato dos nossos Associados, desde 24 de Abril de 1987 que temos vindo a ser os mais altos responsáveis pela gestão e pelos destinos da nossa Colectividade.

Com o apoio claro e inequívoco de todos os associados e de toda a população de São Bernardo, e no firme respeito pelos valores que têm norteado o trabalho desenvolvido pelas Direcções anteriores e pelos fundadores desta casa, conseguimos que a nossa colectividade seja cada mais dinâmica e abrangente, colocando-a ao serviço e ao dispor de toda a vasta comunidade onde se insere.

Assim, é gratificante que, ao comemorarmos o 90.º aniversário, o sonho de muitos seja hoje uma realidade, com a construção da nova sede que vai permitir que as dezenas de crianças e jovens da Escola de Música e da Tuna tenham melhores condições para desenvolverem o seu trabalho, representando condignamente a nossa Sociedade.

MEDALHA DE OURO DA CIDADE PARA A FORÇA AÉREA

A Câmara Municipal de Aveiro distinguiu a Força Aérea Portuguesa com a medalha de ouro da cidade. O acto solene da entrega decorreu no dia 18 de Dezembro, no salão nobre dos Paços do Concelho, e ficou a testemunhar uma relação que se estreitou nos últimos anos entre as duas instituições; além disso,

as relações da Força Aérea com a população de São Jacinto e a sua permanência no concelho de Aveiro, sempre pautada pela maior cordialidade, apresentaram-se como poderosos motivos para esta homenagem – como na ocasião se referiu.

A medalha de ouro, cuja atribuição havia sido deliberada pela Vereação, por unânimidade, foi recebida pelo Chefe do Estado Maior da Força Aérea, General Mendes Dias, que, usando da palavra, afirmou: – «A Força Aérea tem sempre procurado sentir-se bem no seio das populações onde as suas bases estão integradas, tendo colaborado e apoiado essas populações sempre que exista motivo».

Presidiu à cerimónia Francisco da Encarnação Dias, Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro, que, numa curta intervenção, historiou a passagem da Força Aérea por São Jacinto, desde a Aviação Militar Francesa durante a I Guerra Mundial, mais tarde com a nossa Aviação Naval e, por fim, com a Força Aérea Portuguesa. Uma vez que, devido à reestruturação das Forças Armadas a tornar-se efectiva no próximo dia 1 de Janeiro, as Tropas Paraquedistas vão ficar adstritas ao Exército, Encarnação Dias concluiu que aquela era a ocasião de a Autarquia render publicamente a homenagem devida à Força Aérea Portuguesa.

Estiveram presentes na sessão, além dos intervenientes, o Brigadeiro Ferreira Pinto, o Delegado do Procurador da República, o Governador Civil, os representantes da Diocese e da Universidade, os vereadores municipais e os presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho de Aveiro.

Antes de terminar, foi ainda assinado um protocolo de cedência do antigo parque de campismo que a Força Aérea possuia em S. Jacinto, em favor da sociedade civil. Por este instrumento, assinado pelo Chefe do Estado Maior da Força Aérea e pelo Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, o referido parque de campismo, bem como as infra-estruturas nele integradas, passaram para a tutela civil, apoiando o turismo regional, em circunstâncias idênticas aos dos outros «campings».

bibRIA

bibRIA

1994 — Efemérides

8-Janeiro
125 anos

1869 – Faleceu o Dr. Bento de Magalhães (de seu nome completo, Bento José Rodrigues Xavier de Carvalho Figueiredo Barbosa de Magalhães), aveirense notável, que foi presidente da Câmara Municipal e da Associação Comercial e advogado e jurisconsulto muito distinto.

18-Janeiro
25 anos

1969 – Pelo decreto n.º 48.481, o Governo criou a freguesia de São Bernardo, no concelho de Aveiro, já paróquia desde 4-VII-1955.

11-Fevereiro
100 anos

1894 – O «Ginásio Aveirense», associação de recreio há pouco fundada, estreou-se em futebol, realizando um jogo na gândara de Oliveirinha.

22-Fevereiro
25 anos

1969 – O diário portuense «O Comércio do Porto», abriu uma delegação na cidade de Aveiro.

15-Março
75 anos

1919 – O Governo da República, pelo decreto n.º 5.262, conferiu à cidade de Aveiro o grau de oficial da Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, «pela tenaz resistência da sua população e heroica defesa das instituições republicanas», por ocasião do levantamento monárquico em Fevereiro passado; as insígnias foram-lhe entregues em 19 de Outubro seguinte.

19-Março
50 anos

1944 – O «Coral Aleluia», fundado e dirigido por Carlos Aleluia, iniciou a sua actividade artística e musical, que se prolongou por dezenas de anos com exibições no país e no estrangeiro.

bibRIA

27-Março
25 anos

1969 – Faleceu o Dr. Mário Emílio de Morais Sacramento, natural de Ílhavo, que em Aveiro exerceu a profissão de médico; distinguiu-se também por desassombrada actividade política contra o regime autoritário do chamado «Estado Novo».

7-Abril
125 anos

1869 – Nasceu em Anadia, mas viria a radicar-se em Aveiro, o gentil, dinâmico e multifacetado desportista Mário Ferreira Duarte.

30-Abril
600 anos

1394 – El-Rei D. João I renovou, a pedido dos vereadores de Aveiro a determinação dos monarcas seus antecessores no sentido de se não lançarem covos nem redes nas veias que se iam formando nas imediações de Ovar, de Aveiro e de Vagos, pois dificultavam a navegação.

3-Maio
100 anos

1894 – Nasceu em Braga o D. Domingos da Apresentação Fernandes, que viria a ser bispo auxiliar e bispo residencial da Diocese de Aveiro, desde 1953 até 1962 – ano em que faleceu.

10-Maio
675 anos

1319 – Pedro Vicente, escudeiro fidalgo, fundou nesta data – 1357 anos da Era de César – a capela de Santa Catarina, anexa da vetusta igrela matriz de S. Miguel, de Aveiro.

11-Maio
175 anos

1819 – Nasceu em Eixo o Dr. Venâncio Dias de Figueiredo Vieira, que viria a deixar manuscrita uma curiosa «Memória sobre a Vila de Eixo», mais tarde publicada no n.º 3 deste Boletim; viria a falecer em 9 de Abril de 1894.

12-Maio
300 anos

1694 – Uma majestosa procissão pelas ruas de Aveiro encerrou as solenidades comemorativas da beatificação da Princesa Santa Joana, em que se estreou a sua primeira imagem em escultura em madeira, logo colocada no altar erguido na igreja de Jesus.

19-Junho
25 anos

1969 – Foi constituído o «Coral Vera-Cruz», conjunto musical que se viria a revelar em Portugal e no estrangeiro, como excelente grupo de elevado nível artístico.

22-Junho
350 anos

1644 – Vindas do seu convento de Almeida, chegaram a Aveiro e hospedaram-se no palácio de D. Brites de Lara e Meneses as religiosas franciscanas que, em 2 de Agosto seguinte, deram entrada no Convento da Madre de Deus, em Sá.

27-Junho
25 anos

1969 – Foi inaugurado o monumento em memória de José Rabumba, conhecido por «O Aveiro», que salvou da fúria das águas, com vontade indómita, vidas sem conta; a iniciativa da homenagem ficou a dever-se ao Rotary Clube de Aveiro.

27-Junho
25 anos

1969 – Faleceu em Lisboa o insigne ilhavense Dr. António Gomes da Rocha Madail, arqueólogo, etnográfico e escritor, que dedicou grande parte do seu trabalho e da sua investigação a estudos sobre Aveiro, sobre o Mosteiro de Jesus e sobre a Princesa Santa Joana.

15-Julho
500 anos

1494 – O Julgado de Eixo e Terra de Requeixo, por carta passada em Setúbal, de El-Rei D. João II, foram doados a D. Diogo Lopes de Sousa, o Moço, vigésimo senhor da Casa de Sousa – doação que D. Manuel confirmou em 1500.

5-Agosto
100 anos

1894 – Iniciou a sua publicação «A Vitalidade» – depois somente «Vitalidade» – periódico aveirense que, sob orientação de Acácio Vieira da Rosa, de Verdemilho, alcançaria grande penetração no meio.

bibRIA

2-Outubro
50 anos

1944 – A pedido da Mesa da Santa Casa da Misericórdia local, vieram para Aveiro as religiosas franciscanas missionárias de Nossa Senhora, que então se encarregaram da enfermagem e do serviço doméstico do hospital.

3-Novembro
50 anos

1944 – Faleceu o Comandante Silvério Ribeiro da Rocha e Cunha, capitão de mar e guerra, prestigioso impulsionador das obras do porto de Aveiro, publicista distinto e ministro da Marinha.

11-Novembro
25 anos

1969 – O bispo de Aveiro instituiu a paróquia suburbana de Aveiro a que deu o nome de Santa Joana; em 1984, ser-lhe-ia dada autonomia civil, como freguesia administrativa.

18-Novembro
125 anos

1869 – Saiu de Aveiro, a caminho de Lisboa e de Calais, na França, a jovem Maria Augusta, de 24 anos de idade, filha bastarda de António Augusto Coelho de Magalhães e sobrinha de José Estêvão – o que provocou protestos em jornais e folhetos; tendo professado com o nome de Irmã Branca Maria na Congregação das Franciscanas de Nossa Senhora, fez parte do primeiro grupo destas religiosas que se estabeleceu em Portugal, fundando no ano de 1876 o Patronato de Nossa Senhora do Pranto, em Ílhavo.

24-Novembro
150 anos

1844 – O secretário-geral do Governo Civil, José António Ferreira Novais, servindo então de governador civil, fez viagem à freguesia do Loureiro; vendo a demora na passagem da barca em Angeja, concebeu o projecto da construção de uma ponte sobre o rio Vouga – o qual não tardou a ser executado.

28-Novembro
75 anos

1919 – Foi assinada a escritura da constituição da sociedade que deu origem à «Empresa de Louças e Azulejos – ELA», cuja primeira fornada foi em 7 de Agosto de 1920.